ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

MARCÉLIA REETZ

MULHER POMERANA: CULTURA E SAÚDE

VITÓRIA

2016

MARCÉLIA REETZ

MULHER POMERANA: CULTURA E SAÚDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.
Orientadora: Profª. Drª Angela Maria Caulyt Santos da Silva

VITÓRIA
2016

Dados internacionais de Catalogação -na- Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

Reetz, Marcélia.
R322m Mulher pomerana: cultura e saúde. / Marcélia Reetz. - 2016.
145f.

Orientador (a): Prof.ª Dr.ª Angela Maria Caulyt Santos da Silva

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2016.

1. Pomeranas. 2. Gênero. 3. Saúde. 4. Políticas públicas. I. Silva, Angela Maria Caulyt Santos da. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDU: 304(=11)-055.2:614.39

MARCÉLIA REETZ

MULHER POMERANA: CULTURA E SAÚDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 23 de março de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Orientadora

Profª Drª Maria Diana Cerqueira Sales
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

---

Profº Drº Erineu Foerste
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

A Deus, fortaleza de nossa vida.

Aos meus pais Guilherme e Tereza, que sempre me apoiaram para me proporcionar tudo o que tenho e para formar a pessoa em que eu me tornei.

Às minhas irmãs Lucélia, Jucinéia e Quezia, que acreditaram e me apoiaram para chegar até aqui.

Ao meu noivo, que me apoiou sempre e esteve do meu lado, sendo compreensivo e paciente.

À minha querida professora Drª Angela Maria Caulyt Santos da Silva, a maior mentora de todas, que, literalmente, “pegou na minha mão”, me fez caminhar e prosperar nesta jornada. Muito obrigada!

À querida professora Drª Soraya Gama de Athaide, que foi a primeira pessoa a acreditar em mim e abriu as portas para o Mestrado; se não fosse ela, não teria esta oportunidade; por isso, meus sinceros votos de agradecimento pela oportunidade.

Aos meus queridos amigos Leandro, Debora, Graça, Priscilla, Lenícia, Ebiana, Kelly, Leyla, Rayane, Jovita, Leonardo e outros mais, que me apoiaram quando faltavam forças para continuar.

Às pomeranas de Santa Maria de Jetibá/ES, que me receberam e aceitaram contribuir para minha pesquisa.

Aos amigos, aos professores e à secretaria Yara da Emescam, que estiveram comigo nesta longa e audaciosa jornada.

Ao chegar à conclusão deste trabalho, percebo que fui ajudada e motivada por diversas pessoas. Quero aqui deixar meu agradecimento a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa.

"Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam."
1 Coríntios 2:9

RESUMO

A pesquisa tem a importância de desvelar a cultura, os modos de ser, os hábitos, as crenças e os costumes dos pomeranos do Município de Santa Maria de Jetibá, situado na região serrana do Estado do Espírito Santo. Fundamenta-se na necessidade de conhecer a realidade da mulher pomerana desse Município e os aspectos socio-histórico-culturais que acarretam implicações à saúde. Especificamente procura compreender a história da imigração dessas mulheres e seus traços culturais; investigar a relação de poder em questões de gênero e a mulher camponesa pomerana na configuração familiar; identificar a ocorrência do câncer de pele entre essas mulheres. Adotam-se como procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa a revisão de literatura, a pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas no idioma pomerano com 10 mulheres na faixa etária de 30 a 82 anos. Na análise dos dados, utiliza-se o método de análise de conteúdo e a técnica de história de vida. A análise e a interpretação de dados baseiam-se nas seguintes temáticas: imigração dos pomeranos, chegada à nova terra e sua adaptação; cultura, costumes e língua pomerana; namoro, casamento, sonhos, divisão de trabalho e herança; exposição ao sol, meio de proteção, acompanhamento médico e melhora ao acesso à saúde no Município. A partir da confirmação da hipótese de que a população pomerana de pele clara e sensível à radiação solar trabalha na lavoura, sem proteção, exposta ao sol por longo período diário, constatam-se algumas suspeitas de casos de câncer de pele nas entrevistadas. Conclui-se que muitos pomeranos vivem em relativo isolamento social em suas propriedades rurais, trabalhando em sistema de agricultura familiar, ou moram na sede do Município, predominando o trabalho em atividades de comércio e outros serviços. Um aspecto a destacar é o fato de os resultados terem proporcionado atualização de informações sobre a realidade desses descendentes que permanecem na zona rural ou no núcleo urbano do Município. Os resultados confirmam também que muitas práticas culturais dos imigrantes pioneiros ainda são adotadas. A herança cultural configura-se como caráter incisivo das restrições relativas à integração que a comunidade mantém com outros grupos. Vários desses aspectos diferem quando se comparam homens e mulheres, moradores do campo e moradores da cidade, participantes jovens e idosos.

Palavras-chave: Pomeranas. Cultura. Gênero. Políticas públicas. Saúde.

ABSTRACT

The research importance is to unveil the culture, the way of being, the habits, the beliefs and the behaviors of the Pomeranians from Santa Maria de Jetibá Municipality, located at State of Espírito Santo Mountain Region. It supports itself on the necessity to know the reality of the Pomeranian women from the mentioned Municipality and the social-historic-cultural aspects that relates to health. Specifically, it intends to comprehend these women's immigration history and their social traces; to investigate the power relation on gender issues and the position of the peasant Pomeranian women at the family configuration; to identify the occurrence of skin cancer among these women. It uses, as methodological procedure of qualitative research the literature review, the documental research and the semi-structured interviews in Pomeranian language with ten women on the age of 30 up to 82 years old. On data analysis, it uses the method of content analysis and life history technique. The data analysis and interpretation are based on the following themes: Pomeranian immigration, the arrival to the new land and adaptation; culture, behaviors and Pomeranian language; engagement, marriage, dreams, work division and inheritance; sun exposure, protection method, medical attention and Municipal health access improvement. Some suspicious cases of skin cancer were verified after the confirmation of the hypothesis that the Pomeranian people work on agriculture without protection, exposed to the sun for a long period, even though they are light skinned and sensible to solar radiation. The research concludes that many Pomeranians live in certain social isolation in their rural properties, working on family agriculture system, or live in downtown Santa Maria de Jetibá, working mainly on commerce and other services. A highlight aspect is the fact that the results enabled information update about the reality of these descendants, who stayed on the rural area or on the Municipality urban zone. The results also confirm that many of the cultural practices of the pioneer immigrants are still used. The cultural heritage configures itself as a main reason of the integration restrictions to other groups. Many of these aspects differ when compared to men and women, rural and urban zone residents, young and elder participants.

Keywords: Pomeranians. Culture. Gender. Public Policies. Health.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre as mulheres entrevistadas 80

Quadro 2 – Quantidade de irmãos das mulheres entrevistadas 83

Quadro 3 – Distribuição por escolaridade 83

Quadro 4 – Distribuição por idade do início das atividades laborais 90

Quadro 5 – Categorias e subcategorias de organização e análise de dados 92

Quadro 6 – Tempo de exposição ao sol 112

Quadro 7 – Proteção contra o sol 112

LISTA DE SIGLAS

AMA − Atendimentos para consultas e exames

AIS − Ações Integradas de Saúde

CNER − Campanha Nacional de Educação no Brasil

CEB − Câmara de Educação Básica

CAAE − Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAP − Caixa de Aposentadoria e Pensões

CEASA − Centrais de Abastecimento do Espírito Santo

CEBES − Centro Brasileiro de Estudo e Saúde

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CRE- Centros de Referências de Especialidades

CPNM − Câncer de pele não melanoma

CNE − Conselho Nacional de Educação

CNS − Conselho Nacional de Saúde

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CONASS – Conselho Nacional de Secretários da Saúde

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATAPREV − Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

EMESCAM − Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

ECRIAD − Estatuto da Criança e Adolescente

FUNABEM − Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

HUCAM − Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes

IAPs − Institutos de Aposentadorias e Pensões

IAPM − Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos

IAPTEC − Trabalhadores de Transportes de Cargas

IAPC − Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários

IAPB − Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários

INCA − Instituto Nacional de Câncer

INPS − Instituto Nacional de Previdência Social

INAMPS − Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

LDB − Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira

IBGE − Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB − Igreja Evangélica Confissão Luterana do Brasil

MPAS − Ministério da Previdência e Assistência Social

OIT − Organização Internacional do Trabalho

UV − Radiação ultravioleta

PAD − Programa de Assistência Dermatológica

PREVSAÚDE − Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde

PROEPO − Programa de Educação Escolar Pomerana

PNC − Plano Nacional de Cultura

PNCCP − Programa Nacional de Controle do Câncer da Pele

SBD − Sociedade Brasileira de Dermatologia

SUDS − Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

SUS − Sistema Único de Saúde

TCLE − Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES − Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....12
2 ANTIGA POMERÂNIA.....19
2.1 A TRAJETÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ (POMERANA) NO BRASIL 19
2.2 A CHEGADA DOS POMERANOS EM SOLO CAPIXABA 21
2.3 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES.....23
2.4 A ATIVIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ 27
2.5 CULTURA E DIVERSIDADE 28
2.6 A CULTURA POMERANA 31
3 GÊNERO: A MULHER POMERANA 41
3.1 A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO.....51
3.2 A VIDA COTIDIANA E O TRABALHO DA MULHER POMERANA.....51
4 POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL 57
4.1 HISTÓRIA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA DERMATOLÓGICA AOS LAVRADORES POMERANOS 68
4.2 PLANTAS MEDICINAIS 71
4.3 POLÍTICA DE ATENÇÃO E PREVENÇÃO AO CÂNCER 72
4.4 CÂNCER DE PELE.....75
4.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....120
REFERÊNCIAS 128
APÊNDICES.....135
ANEXO 143

1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a mulher pomerana surgiu quando era graduanda no curso de Serviço Social, como também por ser orgulhosa de pertencer a essa cultura pomerana do Município de Santa Maira de Jetibá – Espírito Santo, Brasil. Esse Município se destaca no país por ter maior número de habitantes com ascendência pomerana, uma cultura que já se extinguiu na Europa, seu lugar de origem.

A imbricação com a pesquisa retoma a minha infância, em seu espaço-tempo. Toda menina tem muitos sonhos e comigo não foi diferente! Desde nova, sonhava em estudar e morar na cidade. Na roça, em Santa Maria de Jetibá, ficava até escurecer esperando o aspersor terminar de irrigar a plantação e, no escuro, imaginava o meu futuro. Apesar de minha mãe não ser favorável a que eu estudasse, esperei completar 18 anos para sair de casa em busca da concretização dos meus sonhos. Assim, no final de 2003, mudei-me para a capital do Estado, Vitória.

A minha trajetória e história de vida em Vitória iniciou com a minha independência econômica: trabalhava durante o dia e à noite concluía o ensino médio. Por meio de bolsas, todas na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), cursei Serviço Social e, em seguida, frequentei o curso de Especialização em Políticas Social, Gestão e Controle Social e o Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Admiro muito as pessoas que trabalham na roça, entretanto fiz outra escolha. E com olhar de quem teve experiências no trabalho árduo do campo, agora, com esta pesquisa, retomo e reaproximo a realidade das minhas raízes, da qual tenho muito orgulho.

Lembro muito na época que ainda morava com meus pais, a cultura era muito presente, em minhas memórias. Há momentos de encantamento: um deles é o período do Natal, quando eu e minhas irmãs adorávamos quando íamos à igreja participar do teatro, depois rezávamos uma poesia e, no final do culto, recebíamos um pacote de doce. No dia 25 de dezembro chegava à nossa casa o Papai Noel, trazendo o presente de cada uma de nós. Era tanta alegria que não tinha fim!

Outra época boa era o período da Páscoa, quando fazia um ninho bem bonito; minha mãe falava: “quanto mais bonito ele ficar, mais ovo o coelho vai botar”. No domingo

pela manhã, eu logo ia olhar debaixo da minha cama e lá estava meu ninho cheio de ovos — havia mais ovo de galinha do que de chocolate, mas a alegria era a mesma.

Também recordo quando, em casamentos pomeranos, minha mãe comprava metros de tecido e mandava costurar com ele as roupas para todas as quatro filhas. Eu e minhas irmãs não ficávamos no mesmo lugar para as pessoas não perceberem que os vestidos tinham a mesma estampa. Isso era a parte ruim, porque a parte boa era a grande quantidade de comida gostosa e eu brincava na festa até a hora de ir para casa.

Meus pais são muitos rígidos até hoje, então desde nova eu tinha que estudar e trabalhar na roça. Quando não estava na escola, ajudava meus pais a trabalhar na lavoura. Quando tinha um tempo, tirava para brincar. Eu não tinha boneca, então usava, para substituir a boneca, abóboras bem grandes. A gente também brincava de pique esconde, queimada, entre outros folguedos.

No Espírito Santo, a cultura pomerana está presente em nove Municípios capixabas: Marechal Floriano, Pancas, Santa Leopoldina, Itarana, Domingos Martins, Afonso Claudio, Laranja da Terra, Vila Pavão e Santa Maria de Jetibá. No Brasil, a população pomerana se fixou, além do Espírito Santo, em São Lourenço do Sul, no Estado de Rio Grande do Sul, e em Pomerode, no Estado de Santa Catarina e Rondônia.

Esta pesquisa teve como *locus* de investigação o Município de Santa Maria de Jetibá/ES, que dista 80 km de Vitória e tem maior número de falantes de pomerano no país. Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de pouco mais de 28.774 habitantes, sendo 17.534 homens e 16.644 mulheres. No Estado do Espírito Santo, estima-se que a população pomerana seja de 120 mil e, no país, ultrapasse 300 mil pomeranos.

A cultura pomerana se transmite através das memórias acumuladas por meio da educação informal inter e intrageracional, mas, quando os idosos falecem, parte do conhecimento e da tradição dessa comunidade também se perde. Os mais antigos da família exigiam que os seus pertences fossem juntos no túmulo e assim foi, cada vez mais, diminuindo material, relatos, documentos, livros, fotos e conhecimentos sobre a

cultura, conforme cita Rölke, em seu livro intitulado *Descobrindo raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia.*

Vale aqui ressaltar a importância do patrimônio cultural imaterial que é a fonte de inspiração e de conhecimento, por meio do qual o homem cria toda a sorte de objetos que constituem o patrimônio cultural material, dando forma às suas ideias e aos seus sentimentos. Podemos perceber isso nos objetos com os quais convivemos, sejam funcionais, ou parte do lazer ao longo de nossa vida, ou parte de nossa religiosidade, ou mesmo meios de expressão (NEVES, 2012).

Hoje o Município de Santa Maria de Jetibá tem a preocupação com o patrimônio cultural que são as manifestações, as realizações e a representação de um povo. Com isso, o patrimônio cultural imaterial vem sendo transmitido de geração em geração e é constantemente recriado pelas comunidades. Exemplo disso é língua pomerana: no ano de 2009, com parcerias de Municípios e a Secretaria de Educação, foi implantado um Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), tendo como objetivo desenvolver nas escolas públicas um projeto pedagógico que valorize e fortaleça a cultura e a língua, representadas por meio da língua oral e escrita, da religião, da arquitetura, entre outras manifestações (NEVES, 2012).

A língua pomerana é a expressão cultural que designa a unidade familiar como unidade de produção e consumo. Sendo assim, é importante reinventar a identidade étnica e social, bem como ressaltar a relevância do uso da língua no cotidiano do grupo para o entendimento das formas de transmissão da tradição oral (BAHIA, 2011).

Em relação à questão de gênero, as mulheres pomeranas lavradoras realizam dupla ou tripla jornada de trabalho, tendo que conciliar sua vida em casa e na roça; mesmo assim, seu trabalho rural não é reconhecido e respeitado. A rotina ainda apresenta traços antigos de discriminação, uma vez que, nos finais de semana, quando muitos homens vão aos bares se divertir, as mulheres ficam em casa cuidando dos filhos e das atividades domésticas, à espera de seus maridos. Durante a semana, as mulheres enfrentam a rotina, quando geralmente são as primeiras a se levantar para fazer o serviço de casa e cuidar dos filhos, para depois acompanhar marido e filhos (que não estão na escola) no trabalho da lavoura. Na hora do almoço, elas cuidam da casa e da criação, enquanto os homens assumem os serviços externos, como consertar um

galinheiro, pregar uma porta, buscar ração para os animais etc. À tarde, retornam à lavoura. À noite, cuidam de seus afazeres de casa e dos filhos (BAHIA, 2011).

A questão do gênero é vista nas igrejas, onde as mulheres sentam de um lado e os homens, do outro. Hoje se percebe que alguns casais mais novos estão começando a mudar essa realidade. Na comunidade, no entanto, ainda há casos de exclusão da mulher entre algumas famílias pomeranas. Essa exclusão se dá na distribuição da herança, pois, segundo a tradição, as filhas não recebem herança dos pais, apenas os homens são os beneficiados. A legislação brasileira garante a igualdade a todos, porém algumas famílias ainda utilizam essa prática devido ao costume e à tradição (BAHIA, 2011).

No Município de Santa Maria de Jetibá, por ser de origem europeia, os habitantes têm, em sua constituição física, a pele clara, sensível à radiação solar. Há um número considerável de lavradores que trabalham no campo para o seu sustento, que ficam expostos ao sol até nove horas por dia durante seis dias na semana.

O Instituto Nacional de Câncer (INCA), no ano de 2014, estimava 98.420 casos novos de câncer de pele não melanoma entre homens e nas mulheres no Brasil. Esses valores correspondem a um risco estimado de 100.75 casos novos a cada 100 mil homens e 82,24 a cada 100 mil mulheres. O câncer não melanoma é o que mais incide na população do Estado do Espírito Santo (ROCHA 1997).

Diante do exposto, algumas questões culturais e de saúde dessa população tradicional são evidenciadas e, para tanto, se formulou a seguinte problematização: como as condições de trabalho afetam a saúde da mulher pomerana? Teve como objetivo geral conhecer a realidade da mulher pomerana do Município de Santa Maria de Jetibá e aspectos sociais, históricos e culturais que acarretam implicações à saúde. Como objetivos específicos, delinearam-se conhecer a história da imigração dessas mulheres pomeranas e seus traços culturais; investigar a relação de poder em questões de gênero e a mulher camponesa pomerana na configuração familiar; como também identificar a ocorrência do câncer de pele entre essas mulheres pomeranas.

Trabalhou-se com a hipótese de que a mulher pomerana tem a pele clara e sensível à radiação solar, trabalha na lavoura diariamente, algumas mulheres sem proteção, expostas ao sol, podendo, dessa forma, adquirir câncer de pele. Adotou-se, como critério de inclusão, o fato de que pomeranas com idade mais elevada são lavradoras e residem na zona rural. Excluíram-se mulheres que não são descendentes de pomerano e residem no núcleo urbano.

Desse modo, o desenvolvimento da dissertação se apresenta organizado em quatro seções, sendo que a segunda, com o título de “Antiga Pomerânia”, alude à cultura dos descendentes de pomerano, à antiga Pomerânia, depois à trajetória da imigração alemã (pomerana) no Brasil, à chegada dos pomeranos em solo capixaba, à história do Município de Santa Maria de Jetibá, à atividade econômica do Município de Santa Maria de Jetibá e à cultura pomerana.

A terceira seção, intitulada “Gênero: a mulher pomerana” faz uma reflexão acerca do conceito de gênero e das desigualdades entre os sexos. Pontua acerca da mulher e o mercado de trabalho, a vida cotidiana e o trabalho da mulher pomerana.

Em seguida, a quarta seção, sob o título “Políticas de saúde no Brasil”, discute o processo histórico das políticas públicas de saúde no Brasil, a história do Programa de Assistência Dermatológica aos Lavradores Pomeranos, a política de atenção e prevenção ao câncer e câncer de pele.

O acesso às mulheres ocorreu por meio da Secretaria de Saúde do Município. Foram entrevistadas dez mulheres pomeranas, com idade entre 31 a 82 anos, que frequentam o Programa de Assistência Dermatológica (PAD) e residem na zona rural do Município de Santa Maria de Jetibá. Foram fornecidas 19 fichas cadastrais do PAD com dados gerais dos usuários, das quais dez foram selecionadas, mediante critérios de localização de endereço e idade.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da EMESCAM, que é encarregado da avaliação ética de qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos, desde que esteja conforme padrões metodológicos e científicos reconhecidos, que seja realizado com a participação de pesquisadores e estudantes. O projeto de pesquisa teve aprovação no dia 30 de junho de 2015, por meio do Certificado de Apresentação

para Apreciação Ética (CAAE) № 45181015.6.0000.5065, conforme se verifica na declaração do ANEXO A.

Esta pesquisa tem característica qualitativa, pois esse método se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de significados tais como motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 1994).

Foi utilizada também a pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referencial teórico já analisado e publicado por meios escritos e eletrônicos, bem como revisão de livros, artigos e textos de autores que discutem a temática, além de documentos oficiais de instituições públicas e privadas (GIL, 1987).

A produção dos dados consistiu na utilização de entrevista semiestruturada, cujo roteiro consta no APÊNDICE A, com questões de respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pôde discorrer livremente sobre um tema proposto ou pergunta formulada (MINAYO, 1994, p.107-108). Foram realizadas entrevistas utilizando o idioma pomerano, dado o domínio do idioma da entrevistadora e também por fazer parte dessa cultura. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que consta no APÊNDICE B.

Para consolidar a organização da análise dos dados, foi utilizado o método de análise de conteúdo. Conforme Franco (2008), o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal, escrita, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada, pois ela expressa significado e sentido.

Nesta pesquisa, foi de grande relevância a técnica de história de vida, para entender a cultura da mulher pomerana. Segundo Delgado (2010), porque esse método traz conhecimentos nas áreas antropológica, sociológica e histórica, tende a relativizar, universalizar e generalizar as experiências humanas. Também foi utilizado o método narrativo, pois, segundo Benjamin (1994), o relato torna-se mais fluente e mais próximo da literatura, mas, sobretudo, ajuda a refletir sobre questões que dizem respeito a todos, nesses difíceis e complexos tempos em que vivemos. Dessa forma, o narrador não informa sua experiência, mas conta sobre ela, tendo com isso a oportunidade de pensar algo que ainda não havia pensado.

Dentro da metodologia qualitativa, foram arroladas a revisão da literatura, a pesquisa documental e a pesquisa empírica. Utilizaram-se, para a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura, os autores segundo seus respectivos temas. Para discutir as relações “gênero”, foram consultados Cisne (2012), Saffioti (1992; 1993) e Scott (1995). Com referência à temática “cultura”: Geertz (2008) e Elias (1994); sobre “cultura pomerana”, Tressmann (2005; 2006), Rölke (1996), Bahia (2011) e Roche (1968). Em relação ao câncer de pele, foi utilizado Rocha (1997); sobre “patrimônio imaterial”, Neves (2012). Quanto à saúde, Almeida Filho (2011); sobre dificuldade no domínio de fonemas do português por crianças bilíngues de português e pomerano, consultou-se Benincá; sobre avaliação crítica do aumento da capacidade operativa dos serviços de saúde ao nível primário, examinou-se Belinati.

2 ANTIGA POMERÂNIA

Estuda-se, nesta seção, o contexto sobre a formação da Pomerânia. Conforme Rölke (1996), as terras pomeranas foram moldadas por geleiras que avançavam da Escandinávia nos diferentes períodos glaciários. Como consequência de um clima mais frio do que o atual, uma camada de gelo estendeu-se desde o polo norte, avançando e retrocedendo de acordo com as variações da temperatura da época.

A Pomerânia situa-se na Europa e seu litoral tem uma extensão de 500 quilômetros; a superfície total é de 38.409km², portanto menor que o Estado do Espirito Santo que tem uma área de 45.597km². Sua capital Stettin, localizada estrategicamente na enseada do rio Oder, que desemboca no Mar Báltico, ficou famosa pela construção naval, pois foi um porto importante na sua relação comercial com o mundo. Possui muitos lagos e rios, tanto no litoral como no seu interior, propiciando a pesca. Dividida pelos extremos do oeste e do leste, ficou conhecida como Pomerânia Ocidental e Oriental (RÖLKE, 1996). A Pomerânia Ocidental tinha grandes portos, terras férteis e clima adequado para agricultura, no plantio de trigo e cevada, beterraba açucareira, formação de bosques e pastagens. Já na Pomerânia Oriental, os lavradores sofriam com as geadas, com poucos meses para o plantio de culturas; em direção ao sul, predominava o solo arenoso, propiciando o cultivo de batata inglesa (ROLKE, 1996).

2.1 A TRAJETÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ (POMERANA) NO BRASIL

O trajeto dos pomeranos imigrantes aconteceu da seguinte forma: saíram da localidade onde moravam e seguiram a pé até o litoral. Navegaram em pequenas embarcações pelo mar Báltico até o porto internacional de Hamburgo na cidade portuária, onde os imigrantes tomaram uma embarcação de grande porte, identificada como galera, navio que contava com velas redondas e, de proa, velas latinas quadranguladas. Entre os navios à vela que trouxeram imigrantes pomeranos ao Espírito Santo, podem-se citar Doctor Barth (1872) e Adolph (1873). Em 1872, também aportaram em Vitória navios a vapor, como Guttemberg, Anna Helenne e Mary Heyden ll (TRESSMANN, 2005).

Os primeiros anos foram muito difíceis, pois o idioma era desconhecido; sem ferramentas adequadas e sem assistência médica do governo, mantidos isolados em

áreas distantes dos centros urbanos, os imigrantes não sabiam o que fazer primeiro: se preparavam a lavoura para dar alimentos ou se construíam sua casa.

A família que escolhia a lavoura dormia ao relento, debaixo das árvores. Somente depois, quando eles tinham as propriedades mais ou menos organizadas, era comum entre eles se reunirem para ajudar um ao outro para construir suas casas. Isolados em uma terra estranha, eles não se livraram, no Brasil, de uma injusta relação entre dominador e dominado a que eram submetidos na antiga Pomerânia. Foram discriminados devido ao confinamento social e cultural que lhes impuseram através do Pomerod, o dialeto usado entre eles (MEDEIROS, 1997).

Os comerciantes aproveitavam essa condição de isolamento para obter bons lucros na revenda dos produtos agrícolas, pelo fato de ser um local de poucas opções e terem dificuldade de locomoção para cidades vizinhas para fazer suas compras. Os pomeranos viveram muitos anos de espera dos processos políticos e sociais; graças à gradativa conscientização política realizada na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a comunidade passou a participar de eleições, conseguindo eleger representantes para o Executivo e o Legislativo para defender seus interesses. Esse processo de conscientização política aprofundou-se especialmente depois da eleição do pomerano Helmar Potratz, aos 28 anos, para a Prefeitura de Santa Leopoldina, em 1982, desafiando a estrutura de poder vigente na região: os grandes comerciantes, a Justiça Eleitoral e a polícia (MEDEIROS, 1997).

A imigração germânica no Rio Grande do Sul teve início em 1824, com a colônia de São Leopoldo, na região sul do rio Camaquã, conhecida como Serra dos Tapes, interior dos atuais municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. O início da colonização, em 1856, deveu-se à necessidade de ocupação dessa área com imigrantes que desenvolvessem atividades agrícolas (SALAMONI, 1995). Ao nos referirmos à colônia de São Lourenço, é necessário atentarmos para alguns aspectos que a diferenciam das demais: a maioria dos núcleos de povoamento de colonos era patrocinada pelo governo. No entanto, a imigração que aconteceu em São Lourenço do Sul foi diferente das demais, uma vez que se tratava de uma colonização particular articulada entre Jacob Rheingantz e o estancieiro José Antônio Oliveira Guimarães. Mesmo com o insucesso de inúmeras tentativas de colonização particular, a de São Lourenço prosperou e fundou o atual município (PODEWILS, 2011).

O primeiro grupo de imigrantes chegou ao porto de São Lourenço em janeiro de 1858, oriundos de diversas regiões da Confederação Alemã. No entanto, a maioria desses imigrantes não eram agricultores e logo abandonaram a nova colônia; nos anos posteriores, vieram trabalhadores rurais da Pomerânia (SCHRÖDER, 2003).

Em Santa Catarina, as características ou as finalidades principais determinadas para a imigração, no período entre 1850 e 1890, na Província Catarinense, em particular, foram a agricultura em pequenas propriedades e a ocupação de espaços, em tese e oficialmente, desocupados. Em outro momento, quando o fluxo imigracionista aumentou, houve a formação de colônias, como a Colônia Blumenau (1850), formada por populações de origem germânica, e, em 1851, também foi criada a Colônia Dona Francisca, futura Joinville. Várias outras iniciativas de cunho colonizador em Santa Catarina, com imigrantes alemães, foram realizadas nesse período (PODEWILS, 2011).

Na Província de Santa Catarina, devemos considerar que a ocupação do solo por parte do imigrante deu-se baseada na pequena propriedade. A colonização era principalmente de iniciativa particular, visto que o Estado não possuía o aporte de recursos necessários para financiar a vinda e os assentamentos desses imigrantes. Dentro desse contexto, podemos perceber que, para a Província Catarinense, em meados do século XIX, teve início, em definitivo e de forma gradativa, a vinda de imigrantes. Com os obstáculos impostos, a imigração foi encarada como a grande alternativa ao atendimento da demanda, que aumentava, por trabalhadores, por meio da utilização do trabalho escravo (PODEWILS, 2011).

2.2 A CHEGADA DOS POMERANOS EM SOLO CAPIXABA

No Espírito Santo, no dia 28 de junho de 1859, chegaram a Vitória 117 imigrantes, que saíram do porto de Hamburgo em 27 de abril do mesmo ano. Desses 117 imigrantes, 27 famílias seguiram para a colônia de Santa Leopoldina, utilizando canoas como meio de transportes, rumo aos lotes a eles destinados, na região que equivale, em sua maior parte, ao município de Santa Maria de Jetibá (MEDEIROS, 1997).

No período da ditadura militar, os descendentes capixabas dos imigrantes depararam com muita pobreza na agricultura, resultante da falta de política agrária e de incentivos

reais aos trabalhadores no campo. O governo militar controlava os meios de comunicação e impunha o silêncio e a censura. O “milagre econômico” abriu o país ao capital estrangeiro; assim, dezenas de multinacionais aqui se instalaram sob as benesses do Estado brasileiro que lhes concedeu vantagens e incontáveis privilégios (MEDEIROS, 1997).

Nesse período a política salarial do governo federal e a distribuição de renda era uma das piores do mundo. O milagre econômico brasileiro beneficiou o capital estrangeiro, assim enfraquecendo a economia nacional. As pequenas e médias empresas perderam o espaço, enquanto a dívida externa crescia muito. Isso fez com que algumas pessoas migrassem do campo para cidades, porque a política agrária era todo desfavorável ao trabalhador rural (MEDEIROS, 1997).

Nas histórias contadas pelos antigos moradores de Santa Maria de Jetibá, o itinerário seguido pelos pomeranos se iniciou nos municípios da Pomerânia (grande parte das vezes utilizava-se o nome Köslin para marcar o lugar de saída, mas não fosse só desse local de onde os migrantes partiam), passando em seguida para Lübeck, uma cidade portuária da Alemanha; depois passaram por Hamburgo, o porto internacional; em seguida, dirigiram-se para Vitória; de Vitória, seguiram a Porto do Cachoeiro (Santa Leopoldina), navegando pelo rio Santa Maria da Vitória; e, enfim, chegaram aos sítios localizados no meio da mata (TRESSMANN, 2005).

A travessia da Europa ao Brasil era muito sofrida. Como a maioria das viagens se fez à vela, o trajeto durava muito tempo — de seis a sete semanas. Em 1840, os primeiros imigrantes de origem germânica chegaram ao Espírito Santo, mas só em 1859 eles se estabeleceram no atual município de Santa Leopoldina (TRESSMANN, 2005).

Segundo Tressmann (2005), os pomeranos estão em três regiões climáticas: a região serrana, compreendendo os Municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Domingos Martins e parte de Santa Teresa; a terra quente, de baixas altitudes, banhadas por rios, chegando até a divisa com Minas Gerais, composta pelos Municípios de Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Itarana e Baixo Guandu; o norte do Espírito Santo, também com clima quente, composto pelos Municípios de Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha, Vila Pavão e Barra de São Francisco.

Os primeiros pomeranos encontraram muitas dificuldades nas matas fechadas e íngremes de Santa Leopoldina, onde muitos morreram. Foi na região serrana do Espírito Santo que constituíram a nova Pomerânia, mediante o trabalho árduo na terra. Chamaram o Espírito Santo de nova terra natal, onde eles reinventaram aqui o modo de vida camponês, criaram uma nova Pomerânia fora da Europa, adaptando-se à realidade local. Desde a saída de sua terra natal, os pomeranos passaram por várias intempéries (TRESSMANN, 2005).

A divisão de terras não foi feita conforme o combinado, devido à falta de instrumentos para fazer a medição. Cada colono recebia 30 hectares de terra, porém a partir da segunda geração essa quantidade era insuficiente. Outro problema em relação às terras recebidas era o tipo de solo, muito pedregoso, de difícil manuseio. Entre os pomeranos, a divisão de terras para os seus herdeiros era feita da seguinte maneira: o pai escolhia qual de seus filhos iria herdar a terra, que geralmente ficava com o mais velho. Os outros filhos poderiam ganhar ajuda financeira ou parcelas menores de terras; as mulheres não tinham direito à herança, mas recebiam a festa de casamento, um bem cultural muito valorizado pelos pomeranos, e algum presente, como gado (TRESSMANN, 2005).

Para os não herdeiros, restava a opção de trabalhar como meeiros, muitas vezes nas próprias terras de seus irmãos. Ainda havia a opção de ir para cidade procurar emprego ou estudar. O método de divisão de terras entre os pomeranos causava muita revolta por parte dos não herdeiros, sendo frequentes as brigas de família (TRESSMANN, 2005).

2.3 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES

O Município de Santa Maria de Jetibá foi criado no dia 6 de maio de 1988, por meio da Lei Estadual n° 4.067, com a participação efetiva do então prefeito de Santa Leopoldina, Helmar Potratz que, atendendo aos anseios da população, se engajou na luta pela emancipação. Atualmente, o Município é um dos núcleos mais populosos do povo pomerano no mundo. Situado na região serrana, possui uma área de 734km² e está a 80km da capital, além de possuir uma altitude variável de 400 a 1300 metros (PREFEITURA MUNCIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

Conforme a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, o povoamento da região derivou do processo de colonização que se iniciou com a fundação da Colônia de Santa Leopoldina, situada às margens do rio Santa Maria da Vitória, entre a Cachoeira Grande e a Cachoeira José Cláudio, onde foi demarcada, em 1856, uma extensão de terra de quatro por quatro léguas, para abrigar os primeiros imigrantes europeus que chegaram ao Brasil. Nesse mesmo ano, vieram os primeiros colonos suíços, em número de 60, que instalaram a sede da colônia dentro da área demarcada, às margens do rio Santa Maria da Vitória, quatro milhas acima da Cachoeira do Funil, no lugar ainda hoje denominado Suíça, em homenagem a esses imigrantes. A colônia, então, passou a ser considerada Colônia de Santa Maria (PREFEITURA MUNCIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

Em 1857, chegaram mais 222 imigrantes, constituídos por alemães e luxemburgueses, de lugares como a Renânia. Uma parte dos imigrantes se estabeleceu em um povoado denominado Cachoeira de Santa Leopoldina, onde mais se desenvolveu. Em março de 1867, a sede foi transferida para a Colônia de Santa Leopoldina, a qual tinha terras elevadas e férteis e era perto da capital da Província do Espírito Santo.

Dessa população, um pouco se estendeu para o Norte, na direção dos rios Timbuí e Cinco de Fevereiro. Em 16 de maio de 1873, imigraram para a Colônia de Santa Leopoldina 413 pomeranos e, ainda neste mesmo mês, chegaram mais 366, todos luteranos. Nesse período, também chegaram algumas famílias procedentes da Saxônia, que vieram com o firme propósito de se estabelecer e criar bases na região. No ano de 1876, a colônia foi ampliada para o Norte, na direção dos rios Doce e Piraquê-Açu. Os Municípios de Santa Teresa, Ibiraçu e Santa Leopoldina tiveram como polo irradiador a cidade de Santa Leopoldina, na altura também chamada de Cachoeiro e Cachoeiro de Santa Leopoldina (PREFEITURA MUNCIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

Segundo a Prefeitura, após a Primeira Guerra Mundial, a imperatriz Maria Teresa, esposa de D. Pedro II, de origem austríaca, promoveu a vinda de uma grande leva de pomeranos que, desorientados com o pós-guerra, o desmantelamento dos principais feudos, a queda de muitas casas reais, a consequência da nova ordem implantada na

Europa e o desaquecimento de algumas regiões e países, decidiram migrar para outros continentes.

No ano de 1873, a maioria dos pomeranos se estabeleceu nas regiões ainda hoje denominadas de Luxemburgo e Jequitibá, na Colônia de Santa Leopoldina. Na década seguinte, parte desses imigrantes se dirigiu para a região de Santa Maria de Jetibá, mas também havia imigrantes oriundos das regiões do Reno e de Hessen, na Alemanha, de Luxemburgo e da Holanda, que iniciavam, assim, uma segunda etapa do processo de imigração (BOLDT, 2013).

Apesar da diversidade de origem desses imigrantes, todos foram assimilados pela cultura pomerana, que já que se constituía maioria. Como era usual entre os pomeranos, foi providenciada a instalação de uma escola, uma capela e uma pastoral, precedida pela demarcação do cemitério. Em 1879, já estava concluída a construção da escola que servia como capela para a comunidade celebrar os seus cultos. Inaugurada em 1882, com a celebração do primeiro culto em Santa Maria, essa igreja foi construída na localidade hoje denominada São Sebastião. As principais famílias que se instalaram na região foram: Klens, Henke, Berger, Foesch, Boldt, Hackbart, Bausen, Kosanke, Ruge, Siebert, Holz, Kruger e Seick (BOLDT, 2013).

As famílias pomeranas sempre foram muito unidas, realizavam as obras de primeira necessidade em mutirão; a união e a coletividade foram o alvo do progresso. Após a construção das primeiras casas, foi a hora de percorrer a pé pequenas trilhas na mata a fim de abrir caminhos para realizar a comunicação, o transporte e a troca de produtos por outros produtos. Tudo se trocava com o mesmo valor, só importando a mesma quantidade, seja fubá com carne, seja farinha com ovos, em quilos ou medidas. Mais tarde, com a ajuda de animais, como os bois, os pomeranos conseguiram suprir algumas necessidades, como transportar a carga mais pesada; para isso, utilizaram seus próprios animais para arrastar toras, arar a terra, entre outras atividades. Depois de muito tempo, houve abertura de caminhos em pequenos trechos de estradas com ferramentas existentes na época, como o enxadão, a picareta, a foice, o machado; foram também utilizadas tábuas para puxar a terra, inclusive para a construção de bueiros em locais onde havia pequenos rios, onde eram colocados paus ocos ou varões para a água passar; as pontes sobre os rios também eram construídas e feitas com toras de madeiras (BOLDT, 2013).

Antes da construção das pontes, o transporte de produtos pomeranos de ida e volta era feito em pequenas balsas e canoas sobre as águas correntes com muitas dificuldades e perigos. A outra grande dificuldade que os imigrantes enfrentavam era o processo do transbordo, feito de forma braçal, quando o desgaste físico chegou a ser insuportável. As pontes serviam de ligação entre as comunidades para o transporte e a passagem, aliviando e facilitando assim a sobrecarga humana e animal (BOLDT, 2013).

Mais tarde, chegou o primeiro caminhão modelo da Ford ano 29 para carregar as cargas, considerado um monstro; apesar de só conseguir transportar duas toneladas, era um gigante no transporte de cargas e servia também para fazer visitas aos familiares por onde existia estrada. Foi um grande avanço, afinal eram 30 quilômetros para ir e voltar à cidade de "Porto Cachoeira", que hoje é a cidade de Santa Leopoldina, onde a população fazia troca dos produtos com os comerciantes interessados. Conforme Boldt (2013), o veículo Ford 29 também servia para transportar, nos casamentos, os noivos e também os convidados para a igreja. Com o passar do tempo, o caminhão fez o transporte do interior, onde residiam as famílias pomeranas, até Vila Rubim, na capital Vitória. Nesse período, a viagem demorava uma semana e em tempos de chuvas chegava até a durar um mês. O motorista e o ajudante muitas vezes abandonavam o caminhão e voltavam para suas casas ou transportavam a carga no ombro das pessoas e no lombo de burros, vivendo-se novamente o drama dos tempos antigos, quando se amarrava a carga nos animais existentes nas comunidades, que levavam os alimentos às casas dos imigrantes.

Segundo informações encontradas no site da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (2014), assim que os pomeranos chegaram ao solo capixaba providenciaram recursos e maneiras pessoais para a construção de suas moradias. Os recursos utilizados foram encontrados nas florestas virgens na época, como madeira de lei para a estrutura, piso e janelas, argila para o reboco, barro branco para pintura e taboinhas para o telhado. O processo de construção envolvia, como matéria prima, o pau a pique ou estuque, com os quais se fazia um grande gradeamento com taipa que depois era preenchido com barro, jogado à mão por duas pessoas, sendo uma em cada lado; a cor branca utilizada nas paredes e o azul utilizado nas janelas fazia referência às cores da antiga Pomerânia.

2.4 A ATIVIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

O Município de Santa Maria de Jetibá,é um grande produtor de hortifrutigranjeiros, destacando-se nessa categoria dentro e fora do Estado. A avicultura, a olericultura, a cafeicultura e o comércio são as principais atividades econômicas do local. Ainda existem na região as atividades de fruticultura, avicultura de corte, bovinocultura e suinocultura que são praticadas em menor escala. Enquanto a avicultura possui pouco mais de 200 produtores, as atividades de plantio de café, feijão e oliveiras possuem em torno de 2.000 produtores cada. Assim, podemos dizer que a avicultura é a principal fonte de renda do Município, contudo a agricultura representa a principal atividade em termos de quantidade de propriedades e produtores envolvidos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

O Município de Santa Maria de Jetibá tem se destacado no apoio à agricultura orgânica, estando hoje em 1º lugar no Estado, tanto no número de produtores envolvidos como no volume de produção. Santa Maria de Jetibá é hoje referencial nacional em relação ao processo orgânico de produção agrícola. Já se inicia também a atividade de floricultura, com um grupo de mais de 10 agricultores e com boas perspectivas de aumento na atividade. A avicultura está sustentada em bases tecnológicas apropriadas e modernas, dirigida por empresários locais, que são responsáveis pela produção de 2,8 mil ovos/dia (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

Parte da produção avícola vem de pequenos agricultores, organizados em uma cooperativa, que fornece todos os insumos à assistência técnica e orienta a comercialização, dos quais 130 associados avícolas produzem 840 mil ovos/dia. A olericultura representa a atividade mais bem distribuída no Município, alcançando 80% das 3 mil propriedades familiares existentes. A diversificação de culturas é muito grande, destacando-se as produções de chuchu, repolho, cenoura, beterraba, couve-flor, pimentão, vagem, pepino, abobrinha, alface, alho e tomate. A região representa uma produção de cerca de 40% de hortigranjeiros que se consome em Vitória, além de alcançar mercados de Minas Gerais, da Bahia e do Rio de Janeiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

A produção oleícola do Município tem variado em torno de 120 a 140 mil toneladas anuais. No ramo da olericultura, se incrementa e aperfeiçoa essa produção pelo processo orgânico. A cafeicultura também é atividade importante na região, bem distribuída entre as propriedades rurais, abrangendo dois mil agricultores, com uma produção aproximada de 90 mil sacas de café ao ano. Devido às boas condições, tanto climáticas como de produção, e à proximidade com diversos centros consumidores, outras atividades têm despontado, como a produção de mel, a piscicultura, a floricultura, a fruticultura, a produção de tubérculos, a agroindústria e o turismo. Santa Maria de Jetibá é o Município que mais fornece às Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

2.5 CULTURA E DIVERSIDADE

Já se constatou a relevância do Plano Nacional de Cultura (PNC) para as políticas culturais brasileiras e os povos tradicionais. O PNC, instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020), voltadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

Os objetivos do Plano Nacional de Cultura são o fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e a promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e à fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

As 53 metas do Plano foram estabelecidas por meio da ampla participação da sociedade e dos gestores públicos. Vale destacar que o sucesso do PNC só ocorrerá com o envolvimento de todos os entes federados, por meio do Sistema Nacional de Cultura.

O processo de acompanhamento da execução das 53 metas é realizado constantemente pelo Ministério da Cultura e publicado na plataforma virtual (pnc.culturadigital.br), o que possibilita à sociedade acompanhar a situação atualizada de cada meta e o que está sendo feito para seu alcance.

Assim dispõe a ementa da Lei Nº 13.123, sancionada em 20 de maio de 2015 pela Presidência da República:

> Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea *j* do Artigo 8, a alínea *c* do Artigo 10, o Artigo 15 e os 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências (DECRETO Nº 6.040, [...], 2007).

Por sua vez, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, já instituía a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (DECRETO Nº 6.040, [...], 2007).

A cultura subjetiva, no sentido de aprimoramento das faculdades superiores individuais, nutre-se da cultura objetivada: a religião, os costumes, a linguagem e os valores. Por que existem tantas culturas? Analisar a resposta dessa pergunta nos faz pensar que isso envolve uma diversidade de fatores: embora a natureza humana seja a mesma e o homem seja universal no espaço e tempo, suas criações e seus produtos culturais sempre serão sensíveis; ainda que se trate de uma cultura simbólica ou não material, apresenta uma gama de manifestações. A cultura com as matrizes de epifania revela a riqueza interior do homem (ULLMANN, 1991).

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, a cultura não é um poder, algo ao qual possam ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições e os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos com densidade. O que os etnógrafos fazem é anotar a curva de um discurso social e fixá-lo numa forma pesquisável. O etnólogo inscreve o discurso social, ele o anota. E, ao fazê-lo, ele transforma um acontecimento que

poderia ser apenas um mero passado em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente; é nesse sentido que a cultura pode ser vista como um texto (GEERTZ, 1998).

Para Ullmann (1991), a cultura designa, em sentido amplo, o *modus vivendi*, que ao longo dos tempos os homens desenvolveram e desenvolvem reunidos na sociedade e é pressuposto para que surja a cultura. Em um sentido mais global, que participa de um determinado povo, está incluído o modo de pensar e de agir, o que implica uma concepção de ética e uma manifestação na linguagem, no código de leis seguido, na religião e na criação estética. O que chamamos tradicionalmente de cultura não material, ao mesmo tempo o *modus vivendi* se expressa nos instrumentos utilizados, bem como na maneira de obtê-los, nas vestimentas e nas habitações em que o homem busca abrigo.

Assim surge uma pergunta: qual a relação entre cultura e sociedade? A sociedade é uma união moral de homens que têm, em mente, certos objetivos comuns; já a cultura é um termo que dá realce aos costumes de um povo (ULLMANN, 1991).

Há também uma boa questão para refletir: a cultura pode ser transmitida? Sim, ela pode ser transmitida: a imitação e a linguagem que se traduz em símbolos, os alimentos, o fabrico de artesanato, o manejo de instrumentos são realidades visíveis e imitáveis pelos componentes da sociedade.

Conforme aponta Ullmann (1991), se, por um lado, o homem cria a cultura, ela, por sua vez, cria o homem. Ao nascer, o ser humano é irracional, não conhece freios para seus ímpetos, ignora o comportamento social, mas no convívio com membros mais velhos aprende a dominar seus impulsos, a ordenar seus desejos e a atualizar suas potencialidades. Dessa maneira, o autor define o conceito de cultura do ponto de vista essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teia de significado que ele mesmo teceu, assume a cultura como sendo essas teias e sua análise, portanto, se constitui não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

O objetivo da antropologia é uma hierarquia de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as imitações, os ensaios de imitação são percebidos e interpretados, e sem os quais eles de fato não existiriam. Trata-se de

estruturas superpostas de inferências através das quais o antropólogo tem que procurar seu caminho (GEERTZ, 1998).

Para Elias (1994), o que ocorre é uma naturalização dos hábitos e costumes, quando, se analisamos os costumes de uma sociedade diferente da nossa, é necessário nos desfazer de convicções acerca de boas maneiras e considerar que as diferenças de costumes são peculiares àquela sociedade, àquele tempo histórico. Em determinadas sociedades, alguns costumes da população estão em desacordo com o padrão de sociedade que se deseja e, por meio da educação, esses hábitos indesejados podem ser alterados.

Continuando, o autor cita:

> Na sociedade aristocrática de corte, a vida sexual era por certo muito mais escondida do que na sociedade medieval. O que o observador de uma sociedade industrializada-burguesa amiúde interpreta como “frivolidade” da sociedade de corte nada mais é do que essa orientação rumo à privacidade. Não obstante, medidos pelo padrão de controle dos impulsos na própria sociedade burguesa, o ocultamento e a segregação da sexualidade na vida social, tanto quanto na consciência, foram relativamente sem importância nessa fase. Aqui, também, o julgamento de fases posteriores é com frequência induzido em erro porque os padrões, da pessoa que julga e da aristocracia de corte, são considerados como absolutos e não como opostos inseparáveis, e também porque o padrão próprio é utilizado como medida de todos os demais (ELIAS, 1994, p. 178).

A história está diretamente relacionada às regras de comportamento social. Essa história refere-se não apenas à questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros. Todas as sociedades, ao longo da história, criaram normas e princípios com a finalidade de orientar as relações entre grupos e pessoas. Apesar de nem sempre procederem do Estado, alguns desses princípios impunham regras que, se não fossem seguidas, implicariam penalidades, que iam da desaprovação à exclusão daqueles que não as respeitassem (ELIAS, 1994).

2.6 A CULTURA POMERANA

A cultura pomerana é preservada até os dias de hoje e, ilustram-se nesta seção, para melhor entendimento, aspectos dessa cultura. Começando com a fase da criança, o nascimento e o batismo são momentos muito especiais para os pais e para comunidade pomerana.

A cultura é um processo dinâmico produzido no tempo histórico, de acordo com a situação social. Esta é construída, reinventada e recriada a todo o momento. É um sistema lógico em constante processo de classificação e reorganização, que se encontra sempre em mudança (TRESSMAN, 2005).

Dentro do folclore pomerano, é a cegonha que traz a criança ao mundo. As crianças aprendiam que a cegonha pescava os bebês dos lagos e rios e jogava pela chaminé para dentro das casas. Lá, quem os recebia com avental aberto era a parteira; já que as crianças vinham pelas chaminés, logo teriam que ser limpas com um banho. Tanto na gravidez ou nas primeiras semanas de vida, havia motivo de preocupação com as feitiçarias, os encantos, as magias e as simpatias que cercam a gravidez e a infância. Dois exemplos: na gravidez a mulher não pode ouvir conversas por trás da porta ou olhar pela fechadura, pois se ela fizer isso o bebê pode nascer estrábico (RÖLKE, 1996).

Outro exemplo: quando a criança nasce menina, deve ser enrolada numa camisa de homem, para assegurar-lhe o casamento na vida adulta. Outros cuidados também deve-se ter com a criança: no primeiro ano de vida não pode cair nenhum pingo de chuva no rosto, pois pode provocar sardas, cuja cura se consegue com uso de água condensada que surge nas vidraças, quando a temperatura do lado de fora é mais baixa do que a de dentro da casa.

O tempo de maior perigo para a criança acontece seis semanas após o nascimento, quando a mãe vai com ela pela primeira vez ao culto. Nesse dia, então, a mãe é aceita na comunhão com os irmãos, mas antes disso ela não pode abandonar a casa, nem pode descer ao porão, nem subir ao sótão e muito menos atravessar a rua ou sair dos limites da propriedade. Depois do nascimento da criança, quando a mãe a leva pela primeira vez à igreja, existem particularidades: a mãe não deve conversar no caminho, pois, se ela prosear muito, a criança pode ser tornar levada e conversadeira; de volta para casa do culto, a mãe deve fazer a oração do Pai Nosso, perto da boca da criança, pois assim ela aprenderá com facilidade a oração.

As crianças pomeranas são batizadas quando pequenas e a escolha dos padrinhos é muito importante. A criança recebe, além do seu nome, o nome dos padrinhos. No dia do batismo, os padrinhos presenteiam seus afilhados com a lembrança ou a Carta de

Batismo, dentro da qual se colocam crina de cavalo, sementes de cereais, agulhas, penas de ganso etc. A crina de cavalo é para dar sorte no trato de cavalos, a agulha para, quando adulta, ser uma boa costureira; esses objetos eram colocados dentro das cartas de batismo para desejar sorte no futuro das crianças. Após o batismo na igreja, acontecia na casa do batizando uma festa com comidas e bebidas para comemorar o acontecido (RÖLKE, 1996).

As cantigas de ninar para o crescimento e o desenvolvimento das crianças eram uma grande preocupação para as mães pomeranas. Era importante que a criança tivesse noite de descanso, pois se acreditava que a alma do cuidado era pouca. Quando uma criança sorria na hora do sono, dizia-se que ela estava brincando com os anjos (RÖLKE, 1996).

O povo pomerano é muito religioso, por isso tinha muita fé quando se tratava de doenças, crenças e curas. Para ele, os deuses se faziam presentes na natureza e se manifestavam no meio do seu povo, através do sucesso na colheita, das chuvas, do envio de raios solares. Dentro das manifestações da natureza, os deuses se subdividiam em vários espíritos, que se apresentavam e vivificavam o ar, a terra, a água, o fogo e as estações do ano. No entanto, o povo tinha dificuldade de distinguir os espíritos divinos dos espíritos maus (RÖLKE, 1996).

A última semana da Quaresma — a Semana Santa que antecede o domingo de Páscoa — é um período marcado pela quietude, pois se comemoram os últimos acontecimentos da vida terrena do Senhor. A Sexta-feira Santa é um dia marcado não somente pelo silêncio, mas é um dia em que as famílias não vão trabalhar na lavoura e no lar, a conversa é proferida em tom baixo, o fogo é aceso apenas para fazer o café da manhã e requentar o canjicão (prato à base de milho, leite e açúcar), ou a torta de palmito doce, preparada no dia anterior (TRESSMAN, 2005).

Na madrugada da Páscoa, as moças recolhem no riacho a água da Páscoa, que tem vários benefícios, como trazer beleza para as moças durante o ano todo, bem como saúde para família; é indicada especialmente para problemas nos olhos. A água deve ser recolhida contra a correnteza e levada até a casa no mais absoluto silêncio. A moça que busca a água deve ficar algum tempo em silêncio. Ao retornar, a pessoa não pode olhar para trás, a porta da casa deve ser aberta sem fazer nenhum ruído,

pois, se o silêncio for quebrado, o líquido expõe-se a perder o poder de cura (TRESSMAN, 2005).

Bem antes do início da primavera, os pais cortam galhos de bétula para suas crianças; a bétula é uma árvore de tronco claro, ramagem fina e comprida, com folhagem delicada; os galhos são colocados dentro de recipientes com água e guardados na sala de casa; quando começam a brotar, é sinal de que a Páscoa está chegando (RÖLKE, 1996).

Esses galhos que anunciam a Páscoa também eram usados no domingo de Páscoa bem cedo, quando as crianças iam até o quarto dos pais e dos avós e os acordavam, cutucando-os com galhos e cantando. Depois desse acontecimento, as crianças podiam pegar seus ovos de Páscoa que estavam no ninho feito por elas mesmas no dia anterior. Usava-se uma vasilha enfeitada com folhas e galhos bem bonitos e se dizia que quanto mais lindo o ninho ficar mais belos ovos o coelhinho vai botar (RÖLKE, 1996).

O povo pomerano tinha um livro de fórmulas mágicas, escrito em alemão, que continha simpatias para cura. Para algumas doenças, os pomeranos acreditavam que havia cura por meio dessas fórmulas. Para curar a espinha: três mulheres vão ao verde vale, traziam em suas mãos três florzinhas do Senhor Jesus que curam e aplacam toda dor em nome de Deus. Três vezes com a mão em cruz sobre o peito. Tudo três vezes. Para a doença de sapinho: daqui bebe o burro, o cavalo, o cachorro. Com isso faço parar o sapinho da boca, a parteira e a ama, em nome de Deus Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém. Esses foram dois exemplos para entender um pouco como eles rezavam para obter a curas das doenças (RÖLKE, 1996).

Um bom pomerano, não nega suas raízes, gosta de uma boa festa, de comidas e bebidas. Isso não significa necessariamente sinal de riqueza, mas sim gosto de se reunir para uma boa conversa. Até hoje, os pomeranos são conhecidos pela boa hospitalidade, pois quando recebem alguém em sua casa oferecem tudo que possuem, mesmo que com isso fiquem com pouca comida para os próximos dias. Um segundo motivo pode ser atribuído à estrutura rural da Pomerânia: nos relatos da luta de sobrevivência, o povo realizava muitos mutirões onde se dividiam as tarefas; pelas muitas dificuldades e tempos difíceis que enfrentaram, ficavam unidos para vencer os

obstáculos, e as tristezas eram compartilhadas por todos, após o trabalho, à noite, quando se reuniam nas casas para conversar (RÖLKE, 1996).

O período do Natal e do Ano Novo era apreciado por pessoas de zero a oitenta anos. As crianças menores decoravam versos ou versículos bíblicos, apresentavam-se na noite de Natal na igreja, também era apresentado teatro de natal representando os autores Maria e José e anjos. Papai Noel, figura popular visitava as casas, presenteando ou castigando as crianças, quando eram obedientes recebiam presentes, e quando não eram recebiam castigos. No Natal e Ano Novo, os pomeranos jogarem presentes para dentro das casas, geralmente é um presente que continha artigo de gozação e muito bem empacotado e amarrado. Para o Natal são confeitados de forma carinhosa biscoitos, bolos, pão recheado com frutas e doces. No último dia do ano tem a particularidade de soltar fogos que por sinal produzem muito barulho, para espantar todo mal (RÖLKE, 1996).

Na noite de ano novo, a dona da casa pomerana dormia com o hinário, do qual sempre cantava na igreja, no primeiro dia do ano abria o hinário aleatoriamente, o hino encontrado indicava para ela como seria o ano novo para toda família (RÖLKE, 1996).

Segundo Rölke (1996), nascimento/infância, casamento e morte, para os pomeranos, são três aspectos em que a crença popular pomerana está presente de forma acentuada. Eles não temem a morte, pois a consideram como fato natural que cada um deve seguir. Na hora da morte, os parentes abrem todas as janelas para que a alma não sofra sobressaltos para céu. Em seguida, alguém da família faz uma oração e cantam louvores. Outro detalhe importante: o olho do falecido também tem que ser fechado, assim como a boca, se não o morto chama uma próxima pessoa.

O relógio é parado, para simbolizar que mais um relógio da vida deixa de funcionar. Depois de tomadas tais providências, é preciso dar banho no defunto — geralmente por uma mulher, de preferência a mais velha —; após o banho, a água não pode ser dispensada no local que as pessoas pisam, por isso ela é jogada em muros ou buracos; a toalha do banho é colocada no caixão e a bacia é destruída. Enquanto o difundo é aprontado, os familiares percorrem a região para avisar o ocorrido. No sepultamento, toca o sino da igreja três vezes para avisar que a cova já está pronta. No colchão das crianças são colocados brinquedos, as mulheres vestem seu traje de

casamento, todos eles colocavam algo que não podia faltar, seja uma bíblia, seja um hinário. Finalmente o defunto é sepultado dentro de 24 horas, com um culto em que o pastor fala as últimas palavras de conforto para família (RÖLKE, 1996).

Dentre outros aspectos culturais, a comida típica chama atenção: mesmo com o passar dos anos e com a facilidade e a disponibilidade de compras de suprimentos alimentares, muitos pomeranos ainda mantém a tradição alimentar, que consiste no preparo de seus próprios alimentos na preservação de receitas de geração para geração.

Seguem alguns exemplos: pães *milhabrot* (pão de milho, preparado com batata doce, cará, aipim e fubá de milho branco ou amarelo), *spitsbuben* (bolo Ladrão), *kasekuchen* (bolo de queijo), *streuskuchen* (bolo com farofa), *Strudel* (bolo com frutas), biscoitos caseiros de nata, polvilho ou amanteigado; entre as comidas salgadas, destacam-se**:** linguiça de carne de boi, queijo tipo *puina* e *chmierkase* (coalhada), *Blutwurst* (chouriço feito de sangue e miúdos de porco), batata ensopada, sopas (canja, aipim cozido e socado, batata doce socada, sopa com rosca); entre as comidas doces, ressaltam-se: *firsichup* (sopa de ameixa), arroz doce, banana-nanica assada, geleias de frutas da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

Dançar é resgatar a arte nativa dos antepassados; com tal objetivo surgiu, na década de 60, o primeiro Grupo de Dança Folclórica de Santa Maria de Jetibá. No final dos anos 80 e início dos anos 90, houve o surgimento de inúmeros grupos representados pela juventude escolar. Hoje o Município conta com seis grupos de danças pomeranas e alemãs, um de danças latinas, um de danças holandesas e um de capoeira.

O Espírito Santo é o resultado de uma mistura e de um encontro de etnias que faz a sua história rica de tradição e costumes. A herança europeia está presente, nas montanhas do interior do Espírito Santo, em danças italianas, pomeranas, alemãs, holandesas e polonesas que resistem e renovam-se. Elas foram incorporadas à cultura popular capixaba e suas apresentações são demonstrações de pura alegria.

A concertina, trazida pelos imigrantes, é o instrumento musical que mais toca o coração e a alma do pomerano. Ela está presente em todas as festas e atividades coletivas. No silêncio de sua casa, junto à sua família, é que o tocador começa a

aprender o instrumento e a ensaiar as músicas que, posteriormente, serão utilizadas nos encontros comunitários, como festas de ajuntamento, casamentos, forrós e festas nas comunidades.

Segundo a prefeitura municipal (2014), oito décadas se passaram, mas o estilo musical tocado pelos trombonistas de Santa Maria de Jetibá continua presente na história e na vida da comunidade pomerana. Os grupos deixaram de lado a imagem ligada à igreja e conquistaram novos públicos, tanto que hoje alegram as tradicionais festas do Município, os casamentos, os batizados e fazem movimentações pelas ruas na véspera do Natal. Também em dias de enterros, o velório segue ao som de hinos até a chegada ao cemitério. Os grupos são convidados a tocar em alguns enterros, quando, nesse momento de tristeza e dor, executam os seus mais belos hinos, tentando proporcionar, dessa maneira, um pouco de conforto para os familiares. O primeiro grupo tomou forma e fez sua primeira apresentação no dia 17 de julho de 1927.

Incentivado pelo pastor Hermann Reolke, o grupo ainda se mantém presente na sociedade e apagou as velinhas de oitenta anos em julho de 2007. O estilo musical tornou-se uma tradição que vem sendo passada de geração para geração. Os pais ensinam para os filhos, os tios para os sobrinhos e quando se percebe está tudo em família. O Município possui 13 grupos de trombonistas que, no total, envolvem mais de 300 músicos. A idade não influencia no desempenho musical: fazem parte de um mesmo grupo crianças, jovens, adultos e idosos, todos tocando em um mesmo ritmo com igual objetivo: alegrar a vida das pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

Grande parte da população rural do município ainda mantém viva a língua pomerana. Esse fato pode ser notado também nas ruas da sede, onde os mais velhos utilizam a idioma pomerano em seus diálogos. É importante que as famílias transmitam para os seus filhos com a finalidade de manter viva a cultura. A língua é a alma da cultura, resgatá-la é preservar a identidade cultural do povo pomerano.

A partir da implementação do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), em 2005, nos Municípios de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas e Vila Pavão, vários temas nas escolas foram conduzidos em língua

pomerana, nas modalidades oral e escrita. O objetivo geral do PROEPO é desenvolver, nas escolas públicas, um projeto pedagógico que valorize e fortaleça a cultura pomerana e a língua oral e escrita. A atuação desse programa nas escolas e a edição do Dicionário Pomerano e do Livro-Texto *Upm Land* — “Na Roça” —, em 2006, passaram a contribuir para o fortalecimento da língua pomerana e de seus falantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2014).

Durante as festas de casamentos que ocorrem na região e nos eventos ligados ao calendário da igreja luterana e do Município se dá inicio à maioria dos namoros. No decorrer dos encontros do coral da juventude, das reuniões para ensaio de teatro de Natal, da preparação da comida para as festas comunais, dos ensaios para festivais de música, dos arranjos para festa de casamento do vizinho, do mutirão da construção da casa surgem oportunidades para iniciarem os futuros enlaces matrimoniais.

Segundo Foerste, and Kuster (1997), o casamento pomerano no Espírito Santo é umas das principais tradições dos imigrantes alemães, em que eles ainda conseguem manifestar espontaneamente toda sua identidade cultural. Os proclamas do culto religioso ocorrem cerca de um mês antes da oficialização da união matrimonial, período em que se iniciam os preparativos para a festa, a construção do forno e dos galpões. Tudo é feito por amigos, vizinhos, parentes, cozinheiras e por copeiros que são primos e primas dos noivos.

A época ideal para casamentos é o mês de maio, o mês das noivas. Evita-se casar na Quaresma, no mês de agosto, no período das doze noites e em ano bissexto; quando são realizados nessa época, os casamentos acontecem em janeiro ou no início de fevereiro, o mais tardar (TRESSMAN, 2005).

O convite é feito pelo irmão caçula da noiva: ele parte a cavalo, de motocicleta ou de bicicleta, levando uma garrafa de vidro pequena, contendo cachaça, e enfeitada no gargalo com um pingente de fitas coloridas de cetim e ramos de tuia ou de alecrim. Ao aproximar-se da casa, anuncia-se com três gritos característicos. O convidador entra na sala de estar e, em pé ou em círculos, profere a sua fala-convite para o casamento, em forma de versos. Após a fala, o proprietário ou outro membro da casa toma um gole de bebida, selando desse modo o compromisso de comparecimento. Antes de partir, o rapaz recebe um lenço colorido, que é preso às suas costas. Os

lenços que ganha das famílias visitadas são usados no dia do casamento. Se o convidador encontrar a casa fechada, ele solta gritos em falsete, anunciando, assim, a sua chegada à família que se encontra na lavoura (TRESSMAN, 2005).

As festividades têm início na quinta-feira, véspera do casamento. São convidadas para os preparativos do casamento as mulheres que têm mais experiência na cozinha e que já cozinharam em outros; geralmente sempre são as mesmas. A festa de casamento dura três dias e é realizada na casa dos pais da noiva (TRESSMAN, 2005).

Na véspera do casamento, na quinta-feira (atualmente também na sexta-feira) à noite, realiza-se o ritual do ‘‘Quebra-louças’’, também conhecido no Espírito Santo por ‘‘Pé de Galinha”, em razão do prato servido na ocasião. Inicia-se com a janta, servida por volta do anoitecer. O prato principal é a sopa de miúdos de galinha, boi ou porco, acompanhado de macarrão, rosca, aipim e linguiça bucho de boi. A melhor parte da carne dos animais abatidos fica para o dia seguinte. A sopa de miúdos de frango significa boa sorte para o jovem casal (TRESSMAN, 2005).

Logo após o jantar, que dura cerca de uma hora, os músicos (concertinistas, percursionistas e cantores/as) ficam sentados em um pequeno palco armado no fundo da sala. Assim que a oradora entra no salão, para-se a música. Ela dá início à fala ritual e quebra a primeira vasilha de porcelana que traz no bolso do avental ou na mão, deixando-a cair no assoalho. Após o término da segunda parte da fala, que inclui a entrega de presentes, a oradora quebra o restante das louças. Naquele momento, as cooperas também jogam no chão a louça que trouxeram (TRESSMAN, 2005).

Terminada essa parte, começa a dança–brincadeira sobre os cacos de porcelana, ao som da concertina, entre os noivos *versus* cooperos e cooperas e alguns convidados. Os noivos, munidos de vassouras, esforçam-se em varrer os cacos para fora do salão, enquanto que os/as cooperos/cooperas, ao ritmo da dança, tentam chutar os cacos novamente para o meio. Se um dos noivos conseguir dar uma vassourada para fora do recinto, o casal sairá como o vencedor da brincadeira. No ritual está presente a ideia de *puldra*, “barulhar”’, “fazer algazarra”, para afastar bruxedos e maus-olhados que, porventura, possam ser lançados contra o casal e sua *land* (terra) e atrapalhar sua futura vida, como desentendimentos, brigas, doenças, catástrofes, má-sorte na lavoura e na criação de animais. Além de quebrar as peças de porcelana, estouram-

se muitos fogos de artifícios, que fica a cargo principalmente dos copeiros. O barulho dos foguetes, além de afastar as desgraças, expressa também alegria (TRESSMAN, 2005).

No dia da festa de casamento, os convidados recebem lacinhos de fita de cetim que, conforme a cor e o arranjo, identificam os pais e avós dos noivos, o convidador, as testemunhas, os copeiros, os cozinheiros/as e os padrinhos/as madrinhas e, por fim, os convidados em geral. Os casados, independentemente do sexo, recebem um laço de cor azul e os solteiros, de cor-de-rosa ou vermelho.

A noiva é arrumada por sua mãe e traja vestido preto de cetim com uma faixa, igualmente de cetim, de cor verde na altura da cintura, com uma coroa verde, tecida de murta, alecrim ou cipreste, adornada com flores de laranjeira. No Espírito Santo, esse costume perdurou até a década de 1940, quando as noivas passaram a usar vestido branco (TRESSMAN, 2005).

Há várias tentativas de explicar o uso do preto pela noiva, muitas delas veiculadas em matérias jornalísticas, baseadas na dimensão socioeconômica ou no determinismo geográfico. Quando uma moça se casava, sua primeira noite não era com o marido, mas com o senhor feudal. Elas começaram a vestir-se de preto em sinal de protesto. A tradição de casar de preto nasceu como protesto, no tempo em que a noite de núpcias era com o senhor feudal. O vestido preto recordava o sofrimento da noiva quando ela era violentada pelo senhor feudal. Além disso, a noiva trajava vestido preto por causa do clima frio da Pomerânia. No Espírito Santo, o vestido preto era pura falta de recursos (TRESSMAN, 2005).

Depois que acontece o casamento na igreja, os noivos chegam ao local da festa, onde recepcionam seus convidados e recebem presentes. Após isso, sentam-se com os convidados em uma enorme mesa com café, vários pães, bolos, biscoitos etc. Terminado o café, convidam os parentes e amigos para registrar o momento, quando um fotógrafo tira várias fotos, geralmente em um lugar bem amplo, como um pasto ou campo de futebol, para que todas as pessoas da festa possam estar na foto. À noite, na mesma mesa em que foi servido o café, os noivos jantam com seus familiares. Quando todos já jantaram, mais ou menos às 21 horas, começa a dança dos noivos, em que a noiva e o noivo dançam, com cada um, uma volta no salão. Só o homem

paga qualquer quantia pela dança e assim acontece até todos da festa dançarem, o que pode acontecer até a meia noite. Logo após, o salão de dança é liberado para os convidados que, na maioria das vezes, dançam até o amanhecer (TRESSMAN, 2005).

No último dia de festa, no domingo, há participação de um número expressivo de convidados que têm por finalidade visitar os recém-casados, comer e beber o que sobrou do dia anterior. Em alguns casos, há baile à noite. O jovem casal irá residir na terra dos pais do noivo.

Para Tressmann (2005), os rituais de núpcias marcam o momento da separação da noiva de sua família, pois, diante da regra de residência, a mulher se desloca do seio de sua família, isto é, após o casamento, a mulher sai da casa paterna e vai residir na terra do marido. Designam as primeiras semanas seguintes à do casamento, período durante o qual o casal está se adequando à nova vida de casados. Quando o relacionamento vai bem entre ambos, o período é conhecido como semanas dos beijos. Depois, conforme muitos opinam, têm início as “semanas do porrete”, que é o período do primeiro mês de casamento, caracterizado por pequenas desavenças entre os cônjuges. São os tempos dos desentendimentos entre o casal, quando a disputa pela autoridade e a gerência de negócios da propriedade rural se tornam acirradas. Desse modo, o vestido preto simboliza morte social, separação da noiva de sua família.

3 GÊNERO: A MULHER POMERANA

Nesta seção, dedicaremos especial atenção às mulheres pomeranas, às categorias e aos conceitos de gênero, à vida cotidiana e suas múltiplas jornadas de trabalho.
Podemos começar nossa reflexão discutindo o motivo por que as questões relativas às mulheres são tratadas sob o termo de “gênero”. O termo foi um conceito construído socialmente, buscando-se compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles (BESSA, 1998).

A distribuição de papéis sociais, de acordo com o gênero masculino e feminino, leva a uma caracterização por meio da qual o grupo social tende a apresentar uma relação

de dominação do homem sobre a mulher. O machismo é uma questão impregnada nos costumes e valores herdados nas famílias camponesas pomeranas. Essa herança faz com que a formação dos indivíduos ocorra dentro de moldes conservadores, em que a mulher, muitas vezes, é vista como ineficiente para atuar em alguns setores ou assumir determinadas responsabilidades. Outro aspecto abordado na pesquisa é a questão da saúde da mulher pomerana. Considerando a exposição à radiação solar induzida pelo trabalho na lavoura optamos por trabalhar com o câncer de pele.

O trabalho revela o modo como o ser humano lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das ideias que delas fluem. O trabalho é o centro das atividades especificamente humanas e, sob essa ótica, os homens relacionam-se com a natureza por intermédio do trabalho (MARX, 1983).

O conceito de “gênero” enfatiza, à exaustão, seu caráter relacional, insistência desnecessária, já que, em sociedade, tudo apresenta essa característica. Gênero diz respeito às imagens do feminino e do masculino, historicamente construídas. Gênero, segundo Beauvoir (1980), portanto, representa todos os aspectos socioculturais, construídos historicamente, que poderiam residir sobre um indivíduo. A título de exemplo, gênero compreenderia os comportamentos, as preferências, os interesses, as formas de se vestir, andar e falar, relacionadas a ser homem e ser mulher. Todos esses aspectos seriam simplesmente somados a um corpo que, por estar preso à natureza humana, é imutável, fixo e bipolar, separando o masculino do feminino (BEAUVOIR, 1980).

Gênero é a representação de uma relação social, do pertencimento de um indivíduo a uma categoria social e da posição desse indivíduo a outros grupos previamente constituídos. O conceito de gênero procura explicar as relações entre mulheres e homens, surgindo após muitos anos de luta feminista e de formulação de várias tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres. Nesse sentido, o conceito de gênero veio responder a vários desses impasses e permitir analisar tanto as relações de gênero como a construção de identidade de gênero de cada pessoa. Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê em associação ao outro as relações de poder e de hierarquia dos homens sobre as mulheres (SAFFIOTI, 1992).

Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções, e não uma descrição de traços inerentes; sugere uma relação entre categorias que torna possíveis as distinções ou os agrupamentos separados (SCOTT, 1995).

Compreendemos que o gênero não possui apenas sexo, mas possui classe, raça, etnia, orientação sexual, geração etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, não podem ser vistas de forma isolada das suas macrodeterminações, pois, na sociedade, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una às idosas/o idoso e jovem, etc., a classe irá dividi-las (os) dentro da ordem sociometabólica do capital (CISNE, 2012, p. 114).

A contribuição do conceito de gênero, ao afirmar a construção social dos gêneros, coloca que as identidades e o papel masculino e feminino não são um fato biológico, vindo da natureza, mas algo construído historicamente e, portanto, pode ser modificado. A construção social dos gêneros tem uma base material e não apenas ideológica, que se expressa na divisão sexual do trabalho.

As relações de gênero também são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres. Essas relações de poder são as primeiras vividas por todas as pessoas e com elas aprendemos o mundo, ou seja, as relações com o mundo se iniciam a partir dessas relações de poder e se reproduzem no conjunto da sociedade e das instituições. Modificar essas relações implica uma nova correlação de forças, construída pela auto-organização das mulheres e mais favorável a elas (BEAUVOIR, 1980).

O mundo do trabalho, da política e da cultura também se organiza conforme a inserção de mulheres e homens a partir de seus papéis; portanto, não existe uma luta geral e depois uma específica, mas, em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres. A análise das relações de gênero só é possível considerando a condição global das pessoas, da classe, da raça, da idade, da vida urbana ou rural e do momento histórico em que se dá (BEAUVOIR, 1980).

A sociedade não está dividida entre homens dominadores, de um lado, e mulheres subordinadas, de outro; há homens que dominam outros homens e mulheres que dominam outras mulheres. O poder do macho apresenta diferenças, está presente nas classes dominantes, nas subalternas, nos contingentes populacionais, seja pai, seja companheiro. Assim, em sua maioria, ainda a mulher é subordinada ao homem (SAFFIOTI, 1987).

No campo do trabalho que reúne homens e mulheres sob o comando de homens, a sujeição feminina é mais profunda que a masculina. Isso pode ser averiguado através de vários aspectos: os patrões pagam menos às empregadas, mesmo quando elas desempenham as mesmas tarefas que os homens; há ocasiões em que são submetidas a testes vexatórios, visando controlar sua vida reprodutiva: quando o teste revela gravidez, a mulher é demitida do emprego (SAFFIOTI, 1987).

Conforme Cisne (2012, p. 114), a não valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com sua classe Além disso, a incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a não divisão das tarefas realizadas dentro dos domicílios fazem com que recorram a empregadas domésticas e diaristas, em várias situações sem registro em carteira de trabalho, sem segurança para executá-lo. A subordinação da mulher e os dons ou as habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois as atividades e os trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino, são consideradas dons e não trabalho.

Sendo assim, o trabalho feminino é considerado menos complexo, menos importante, por isso é desvalorizado. Outro fator importante e que deve ser enfatizado é que as mulheres efetivamente incorporadas no mercado de trabalho ainda são direcionadas a realizar tarefas consideradas femininas e a escolher profissões que exijam um maior cuidado. A partir de uma construção social, nota-se que mulheres são designadas ao trabalho do cuidado e os homens, ao campo da intelectualidade e das ciências, àqueles que proporcionam maior valor aquisitivo, moral e social. Esse processo de direcionamento das atividades se inicia no seio familiar, quando homens e mulheres são ainda crianças (CISNE, 2012, p. 114).

É necessário compreender, então, que as crianças são educadas para desempenharem seus papéis. Às meninas são atribuídas brincadeiras como cuidar de bonecas, cozinhar; aos meninos, realizar experimentos “científicos”, brincar de carrinho, jogar bola, entre outros. Essas brincadeiras não apenas reforçam e legitimam a desigualdade sexual no trabalho, bem como viabilizam o desenvolvimento de habilidades nesses aspectos. Por exemplo, as meninas são “treinadas” para exercer a costura e a limpeza da casa (CISNE, 2012, p. 114).

Podemos observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira, embora esse fenômeno não seja exclusivo do Brasil. Presume-se que o homem tenha dominado a mulher pela força física, mas, como se sabe, há exceções a essa regra, variando a força em função de altura, do peso da estrutura óssea da pessoa, pois há mulheres detentoras de maior força física que certos homens (CISNE, 2012, p. 114).

Conforme Saffioti (1987, p.12), a força da ideologia da inferioridade da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua fraqueza. Estão de tal maneira imbuída da ideia de sua inferioridade que se assumem como seres inferiores aos homens.

Os homens são destinados ao combate, enquanto as mulheres assumem as funções antes desempenhadas pelos elementos masculinos. É de extrema discriminação contra a mulher ou contra outras categorias sociais. O casamento acontece na fase adulta da vida, quando os hábitos anteriormente apreendidos por essas mulheres já estão solidamente estruturados. A família define pela obrigatoriedade de a mulher passar a integrar a comunidade do marido (SAFFIOTI, 1987).

Segundo Millet (1971), é importante compreender os grupos de gênero no passado histórico, a fim de descobrir o leque de papeis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos. Desse modo, torna-se importante entender a construção de gênero como princípio da organização social com sua relatividade histórica. Na abordagem da teoria social, o gênero aparece como categoria analítica no fim do século XX, como preocupação teórica elaborada pelas feministas contemporâneas, fazendo parte da tentativa de reivindicar uma definição para explicar desigualdades entre as mulheres e os varões.

Scott (1995) sistematizou um esquema de compreensão de gênero baseado em quatro elementos inter-relacionados, constitutivos das relações sociais, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e frequentemente contraditórias, Eva e Maria, como símbolo de mulher, mitos de luz, escuridão, purificação, poluição, inocência, corrupção. Os conceitos normativos põe em evidência as interpretações dos sentidos dos símbolos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que tomam forma de oposição binária fixa e afirmam, de maneira categórica e inequívoca, o significado do varão e da mulher, do masculino e feminino.

No entanto, é preciso haver inclusão de uma concepção de política, bem como uma referência às instituições e à organização social com uma visão ampla que inclua, além do parentesco, o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. A identidade subjetiva que configura modelos de sentimento, valores, representações, imagens fixas para cada sexo, em vez disso, precisam examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são construídas e relacionar seus achados em uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (SCOTT, 1995).

Diante do desafio de encontrar formas práticas de desconstrução da ordem hierarquizada em que vivemos, derruba-se a muralha que separa os seres humanos por gênero, transitando da velha ordem para uma nova ordem social, com consciência de que precisamos de bagagem suficiente para não sucumbirmos aos traumas produzidos pela transformação que nos propomos a fazer na sociedade. Sexo e gênero em conjunto constituem a identidade humana, inscrevendo cada varão e cada mulher em uma história que vai se modelando para cada pessoa, no desenvolvimento do processo de identificação e diferenciação entre si mesma e a outra, que acompanha o decurso de toda a vida individual (SCOTT, 1995).

A função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e a chefia do grupo familiar. O homem, associado à ideia de autoridade devido a sua força física e ao poder de mando, assumiu o poder dentro da sociedade. Assim, surgiram as sociedades patriarcais, fundadas no domínio do homem, do chefe de família (BESSA, 1998).

A ideia de posse dos bens e a garantia da herança para as gerações futuras levou o homem a interessar-se pela paternidade. Assim, a sexualidade da mulher foi sendo cada vez mais submetida aos interesses do homem, tanto no repasse dos bens materiais, através da herança, como na reprodução da sua linhagem. A mulher passou a ser do homem, como forma dele perpetuar-se através da descendência. A função da mulher foi sendo restrita ao mundo doméstico, submissa ao homem (BESSA, 1998).

O conhecimento teórico sobre linguagem, pensamento e ação exige que, na análise dos diversos aspectos da vida dos varões e das mulheres, incorpore a perspectiva de gênero, para que seja possível conceitualmente se visualizar, criticar e discutir suas imperfeições na sociedade. A cultura patriarcal disseminou a ideia de que há uma relação natural da ocupação de gênero, que associa o sexo biológico macho e fêmea, com algumas atividades humanas, assim diversas ocupações são geralmente associadas às pessoas do gênero feminino (SCOTT, 1995). Enquanto um homem, em sua juventude, é estimulada a exercitar sua identidade profissional diretamente no mundo público, a mulher percebe, desde jovem, que tem que optar por permanecer ancorada no espaço doméstico, casando-se e tendo filhos, enquanto o homem vai automaticamente para o mercado de trabalho exercitar uma profissão ou ocupação, ou seja, conjuga seus interesses, atuando tanto no espaço privado, quanto no espaço público.

Para as mulheres, em termos profissionais é importante analisar o que significa exercer uma atividade profissional, tanto pela situação objetiva e concreta (licença-maternidade, amamentação, aborto), quanto pela influência subjetiva derivada dos modelos ideológicos difundidos na sociedade, na qual interferem elementos negativos conservadores de gênero, construtores de relações sociais inadequadas entre varões e mulheres que desencadeiam o sexismo no mercado de trabalho (SCOTT, 1995).

3.1 A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

Segundo Falcão (2003), a inserção da mulher no mercado de trabalho começou de fato com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres

passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho.

Quando a guerra acabou e com ela também a vida de muitos homens que lutaram pelo país, os poucos que sobreviveram foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Nesse momento as mulheres se sentiram na obrigação de deixar a casa e os filhos para dar continuidade aos projetos e ao trabalho que eram realizados pelos seus maridos. A partir desse momento, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres.

Ficou estabelecido na Constituição de 1932 que, sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde salário igual; foi proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; foi proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez. No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. Entretanto as mulheres recebem, em média, 71% do salário dos homens. Pouco a pouco, as mulheres vão aumentando seu espaço na economia nacional (FALCÃO, 2003).

Outro fator a ser vencido é o analfabetismo, que ainda existe em algumas famílias. Muitas mães não tiveram a oportunidade de estudar, deixando de lado os estudos para poder trabalhar. Outra característica da década foi consolidar a tendência de queda da taxa de fecundidade iniciada em meados da década de 60. As mulheres têm hoje 2,3 filhos. Há 40 anos, eram 6,3 filhos. Hoje as famílias estão cada vez menores, pois os pais optam em ter um ou dois filhos, por trabalharem o dia todo, e a mãe às vezes não tem com quem deixá-los. A história da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, está sendo escrita com base em dois quesitos: a queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de instrução da população feminina. Esses fatores vêm acompanhando, passo a passo, a crescente inserção da mulher no mercado e a elevação de sua renda (FALCÃO, 2003).

A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher ao mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. Em fases de ampliação da produção, se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituía-

se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato. As lutas entre homens e mulheres trabalhadoras estão presentes em todo o processo da revolução industrial. Os homens, substituídos pelas mulheres na produção fabril, acusavam-nas de roubarem seus postos de trabalho. A luta contra o sistema capitalista de produção aparecia permeada pela questão de gênero. A questão de gênero colocava-se como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador (BESSA, 1998).

A categoria de gênero considerada, em termos de estudos teóricos, recente por ganhar maior destaque apenas a partir dos anos 1980, encontra-se permeada por diferentes perspectivas teóricas e políticas, o que a torna polêmica. Refletir criticamente em torno dessa polêmica é indispensável para analisarmos os rumos do feminismo na atualidade, uma vez que essa categoria se tornou central para os estudos e a atuação política feminista (CISNE, 2012).

Assim, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX, havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e direito de voto. Ao ser incorporada ao mundo do trabalho fabril, a mulher passou a ter dupla jornada de trabalho. A ela cabia cuidar da prole, dos afazeres domésticos e também do trabalho remunerado. As mulheres pobres sempre trabalharam. A remuneração do trabalho da mulher sempre foi inferior ao do homem (BESSA, 1998).

A dificuldade de cuidar da prole levou as mulheres a reivindicarem escolas, creches e direito da maternidade. Na sociedade capitalista, persistiu o argumento da diferença biológica como base para a desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres eram vistas como menos capazes que os homens. Nessa sociedade, o direito de propriedade passou a ser o ponto central e, assim, a origem da prole passou a ser controlada de forma mais rigorosa, levando a desenvolver uma série de restrições à sexualidade da mulher. Cada vez mais, o corpo da mulher pertencia ao homem, seu marido e senhor. O adultério era crime gravíssimo, pois colocava em perigo a legitimidade da prole como herdeira da propriedade do homem (MILLET, 1971).

No século XX, as mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos. A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas foi

denominada feminismo e a organização das mulheres em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como movimento de mulheres. Dentro da luta feminina também há divisões. Os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo dificultaram a luta pelo direito de igualdade. As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como "mal-amadas" e discriminadas pelos homens e também pelas mulheres que aceitavam o seu papel de submissas na sociedade patriarcal. A luta feminina é uma busca para construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos os homens, suprimindo as desigualdades de classe (BESSA, 1998).

Após a década de 1940, cresceu a incorporação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, havendo uma diversificação do tipo de ocupações assumidas pelas mulheres. Porém, no Brasil, foi na década de 1970 que a mulher passou a ingressar de forma mais acentuada no mercado de trabalho. A mulher ainda ocupa as atividades relacionadas aos serviços de cuidar (nos hospitais, a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes, são professoras e educadoras em creches), aos serviços domésticos, ao comércio e uma pequena parcela à indústria e à agricultura (CISNE, 2012).

No final dos anos 1970, surgem movimentos sindicais e movimentos feministas no Brasil. A desigualdade de classe juntou os dois sexos na luta por melhores condições de vida. O movimento sindical começou a assumir a luta pelos direitos da mulher. Na década de 1980, quando nasceu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a bandeira das mulheres ganhou mais visibilidade dentro do movimento sindical. Surgiu, na década de 1980, a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, na CUT.

A luta pela democratização das relações de gênero persistiu e, com a Constituição Federal de 1988, a mulher conquistou a igualdade jurídica. O homem deixou de ser o chefe da família e a mulher passou a ser considerada tão capaz quanto o homem.

Na década de 1990, no Brasil, a classe trabalhadora enfrentou o problema da desestruturação do mercado de trabalho, da redução do salário e da precarização do emprego. As mulheres foram as mais atingidas pela precarização do trabalho e pela gravidade da falta de investimentos em equipamentos sociais (creches, escolas,

hospitais). Embora sejam mais empregáveis que os homens, a situação decorreu da persistente desigualdade da remuneração do trabalho da mulher. A mulher passou a ter um nível educacional igual e até superior ao do homem, porque como enfrentou o preconceito no mundo do trabalho, ela deve se mostrar mais preparada e com maior escolarização para ocupar cargos que ainda são subalternos (MILLET, 1971).

Os critérios de contratação das mulheres no mundo do trabalho estão impregnados pela imagem da mulher construída pela mídia e colocada como padrão de beleza. O empregador ainda busca a moça de "boa aparência". Assim, as mulheres sofrem dupla pressão no mercado de trabalho: a exigência de qualificação profissional e de boa aparência física. O assédio sexual ainda é uma realidade para a mulher no mundo do trabalho, o que decorre da própria cultura patriarcal, que foi colocando o homem como o senhor do corpo da mulher.

Apesar de tantas dificuldades, as mulheres conquistaram um espaço de respeito dentro da sociedade. As relações ainda não são de igualdade e harmonia entre o gênero feminino e o masculino. O homem ainda atribui à mulher a dupla jornada, já que o lar é sua responsabilidade, mas muitos valores sobre as mulheres já estão mudando. O homem também está em conflito com o papel que foi construído socialmente para ele: hoje ser homem não é nada fácil, pois as mulheres passaram a exigir dele um novo comportamento que ele ainda está construindo (BESSA, 1998).

Quando a igualdade de gênero se coloca, cresce o espaço da democracia dentro da espécie humana. A democratização efetiva da sociedade humana passa pela discussão das relações de gênero. Nesse sentido, a luta das mulheres não está relacionada apenas aos seus interesses imediatos, mas aos interesses gerais da humanidade (BESSA, 1998).

3.2 A VIDA COTIDIANA E O TRABALHO DA MULHER POMERANA

Nas sociedades campesinas, formadas a partir de colonização europeia no Brasil, é comum atribuir-se grande valor ao esforço laboral, estando toda a família envolvida no processo de produção na lavoura. O trabalho direto da família nas pequenas propriedades constitui o meio de produção preponderante no interior do Espírito Santo. No Município estudado, predomina a economia de base agrícola desenvolvida

pelas famílias dos pequenos proprietários. Existem muitas pequenas e médias propriedades com produção intensa de excedentes para comercialização, diferentemente das práticas camponesas verificadas entre descendentes de europeus nos primeiros anos da imigração, que envolviam produção diversificada e voltada para o consumo próprio do núcleo familiar (BAHIA, 2011).

Em 1978, a base da agricultura no Espírito Santo envolvia pequenas propriedades (80% delas com menos de 100 ha), com predominância da agricultura familiar formada basicamente por descendentes de imigrantes europeus. Tal quadro diferia da tendência nacional de aumento da concentração de terras em grandes propriedades com sistema de monocultura (BAHIA, 2011).

O termo “colônia” é usado pelos pomeranos para designar a área rural em oposição à cidade e designa as terras, as benfeitorias, as residências, os animais domésticos e as plantações. Nesse sentido, a concepção de família camponesa está estreitamente vinculada à ideia de manutenção de um tipo de exploração familiar, um tipo de exploração tradicional camponesa, na qual o trabalho é realizado pelos membros da família. A palavra “colono” é usada como afirmação da identidade étnica e social, ou seja, imigrante camponês de origem pomerana.

Entre os pomeranos, o trabalho, o comércio e o cotidiano são os temas preferidos pelos homens; crianças, casa e religião, por sua vez, são consideradas assuntos de mulher. As exceções aparecem na medida em que algumas mulheres da comunidade ganham destaque quando assumem a liderança econômica da casa ou participam mais ativamente das decisões realizadas no âmbito da igreja, da escola e do sindicato.

Dependendo da plantação, do dia e do horário para a comercialização do produto e da época do ano — verão ou inverno, épocas de chuva ou de seca —, o dia começa mais cedo ou mais tarde. No período de verão, a atividade produtiva pode começar às 4 horas da manhã. Já no inverno ou período de chuvas, começa entre 6 e 7 horas da manhã, dependendo dos cuidados necessários da lavoura.

No cotidiano do trabalho, os colonos preparam as terras com uso das enxadas, e as colheitas em geral são feitas à mão. As ferramentas que possuem são enxada, facão, foice, machado, peneira, ancinho e vários tipos de serrotes. O colono despende um trabalho enorme e quase sem descanso para toda família, a capoeira é cortada e

queimada em agosto e setembro, período em que os colonos esperam que chova para evitar a propagação do fogo no lote do vizinho ou na floresta.

A organização do trabalho inscreve também o homem e a mulher nas solidariedades sexuais mais amplas que se confundem com as redes de parentesco ou seu complemento: mulheres e homens se reencontram ou se ajudam mutuamente em duas ocasiões bem precisas, de modo que uma organização familiar do trabalho frequentemente fundida sob o princípio de separação dos sexos no interior da unidade doméstica é prolongada por uma organização da solidariedade e da sociabilidade dos homens e das mulheres, que acentua sua separação (SEGALEN, 1980, p. 87).

Conforme Bahia (2011), o cotidiano do trabalho é distribuído da seguinte forma, sendo alterado em períodos de maior pique de trabalho, como é o caso da colheita de café:

De segunda a sexta-feira:

5 horas da manhã: mulheres torram café para consumo da família, preparam o café e vão todos para lavoura; mulheres cuidam dos bebês, antes da ida para a lavoura.

10-11 horas da manhã: mulheres preparam o almoço e todos almoçam.

14-15 horas: todos retornam à lavoura após o almoço. Entre 14 e 15 h, é feito um pequeno intervalo para um lanche que consiste em um pedaço de brot (pão de milho) e café.

18 horas: todos retornam para casa, as mulheres preparam o jantar e todos vão dormir cedo.

As mulheres gostam de assistir à televisão para se distrair, relaxar e ter um bom sono, mas a maioria tem dificuldade no entendimento da língua portuguesa.

b) Terças e quintas-feiras às 19 horas: coral na igreja (BAHIA, 2011).

c) Sextas – feiras:

5 horas: café com pão, cuidado rápido de alguns animais e arrumação das caixas no caminhão; as verduras são previamente postadas em caixas no dia anterior ou antes disso.

6-12 horas: vão à feira; homens e mulheres ficam a manhã toda na feira.

20 horas: chegam a casa, mulheres preparam o jantar.

22 horas: dormem.

Em algumas ocasiões, quando há algum casamento, esse dia é reservado para a cerimônia do Quebra- louças (cerimônia anterior ao dia do casamento na igreja, da qual participam parentes e vizinhos próximos a fim de desejarem boa sorte à futura vida de casal dos noivos). Em geral, o Quebra- louça tem início às 18 horas e termina às 22 horas. O ritual será descrito posteriormente nos anexos (BAHIA, 2011).

d) Sábados:

5 horas: Ida para feira local.

10-11 horas: ao final da feira, os homens vão ao supermercado da sede fazer compras para a família (arroz, açúcar, fubá, sal etc.) ou, se a mulher tiver mais autonomia, elas vão para supermercado e os homens vão para as lojas e à Cooperativa Avícola para comprar implementos agrícolas ou ração de animais.

12-15 horas: todos almoçam e só os homens descansam, as mulheres vão cuidar das crianças, arrumar a casa e preparar algo para o lanche e jantar, adiantam as atividades da casa para que possam ir ao culto da igreja no domingo e descansar.

15 horas em diante: homens fazem a arrumação das verduras nas caixas- padrão e no caminhão. Os homens vão ao botequim.

20 horas: todos vão dormir cedo.

Sábado é dia também reservado às cerimônias de casamento na igreja e à festa de casamento na casa dos pais da noiva. As comemorações têm início no sábado à tarde e se estendem até o domingo de manhã (BAHIA, 2011).

e) Domingos:

Mulheres

4-5 horas: mulheres cuidam dos animais e da lavoura.

8 horas: todos vão para a igreja.

9 horas: no culto, todos encontram com vizinhos e parentes.

Dia também reservado aos batizados, encontros de mulheres e festividades, aniversário da paróquia na região e festa pomerana e do colono etc.

11-11h30min horas: voltam para casa para o almoço.

13-15 horas: descansam ou visitam a casa de vizinhos próximos e parentes, caso não haja muito trabalho na lavoura. Em geral, as mulheres preservam o domingo como dia sagrado e dia de descanso. Podem torrar café para o consumo da família durante a semana ou preparar as fornadas de pães consumidos no decorrer da semana.

18-20 horas: dormem cedo; caso haja necessidade, as mulheres ajudam os homens a arrumar as caixas e as verduras que levarão para CEASA (BAHIA, 2011).

Aos domingos, há uma feira realizada nos arredores da CEASA, aberta aos consumidores da Grande Vitória. Nessas feiras, existe a maior concentração de mulheres. Há caso de mulheres que saem às 3 horas da madrugada de domingo, com o caminhão previamente arrumado na noite de sábado, e voltam do trabalho para Santa Maria entre 16 e 18 horas (BAHIA, 2011).

As mulheres cuidam dos serviços de casa: preparar o café da manhã para a família, fazer o almoço, o lanche e o jantar, tomar conta das crianças e cuidar dos animais. São responsáveis pelo preparo de doces, geleias, bolos, pães de milho, brot; também bordam, costuram para fora, vendendo nas lojinhas e festas locais. Esse trabalho produz a renda complementar que ajuda nas despesas médicas, de vestimentas e nas urgências que podem ocorrer com algum membro da família (BAHIA, 2011).

Além da venda de produtos caseiros, as mulheres trabalham nos casamentos da região, confeccionando a decoração da igreja, cozinhando e arrumando todo o espaço destinado à cozinha. Esse trabalho rende mais uma renda complementar.

O domínio reservado às mulheres não se inscreve unicamente sob o teto da casa, as mulheres também trabalham na lavoura, executando praticamente tudo o que os homens fazem: semeiam, capinam, colhem, fazem aplicação de agrotóxicos na

plantação, fazem secagem do café para venda, carrega peso (as caixas de verduras equivalem a 22 quilos) até o caminhão, tarefa considerada como atividade para os homens (BAHIA, 2011).

A atitude das mulheres diante de uma independência econômica não leva a casos de separação dos casais, mas há uma série de conflitos internos na esfera familiar. Os comentários na cidade e nas ocasiões festivas acerca da independência de mulheres da comunidade que assumem maior importância na casa e que paulatinamente vêm ocupando cargos na liderança da igreja demonstram pequenas mudanças ocorrendo nesse âmbito. A ausência de um único controle da contabilidade da casa acentua a divisão entre as despesas consagradas à exploração da terra e aquelas referentes às necessidades dos membros da família, como também realça uma possível crise na interdependência entre marido e mulher na vida cotidiana (RODRIGUES, 1993).

A vida conjugal está sujeita à convivência da antiga e da nova ideia acerca do casamento, principalmente no que diz respeito às transformações de valores que causam efeito nos autores sociais e nas suas representações. Para Fehlberg (2011), é possível identificar como característica típica de muitas famílias brasileiras uma precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa. O homem é considerado o chefe da família e a mulher a chefe de casa. Esse arranjo decorre do fato de o homem, historicamente, responsabilizar-se pelo sustento da família de forma quase exclusiva, trabalhando fora de casa, ficando sua esposa com as responsabilidades de cuidar da casa e dos filhos que quase sempre eram muitos.

Conforme Roche (1996), todas as pessoas são iguais perante a lei e mesmo assim ainda tendem a excluir as mulheres do acesso à herança da terra, lembrando que no passado as mulheres herdavam uma mula e uma sela, uma vaca que já tivesse parido, uma cama, um enxoval, uma mala ou baú, uma máquina de costura e, se a família fosse remediada, um armário. A legislação em vigor proíbe essa prática, assegurando direitos iguais em relação à herança (ainda que, em termos práticos, esse direito muitas vezes não seja garantido). Isso permitiu que o bem mais importante para os camponeses — a terra — pudesse estar, algumas vezes, sob o domínio da mulher.

4 POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL

As políticas públicas se materializam através da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. Por isso, a análise dos processos pelos quais essas políticas são implementadas e a avaliação de seu impacto sobre a situação existente deve ser permanente.

As políticas públicas podem ser definidas como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Variam de acordo com o grau de diversificação da economia e da sociedade, com a natureza do regime político e com o nível de atuação e participação dos diferentes atores sociais (LUCCHESE, 2005).

A definição de prioridades para a política de saúde não pode ser descolada de uma compreensão mais ampla do processo decisório e dos momentos de negociação que isso envolve. Os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) enfrentam pressões constantes para a tomada de decisão e a eleição de prioridades na política dependerá do grau de interlocução dos grupos envolvidos. Além disso, há que se considerar os diversos campos de atuação do SUS que correspondem a diferentes processos decisórios, dadas a amplitude do setor e a abrangência da política de saúde (LUCCHESE, 2005).

As políticas públicas em saúde integram o campo de ação social do Estado orientado para a melhoria das condições de saúde da população e dos ambientes natural, social e do trabalho. Sua tarefa específica em relação às outras políticas públicas da área social consiste em organizar as funções públicas governamentais para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade.

No Brasil, as políticas públicas de saúde orientam-se, desde 1988, conforme a Constituição Federal promulgada nesse ano, pelos princípios de universalidade e de garantia de atenção à saúde, por parte do sistema, a todo qualquer cidadão. Com essa universalidade, o indivíduo passa a ter direito de acesso a todos os serviços públicos de saúde, assim como aqueles contratados pelo poder publico de saúde. A

saúde é direito de cidadania e dever do governo municipal, estadual e federal (LUCCHESE, 2005).

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao adotar o modelo de seguridade social para assegurar os direitos relativos à previdência, à saúde e à assistência social, determina, nos artigos de 196 a 200, seção II, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988). Em suma, abrange várias dimensões ou facetas do conceito de saúde, reconhecidas por diversos autores, representativos de distintas escolas de pensamentos. A saúde é tratada como fato, atributo, função orgânica, estado vital individual ou situação social, definido como ausência de doenças e incapacidade, ou como funcionalidades, capacidades, necessidades e demandas.

Também se exploram concepções de saúde como *praxis*, conjunto de atos sociais de cuidado e atenção a necessidades e carências de saúde e qualidade de vida, conformadas em campos e subcampos de saberes e práticas regulados, operados em setores de governo e de mercados, em redes sociais e institucionais. A saúde como valor tem a proposta de avaliar as bases lógicas, teóricas e metodológicas da concepção de saúde como valor: valor de uso, valor de troca, valor de vida. E, para que parte da cidadania global contemporânea contemple esses valores, é necessário tê-los tanto na forma de procedimentos, serviços e atos regulados e legitimados, indevidamente apropriados como mercadoria, quanto na forma de direito social, serviço público ou bem comum. Saúde como campo de práticas é a denominação (ALMEIDA FILHO, 2011).

A abordagem da questão da saúde é bastante diversificada; portanto, para se apreender essa multiplicidade de conceituações, é necessário construir algo mais sólido, complexo e articulado do que se tem na contemporaneidade. Não podemos tratar a saúde com casos isolados, mas sim como um todo, na pluralidade de vida e na riqueza de perspectivas conceituais e metodológicas, a depender dos níveis de complexidade e dos planos de emergência considerados (ALMEIDA FILHO, 2011).

O sistema de saúde vem sofrendo mudanças desde o século passado, acompanhando as transformações econômicas, socioculturais e políticas da sociedade brasileira. Analisando sua trajetória identificam-se tendências na política de saúde do Brasil. No início do século XX até 1920, período denominado Primeira República, cuja economia baseava-se na agricultura, tendo como seu principal produto o café, produzido com a finalidade de exportação, era de muita importância que os locais de plantação fossem saneados, para que as doenças como a peste, a cólera e a varíola não prejudicassem a exportação. Os serviços de saúde pública eram dirigidos pela Diretoria Geral de Saúde Pública, vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Destaca-se, nesse período, o médico Oswaldo Cruz, que estava à frente da Diretoria e adotou o modelo de campanhas sanitárias com intuito de combater as endemias urbanas e, posteriormente, as rurais (LUZ, 1995).

Segundo Almeida Filho (2011), a saúde é um problema simultaneamente filosófico, científico, tecnológico, político e prático, apenas para dar início à apreciação analítica da obra. Sua proposta de discussão é sistematizada e de problematização de conceitos, começando por uma introdução histórico-etimológica como fundamento para uma exploração da questão epistemológica da saúde.

O sanitarismo campanhista continua sendo a principal característica da política de saúde, tendo continuidade às iniciativas tomadas no período anterior. Acontecia a campanha contra a tuberculose em 1936 e a realização de ações concentradas no combate às endemias rurais, bem como a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), mantido à época pela Fundação Rockefeller, na política ministerial (CORDONI JÚNIOR, 1979).

Em 24 de janeiro de 1923, a Lei Eloy Chaves criou, em cada uma das empresas de estrada de ferro, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) para os respectivos empregados. Mais tarde, em 1926, as CAPs foram estendidas aos portuários e marítimos, tendo como característica a concessão de benefícios pecuniários, tais como aposentadorias e pensões, prestação de serviços, assistência médica e farmacêutica aos empregados e seus dependentes. Eram organizadas por empresa, administradas e financiadas por empregados e empregadores (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986).

O controle por parte do poder público era exercido à distância, destinado exclusivamente à resolução de conflitos entre a administração das Caixas e algum segurado. Registra-se, nessa época, a criação de 183 Caixas de Aposentadorias e Pensão (BELINATI, 1994).

Profundas mudanças ocorreram no Brasil a partir da Revolução de 1930. No governo, Getúlio Vargas estava no poder. Houve a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a longa crise do café culminou na desvalorização desse produto no mercado internacional. Surgia, na sociedade brasileira, um novo contingente formado por trabalhadores assalariados, principalmente nos setores de transporte e da indústria.

Assim, em 1933, nasceu uma nova estrutura de previdência social, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), não mais empresariais, e sim da categoria de trabalhadores. Também são criados diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões: Marítimos (IAPM), em seguida dos Bancários (IAPB), Trabalhadores de Transportes de Cargas (IAPTEC) e por último, dos Comerciários (IAPC), entre outros (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986).

Registra-se também a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, que passou a coordenar as ações de saúde em caráter coletivo. A assistência à população não vinculada ao mercado formal do trabalho continuava sendo prestada pelo poder público ou pelas entidades de caridade. No período pós-guerra, de 1945 a 1966, o desemprego e os agravos a condições sociais no Brasil aumentaram, e em vários países da Europa desenvolveu-se a concepção do Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State*, com o aumento significativo de gastos estatais nas áreas sociais. No Brasil, Vargas começou a formular um modelo alternativo de seguridade social, o que então serviu de instrumento político eleitoral do governo. Os sindicatos que representavam os trabalhadores junto à administração dos institutos vivenciaram a fase áurea do peleguismo sindical por estarem completamente atrelados ao governo (NICZ, 1982).

A assistência médica previdenciária, até o final dos anos 1950, não era importante. A partir de então veio consumindo recursos cada vez mais significativos. O aumento do benefício não foi acompanhado de aumento de receita, gerando uma crise no sistema previdenciário que passou a ser deficitário no início dos anos 1960. Com objetivo de

uniformizar os benefícios aos segurados, nessa época a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) foi promulgada (NICZ, 1982).

No ano 1953, foi criado o Ministério da Saúde que, na prática, apenas incorporou a estrutura do antigo Departamento Nacional de Saúde, mantido com orçamento bastante escasso. Na década 1960, marcada por insatisfação dos populares, a sociedade brasileira atingiu um grau considerável de industrialização e urbanização. A população chamava esse acontecimento de mudanças estruturais, havia uma grande insatisfação na área da saúde e populares pediam por reforma de base (LUZ, 1995).

No Brasil, no período entre 1968 a 1980, vivenciamos o período da ditadura militar, marcado por atos institucionais e por outros decretos presidenciais de cunho arbitrário, que alteraram a Constituição no que diz respeito a direitos de cidadania, informação, organização social e política. A partir de 1971, foram incluídos os trabalhadores rurais; em 1972, as empregadas domésticas e, em 1973, os trabalhadores autônomos.

Com intuito de contornar esses problemas, em 1974 foram adotadas várias medidas políticas e administrativas de âmbito social, uma das quais foi a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), sendo vinculado às seguintes entidades: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), entre outros (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986).

Ainda durante a década de 1970, na segunda metade, a discussão pela busca de reformas políticas de saúde ampliou o movimento conhecido como Reforma Sanitária, cuja característica era a formulação do pensamento crítico na política de saúde. Nos anos entre 1980 a 1990 aconteceu o enfraquecimento e a queda da ditadura militar, seguidos dos processos de transição democrática do Brasil, que culminou com a discussão, a redação e a aprovação, em 1988, da nova Constituição Federal, com repercussões importantes no processo da construção de uma nova política para o setor da saúde (CORDONI JÚNIOR, 1979).

Em 1980, o regime militar ainda procurava soluções para a crise da saúde. Os Ministérios da Saúde e da Previdência Social apresentaram a várias instituições um

anteprojeto do Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREVSAUDE), que se esvaziou diante do recuo do próprio governo federal e da falta de recurso financeiro. Em seguida, o regime implantou diretrizes, denominado Pacote da Previdência, que estabeleceu o aumento da contribuição previdenciária para empregados e empregadores, entre várias outras mudanças (BRASIL, 1988).

Um grande passo foi a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), por meio do Decreto № 94.657, de 20 de julho de 1987, com objetivo de contribuir para a consolidação e o desenvolvimento qualitativo das Ações Integradas de Saúde (AIS), com várias diretrizes que reconheciam a necessidade de reformular o Sistema Nacional de Saúde e redefinir as atribuições dos três níveis de governo. As principais consequências do SUDS foram a concentração de poder nas secretarias estaduais de saúde e início do desmonte do INAMPS (BRASIL, 1988).

Em 1986, foi oficialmente convocada a 8ª Conferência Nacional de Saúde, com ampla participação, tendo cerca de 5.000 pessoas, entre dirigentes institucionais, técnicos, estudiosos, políticos e demais lideranças sindicais e populares, com intuito de discutir uma nova proposta de estrutura e de políticas de saúde nacional. Essa Conferência teve desdobramento imediato no conjunto de trabalhos técnicos desenvolvidos pela Comissão Nacional de Reforma Sanitária, definindo os princípios finalísticos da Reforma, a participação, a equidade, a descentralização, a integralidade e a universalização (BRASIL, 1988).

É importante descrever de maneira sucinta a trajetória das políticas de saúde nos governos pós-ditadura militar. No final do período do governo do presidente Sarney, o movimento da democratização da saúde teve o Centro Brasileiro de Estudo e Saúde (CEBES) como o intelectual coletivo, passando por vários momentos: denúncia e resistência contra a ditadura e suas políticas antissociais e privatizantes no ano 1968-1975; articulação com outros movimentos sociais no período entre 1974 a 1984; apoio crítico às políticas racionalizadoras do Estado autoritário entre 1976 a 1982; formulação de propostas alternativas parcialmente absorvidas pelos governos estaduais e municipais, a partir das eleições diretas de 1982 e pelo governo de transição depois de 1985 (PAIM, 2008).

No período de Collor, após a década de 80, configura-se um novo contexto econômico, político e ideológico, no qual o neoliberalismo impõe-se como uma doutrina ideológica, pensamento único, quase uma religião, influenciando várias instâncias da sociedade. Coincidente com a eleição de Collor, o ano 1989 foi um momento de inflexão da Guerra Fria, simbolizado pela queda do Muro de Berlim, com o redirecionamento das relações políticas internacionais, mudando-se o conflito ideológico entre o socialismo e liberalismo, o que gerou uma clara supremacia do pensamento neoliberal, de defesa do mercado e de suas políticas decorrentes.

Nesse contexto, o destaque pode ser dado para redução da presença do Estado na condução das políticas sociais e consequente transformação em políticas residuais compensatórias, promovidas por um Estado mínimo e dito regulador de um mercado soberano e liberalizado. O Brasil da era Collor foi tributário de primeira hora dessas novas condições internacionais (PAIM, 2008).

No período do presidente Itamar Franco, após realização da 9ª Conferência Nacional de Saúde, em 1992, que denunciou o não comprimento da legislação sanitária e defendeu a municipalização da saúde, o novo governo efetuou esforços para a descentralização das ações e serviços de saúde, consubstanciados na Norma Operacional Básica (NOB) 01/93, com o apoio do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASENS).

O relatório final da 9ª Conferência pode ser resumido em algumas palavras de ordem: Fora Collor e Cumpre-se a Lei. Nessa época, foi instalado o Conselho Nacional de Saúde e realizaram-se experimentos de modelos assistenciais e de organização de serviços na perspectiva da integralidade, através de distritos sanitários em diversos Municípios. Após o impeachment do presidente da República no final de 1992, iniciou-se um novo governo que permitiu retomar certos aspectos do projeto Reforma Sanitária, mas com dificuldades de contornar crises estruturais referentes ao pacto federativo, à gestão das políticas sociais e da saúde, em particular, e às finanças. A atuação conferida ao Ministério Público a partir da Lei Complementar № 75/93 tinha o pressuposto de que o serviço de saúde é um serviço de relevância pública. Tal aliança ganhou progressivamente novos contornos (PAIM, 2008).

Já na era do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), dois grandes projetos do governo — o ajuste macroeconômico e a Reforma de Estado — além de determinarem a implementação tortuosa do SUS, resultaram em mais desajuste social com desemprego, violência e piora das condições de vida e de saúde. Não por acaso, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) reconheceu, em outubro de 1995, a violência como questão de saúde pública. No primeiro semestre do novo governo, dois grandes temas eram recorrentes nos debates das políticas de saúde: a questão do financiamento e as repercussões das políticas econômicas sobre as condições de vida e saúde da população, haja vista a necessidade de convocação da 10ª Conferência Nacional de Saúde para o avanço da Reforma Sanitária Brasileira (PAIM, 2008).

O início do período do presidente Luis Inácio Lula da Silva foi visto com reservas por segmentos do movimento sanitário, apesar de contar com muitos dos seus quadros na equipe do Ministério da Saúde. A saúde não estava presente no discurso do presidente eleito, o Ministério da Saúde foi um dos últimos a ser indicado na composição da equipe do primeiro escalão, mas todas as secretarias foram contempladas com dirigentes que tiveram participação no movimento sanitário (PAIM, 2008).

A 12ª Conferência Nacional de Saúde foi um momento de realização e foi marcada por alguns traços, oportunidade vista por muitos com possibilidade da retomada dos ideais da Reforma Sanitária. Na oportunidade, o Ministério da Saúde explicitou proposições e diretrizes referentes aos dez eixos temáticos, sinalizando para os alvos das políticas de saúde do governo que se iniciava. O tema central foi: “Saúde: um direito de todos e dever do Estado” e foi subdividido nos seguintes eixos temáticos: direito à Saúde, a seguridade social, a intersetorialidade das ações de saúde; as três esferas de governo e a construção do SUS, a organização da atenção em saúde, o controle social e a gestão participativa; o trabalho na saúde; ciência e tecnologia e saúde; o financiamento da saúde; comunicação e informação em saúde (PAIM, 2008).

A Constituição de 1988 incorporou mudanças no sistema de saúde, criando novas relações entre diferentes esferas de governo, novos papeis entre os atores do setor, dando origem ao Sistema Único de Saúde (SUS). É difícil responder sobre o que é o SUS, em tempos de indistinção paradigmática entre público e privado, entre Estado e sociedade. Em função da diversidade de serviços, políticas e ideologias que

atravessam o sistema de saúde brasileiro, como discutir de forma original e sintética os principais elementos que o constituem, ao mesmo tempo apresentando seus principais desafios e contradições (PAIM, 2011)?

O SUS é resultante de todo um processo de luta da sociedade brasileira, na época, contra a ditadura, e que defendia um projeto de reforma sanitária. Um dos elementos dessa reforma era constituir um sistema de saúde universal para integrar as ações individuais e coletivas, as ações preventivas, promocionais e que pudesse contar com uma participação social, tanto na sua construção, como de fato ocorreu no Brasil, como para sua implementação. Para isso, se criou um conjunto de instâncias de deliberação, como conferências e conselhos de saúde, para garantir essa gestão participativa.

Segundo o Ministério da Saúde, todos os cidadãos podem usufruir de consultas, exames, internações e tratamentos nas Unidades de Saúde vinculadas ao SUS da esfera municipal, estadual e federal. O SUS, sendo financiado com os recursos provenientes da arrecadação de impostos e das contribuições de encargos sociais, destina-se a todos os cidadãos, independentemente do seu poder aquisitivo. Dessa forma, o SUS possui a meta de criação de mecanismos de promoção da equidade no atendimento das necessidades de saúde da população e isso, segundo o Ministério da Saúde, com oferta de serviços com qualidade adequados às necessidades do cidadão (BRASIL, 2003).

O processo de descentralização proposto pelo SUS foi editado por meio da Resolução nº 273, de 17 de julho de 1991. A Norma Operacional Básica (NOB) № 01/91 buscou instituir o arranjo institucional previsto na legislação para a gestão descentralizada do SUS, exigência dos requisitos legais para a transferência de recursos (CORDONI JÚNIOR, 1979).

Mesmo com os avanços conseguidos com a NOB № 01/93, três quartos dos recursos federais destinados ao custeio da assistência à saúde ainda eram repassados através do pagamento por produção de serviços, igualando Estados, Municípios e os demais prestadores privados. Diante disso, as principais mudanças previstas em relação ao repasse financeiro foram transferência regular e automática fundo a fundo, possibilitando autonomia aos Municípios e Estados para gestão descentralizada. A

NOB foi discutida por mais de um ano para finalmente ser publicada por meio da Portaria № 2.203 do Ministério da Saúde, em 06 de novembro de 1996, e teve sua implantação iniciada em janeiro de 1998 (BRASIL, 1996).

Ao final do ano 2000, a habilitação nas condições previstas pela NOB-SUS atingia mais de 99% do total do Brasil. Para enfrentar os problemas, foi proposta, através da Portaria №. 95 do Ministério da Saúde, a Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS de 2001). Essa Norma se organiza por meio da proposição de três estratégias articuladas: regionalização e organização da assistência, fortalecimento da capacidade de gestão do SUS e revisão de critérios de habilitação dos Estados e Municípios (RODRIGUES NETO, 1996).

O setor privado mostra significativa complexidade, seja em termos dos subsetores que o compõem, seja na diversidade das modalidades internas dos seus vários segmentos. O setor não lucrativo é representado pelas instituições filantrópicas e o segmento lucrativo, à exceção de uma fração altamente especializada, ambulatorial e hospitalar, não mantém vínculo com o SUS. Sua parcela mais expressiva é representada pelo subsistema da atenção médica supletiva (RODRIGUES NETO, 1996).

No ano de 2006, ocorreu o Pacto pela Saúde, um movimento de mudança que não é uma norma operacional, mas um acordo interfederativo que articula o Pacto pela Vida, o Pacto em Defesa do SUS e o Pacto de Gestão. O Pacto pela Saúde introduz um sentido de gestão pública por resultados e de responsabilização sanitária, estende a discussão da Saúde para fora dos limites setoriais e aprofunda a descentralização do SUS para Estados e Municípios de forma compartilhada.

Assim, o SUS, que foi criado pela Constituição Federal de 1988, teve origem em movimentos políticos e sanitários surgidos na década de 70 e vem se recriando, permanentemente, por meio de reformas incrementais, acordadas pelos três entes federativos, representados pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS). Os princípios que regem a organização do SUS — a regionalização e hierarquização — se distribuem em níveis de complexidade tecnológica crescente, dispostos em uma área geográfica delimitada e com a definição da população a ser atendida (LUCCHESE, 2005).

A equidade é assegurar as ações e os serviços de todos os níveis, de acordo com a complexidade que cada caso requer, independente do endereço do cidadão e sem privilégios e barreiras, pois todo o cidadão é igual perante o SUS e será atendido conforme suas necessidades. A integralidade é o reconhecimento, na prática dos serviços, de que cada pessoa é um todo indivisível e integrante de uma comunidade, com direito às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. A descentralização é entendida como uma redistribuição das responsabilidades quanto às ações de saúde entre vários níveis de governo (LUCCHESE, 2005).

Com as mudanças introduzidas a partir do texto constitucional e da Lei Orgânica da Saúde (Leis № 8.080 e 8.142), em 1990, as decisões em matéria de saúde pública passaram a envolver novos e múltiplos atores, impondo mudanças significativas no desenho e na formulação da política de saúde, com importantes inovações institucionais em termos da estrutura e dinâmica do processo decisório (LUCCHESE, 2005).

Encontramos vários desafios, a começar pelo equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia na gestão compartilhada do sistema pelas três unidades político-administrativas do Estado Brasileiro (União, Estados e Municípios), no contexto de novas relações intergovernamentais e de recomposição do pacto federativo, inaugurado pela Constituição de 1988, com o desafio de estabilizar o financiamento setorial e interferir no processo de alocação dos recursos dos orçamentos públicos para a saúde, com vistas à equidade (LUCCHESE, 2005).

4.1 HISTÓRIA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA DERMATOLÓGICA AOS LAVRADORES POMERANOS

Segundo Neves (2003), em nosso Estado, a partir da década de 1950, uma considerável parcela da população estava sujeita ao câncer de pele, dado o grande número pessoas descendentes de imigrantes alemães e italianos que possui. Essa constatação fez com que surgissem algumas ações de caráter emergencial e de controle, como ocorreu em pequena escala em 1976-77, numa iniciativa do médico Douglas Puppin, apoiada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e mais em 1987, quando Carlos Cley Coelho, também com o apoio da Universidade Federal do Espírito Santo e de outras entidades, como Secretaria de Estado da Saúde, prefeituras, Igreja Luterana e Associação Albergue Martim Lutero, iniciou o Programa de Assistência Dermatológica aos Lavradores Pomeranos do Espírito Santo, atuando em onze Municípios do interior: Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Domingos Martins, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Pancas, São Gabriel da Palha, Santa Maria de Jetibá, Vila Pavão e Vila Valério.

De acordo com Neves (2003), sobre a ocorrência de câncer de pele entre os pomeranos, as primeiras observações e cuidados foram feitas por Estevão Nickmann, médico natural da Hungria, que conservou sua nacionalidade. Nickmann trabalhou como médico, atendendo e orientando os imigrantes, além de viajar para Vila Pavão, que na época era apenas um povoado, e para Barra de São Francisco, onde, em 1950, conheceu o professor Frederico Seide, com quem passou a manter contatos regulares, quando dialogavam sobre casos de câncer de pele entre os imigrantes, que apareciam em especial nas mulheres, cujos rostos ficavam frequentemente expostos ao sol, ao contrário dos homens, que ainda mantinham um costume de usar chapéus.

Conforme Neves (2003), a princípio os descendentes de imigrantes procuravam tratamento para o câncer de pele em Vitória. Com a doença em estado bem adiantado, eram trazidos por moradores das colônias, para se consultar em hospitais públicos ou clínicas particulares. A partir de 1981, as comunidades luteranas do interior com as evidentes manifestações da doença nos lavradores que trabalham de dez a doze horas por dia expostos ao sol, criaram um serviço de apoio para quem precisava se consultar — o Albergue Martim Lutero, situado no bairro Maruípe —, onde se alojavam os pacientes.

Até o final da década de 1980, os pomeranos se internavam no Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (HUCAM) com lesões muito extensas e graves. À medida que o programa da UFES foi ampliando sua ação nos Municípios do interior, houve uma leve mudança. Pode-se dizer que o programa surtiu um forte impacto no quadro da doença no Estado, sendo responsável por uma radical redução em sua incidência e gravidade. Em especial, os aspectos valorizados pelo Programa são a orientação e o esclarecimento da população, e foi a partir de um reforço desses aspectos que se fez realmente sentir uma mudança no quadro da doença. Hoje, ao primeiro sinal, o médico é procurado. No caso dos colonos de maior poder aquisitivo, são procuradas as clínicas particulares, não contando apenas com o atendimento oferecido pelo Programa. No início é feito um histórico do paciente, para depois descrever-se a lesão que motivou a consulta. Em seguida, o paciente é levado ao dermatologista que discutirá as hipóteses diagnósticas e o tratamento (NEVES, 2003).

Eventualmente algum caso é levado a estudo de grupo. Confirmado o diagnóstico, o paciente é imediatamente submetido a tratamento, e num só dia o caso pode ser resolvido [...] (NEVES, 2003, p. 40). Nesse campo, atuou Rita de Cássia Rocha, médica dermatologista e sanitarista, então coordenadora da Dermatologia Sanitária no Estado, responsável pelo Setor de Prevenção e Controle do Câncer de Pele, da Secretaria de Estado da Saúde (NEVES, 2003).

Segundo Rocha (2002), o Programa de Assistência Dermatológica aos Lavradores Pomeranos do Espírito Santo atende onze Municípios, entre eles o Distrito de Garrafão e a sede do Município de Santa Maria de Jetibá. O Programa conta com parcerias, entre as quais a Igreja Luterana e o agente de saúde da comunidade que ajudava na tradução do dialeto, pois as pomeranas com a idade mais avançada não sabem falar o português. Atualmente o Programa está em processo de mudança/ transformação, incluindo reconhecimento das parcerias e papéis de cada um.

Nessas comunidades, durante dois dias de trabalho, o Programa atende por localidade uma média de 400 pacientes, sendo que aproximadamente 10% das dermatoses têm o diagnóstico clínico de câncer de pele. Todo diagnóstico de câncer de pele é encaminhado para a sala de cirurgia, anexa à sala do atendimento clínico, composta em média por 10 estudantes de medicina. Toda lesão retirada

cirurgicamente é encaminhada para exame histopatológico no HUCAM para a confirmação do caso de câncer de pele (ROCHA, 2005).

Durante os atendimentos são preenchidas fichas com dados pessoais e informações clínico-epidemiológicas de todos os pacientes. Essa ficha é resultado da avaliação realizada por uma médica sanitarista e uma enfermeira e que destaca, principalmente, o estilo de vida, a etnia, a principal atividade desenvolvida pelo paciente e sua história familiar de câncer de pele ou/e outros cânceres. Nesse momento, enfatiza-se a prevenção do câncer de pele para o paciente e toda sua família (ROCHA, 2002).

A implantação das fichas permite conhecer qual o tipo de câncer de pele que mais incide naquela determinada população por faixa etária e sexo, como também conhecer os hábitos de vida, as atividades profissionais, a descendência familiar e o histórico de outros cânceres na família. De acordo com Rocha (2005), três pilares devem ser estruturados para o fortalecimento do referido Programa no eixo de ensino-aprendizagem, tendo como alvo a definição e a pactuação das competências da UFES, da Associação Albergue Martim Lutero e dos Municípios prevalentes:

1. O fortalecimento da UFES como órgão responsável pelas ações de aprendizagem com ações programas na Pro - Reitoria de Extensão Acadêmica.

2. A definição da Associação Albergue Martim Lutero como entidade complementar ao SUS de coadjuvante nas ações de promoção, prevenção á saúde.

3. A organização da atenção primária para execução das ações de promoção, prevenção e diagnóstico precoce do câncer de pele.

A Secretaria de Estado da Saúde, no seu Plano Plurianual 2012-2015, indicou a implementação de ações de controle do câncer de pele através da organização de ambulatórios nesses Municípios prevalentes, bem como a reestruturação de ambulatórios especializados nos quatros Centros de Referências de Especialidades (CRE) e inclusão nas policlínicas de Guaçuí, Domingos Martins, Linhares e Nova Venécia (ROCHA, 2005).

As Unidades Básicas de Saúde devem ser adequadas para a realização dos procedimentos de média complexidade para diagnóstico dos cânceres de pele. A fim de garantir a resolubilidade dos serviços, é imprescindível que esses locais tenham

estrutura física adequada e sejam equipados com materiais e insumos que estejam disponíveis durante o atendimento (ROCHA, 2005).

Em 2014, a ação teve seu título alterado para Programa de Assistência Dermatológica (PAD), encontrando-se em fase de conclusão de documento formal entre os parceiros, desenvolvendo ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de pele nos Municípios com população pomerana, bem como constituindo campo de aprendizagem extramuros para acadêmicos de Medicina e de Enfermagem da UFES. Essa parceria informal envolve as mesmas instituições originais, porém redefinindo papéis e responsabilidades (ROCHA, 2005).

4.2 PLANTAS MEDICINAIS

O conhecimento sobre plantas medicinais simboliza muitas vezes o único recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos. O uso de plantas no tratamento e na cura de enfermidades é tão antigo quanto a espécie humana. Ainda hoje, nas regiões mais pobres do país, e até mesmo nas grandes cidades brasileiras, plantas medicinais são comercializadas em feiras livres, mercados populares e encontradas em quintais residenciais.

No entanto, com a falta de instrução médica, foi adotada pelos colonos a medicina alternativa, baseada na utilização de ervas. A adoção destas plantas, como na maioria das vezes era a única forma de tratamento, possibilitou a manutenção da vida dos pomeranos.

Os colonos adotaram os mesmos remédios da medicina de folk brasileira e um especialista, Antonio Klein, indicou as seguintes plantas medicinais: seiva de abóbora, dada para purificar o sangue; cipó suma, para tumores; capim pé de galinha. para febres; cipó folha neve, para aliviar dores; casca de catinga de bode, para feridas; casca de cedro, para feridas; boca de aranha araçá e goiaba, para disenteria; cidreira, para cólicas e dores intestinais; laranja da terra, para gripe; dorme-dorme, para regras de senhoras; perpétua, idem; abacate ou quebra-pedra, para os rins; alecrim cheiroso, para o coração; pariparoba. para banhar feridas e tumores; sabugueiro, para febres; maracujá, para dor de dente; fedegoso, para febres; limão branco, para febre sezão; cipó cura tombo, para machucados; camará, para tosses e bronquites e cabelo de

milho para os rins. Essa medicina foi, com ligeiras variantes, confirmada por um raizeiro nacional, senhor Domingos Bandeira (PACHECO, 1994, p.60).

No Município de Santa Maria de Jetibá, as plantas medicinais mais utilizadas segundo a participante da pesquisa S. H. T., são:

Erva Doce − leve calmante, usado para acabar com gases, muito utilizado para dar banhos em crianças agitadas e com cólicas.

Camomila − calmante utilizado para melhorar o sono; as meninas lavam os cabelos com o chá para realçar os cabelos claros.

Alfavaca − muito utilizada para mães de recém-nascidos, que têm dificuldade na lactação; dizem os mais antigos que ele faz produzir um leite forte.

Babosa − utilizada para queimaduras, para fortalecer os cabelos.

Alecrim − usada para ansiedade, palpitações do coração e para melhorar a memória.

Hibisco − usado para eliminar inchaço no corpo, diurético.

Cavalinha − usada como diurético, no tratamento de cistites e problemas no sistema urinário.

Quebra-pedra − usada para problemas renais e pedras nos rins.

Hipéricum − também chamado de rivotril natural é um calmante forte, utilizado para pessoas com muita insônia.

4.3 POLÍTICA DE ATENÇÃO E PREVENÇÃO AO CÂNCER

A preocupação com a prevenção e controle do câncer, tomando-o como um problema de saúde pública, iniciou-se nos anos 30 no Brasil por um grupo de médicos liderado pelo Prof. Mário Kröeff, considerado o iniciador do Instituto Nacional do Câncer (INCA). Naquela época, já se idealizava uma “ampla política sanitária de combate ao câncer”, de âmbito nacional, que fosse capaz de orientar as ações preventivas e assistenciais em larga escala e corrigindo a tendência, que também já se verificava, no Brasil, de se priorizar as ações terapêuticas individuais (INCA 2014).

A legislação brasileira estabelece a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer por meio da Portaria Nº 874, de 16 de maio de 2013, do Ministério da Saúde, conforme se dispõe nos seguintes Artigos:

> [...]
>
> Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde.
>
> Art. 2º A Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer tem como objetivo a redução da mortalidade e da incapacidade causadas por esta doença e ainda a possibilidade de diminuir a incidência de alguns tipos de câncer, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários com câncer, por meio de ações de promoção, prevenção, detecção precoce, tratamento oportuno e cuidados paliativos.
>
> Art. 3º A Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer é organizada de maneira a possibilitar o provimento contínuo de ações de atenção à saúde da população mediante a articulação dos distintos pontos de atenção à saúde, devidamente estruturados por sistemas de apoio, sistemas logísticos, regulação e governança da rede de atenção à saúde em consonância com a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, e implementada de forma articulada entre o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
>
> [...]
>
> **(**BRASIL, 2013).

A exposição ao sol de forma inadequada pode trazer inúmeros prejuízos à saúde, além de ser responsável pelo câncer de maior incidência no Brasil, o câncer da pele. Preocupada com os números alarmantes da doença no Brasil, a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) criou, em 1999, o Programa Nacional de Controle do Câncer da Pele (PNCCP). Desde então, a Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer da Pele leva Informação, diagnóstico e tratamento de qualidade aos brasileiros (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA, 2015).

As diretrizes que elegeram a política de atenção ao câncer estão dispostas nos Princípios Gerais da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer:

> [...]
>
> Art. 5º Constituem-se princípios gerais da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer
>
> I - reconhecimento do câncer como doença crônica prevenível e necessidade de oferta de cuidado integral, considerando-se as diretrizes da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS;

> II - organização de redes de atenção regionalizadas e descentralizadas, com respeito a critérios de acesso, escala e escopo;
>
> III - formação de profissionais e promoção de educação permanente, por meio de atividades que visem à aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes dos profissionais de saúde para qualificação do cuidado nos diferentes níveis da atenção à saúde e para a implantação desta Política;
>
> IV - articulação intersetorial e garantia de ampla participação e controle social;
>
> V - a incorporação e o uso de tecnologias voltadas para a prevenção e o controle do câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS devem ser resultado das recomendações formuladas por órgãos governamentais a partir do processo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) e da Avaliação Econômica
>
> [...]
> (BRASIL, 2013).

Sobre a Política Estadual de Prevenção e Controle do Câncer**,** a Portaria nº 001-R**,** de 5 de janeiro de 2012 estabelece diretrizes da Política Estadual de Prevenção e Controle do Câncer e Organização da Rede de Atenção Oncológica no Estado do Espírito Santo. No seu parágrafo único, estabelece como prioridade a prevenção dos fatores de risco dando ênfase aos cânceres mais sensíveis à atenção primária, por meio de controle do tabagismo, do álcool, da obesidade e da radiação ultravioleta, assim como o controle do câncer de mama, de próstata, de colo de útero, de pele, de boca, de cólon e reto e infanto-juvenil, que serão essenciais na organização da Rede Estadual de Atenção Oncológica (BRASIL, 2013).

As ações e as estratégias das Políticas Públicas no seu art. 2º pontuam as ações organizadas na Rede de Atenção Oncológica do SUS do Espírito Santo e considerando as seguintes dimensões:

> I. Promoção e vigilância em saúde;
>
> II. Atenção primária;
>
> III. Atenção especializada de média complexidade;
>
> IV. Atenção especializada de alta complexidade (BRASIL, 2013).

No art. 3º, parágrafo segundo, reforça que o rastreamento e diagnóstico precoce são ações realizadas para detectar problemas de saúde em fase inicial ou subclínico no indivíduo ou na população. O conjunto de ações de rastreamento e diagnóstico precoce é denominado Detecção precoce (BRASIL,2013).

4.4 CÂNCER DE PELE

O câncer da pele é o mais comum de todos os tipos de câncer e representa mais da metade dos diagnósticos da doença. São estimados 188.020 novos casos no Brasil em 2014, segundo estatísticas do INCA. O câncer da pele não melanoma é o mais incidente no Brasil, com 182.130 casos novos previstos para 2014, também segundo o INCA. Desse total, 98.420 devem ocorrer em homens e 83.710 em mulheres. Quanto ao melanoma, sua letalidade é elevada, porém sua incidência é baixa (2.960 casos novos em homens e 2.930 em mulheres), totalizando 5.890 (INCA , 2014).

O câncer da pele é o tumor maligno mais comum em humanos e pode ser dividido em duas categorias: melanoma, mais agressivo, porém mais raro; e câncer de pele não melanoma (CPNM), mais frequente e menos agressivo. Destes, os mais frequentes são o carcinoma basocelular ou basalioma e carcinoma de células escamosas, espinocelular ou epidermoide (FRASSON, 2012).

Dos cânceres, o da pele é o mais frequente no Brasil, correspondendo a 25% de todos os tumores malignos registrados no país, sendo mais comum em pessoas com mais de 40 anos. O basalioma e carcinoma de células respondem por 70% dos diagnósticos, enquanto o carcinoma epidermoide e o melanoma representam 25% e 4% dos casos, respectivamente. Podem ocorrer em todos os grupos étnicos, mas é muito mais comum em caucasianos, que vivem abaixo da linha do Equador, e imigrantes, que possuem pele clara com a cor dos olhos clara, cabelos vermelhos ou loiros.

A radiação ultravioleta (UV), sobretudo a radiação ultravioleta-B (UVB), pode desencadear mutações no ácido desoxirribonucleico das células epidérmicas; a incapacidade de reparar essas mutações é o passo inicial no processo carcinogênico que eventualmente resultará no desenvolvimento de câncer de pele após o período de latência de várias décadas, o que torna o câncer da pele mais comum em idosos. Várias síndromes genéticas têm sido associadas a risco aumentado de desenvolvimento de carcinoma cutâneo, incluindo xerodermia pigmentosa, albinismo, síndrome do nevo basocelular e displasia epidérmica *verruciformis* (FRASSON, 2012).

O número de óbitos no Brasil, no ano de 2014, foi 1020 homens e 782 mulheres (INCA, 2014). No Espírito Santo, o INCA estimou que 12.320 novos casos de câncer de pele surgiriam em 2014, projeção 15 % maior que no ano anterior. Essa doença é a maior causa de morte no Estado, acometendo em média mais de 3,6 mil capixabas por ano. O número de óbitos no Espírito Santo, no ano de 2014, foi de 35 casos (INCA 2014).

O foco atual, quando se fala em câncer, está em duas palavras: prevenção e promoção à saúde. Cerca de 10% a 15% das causas de câncer são hereditárias. De um tempo para cá, já ficou claro que o aparecimento da doença está ligado ao estilo vida e à falta de cuidados com a saúde. Por isso, dieta inadequada, radiação solar, bebida alcoólica, tabagismo, obesidade e sedentarismo são fatores de risco que devem ser minimizados. Além de adotar novos hábitos, os cuidados com a saúde, como a realização de exames de rotina, são importantes para diminuir os riscos de se desenvolver câncer, sem contar o diagnóstico precoce (ROCHA, 2005).

Em comparação com 2013, os dados mostram que houve uma redução do número de casos de melanoma, o mais letal e agressivo dos tumores cutâneos. Na época, foram diagnosticados 6.230 novos casos**,** sendo 3.170 em homens e 3.060 em mulheres (INCA, 2014).

Segundo Rocha (2005), é raro aparecer em crianças e negros, é mais comum aparecer em pessoas mais de 40 anos, com exceção daqueles que já portam a doença cutânea. O câncer melanoma é o câncer que se desenvolve nos melanócitos; como a maioria das células de melanoma produz melanina (substância que determina a cor da pele), é da cor marrom ou preta, alguns não são pigmentados, podendo ser cor rosa ou branco. Pode se desenvolver na pele de qualquer parte do corpo, porém é mais propenso em homens no tronco e nas pernas e nas mulheres no pescoço e no rosto. O melanoma é quase sempre curável em seus estágios iniciais, mas é quase sempre provável que se dissemine para outras regiões do corpo se não for diagnosticado. Os óbitos por câncer melanoma no Espírito Santo foram: 38, em 2010; 42, em 2011, e 30, em 2012. Em Santa Maria de Jetibá, foram óbitos por câncer melanoma: 1, em 2010; 2, em 2011, e 1, em 2012 (ROCHA, 2005).

O câncer carcinoma basocelular é o de maior incidência entre os pomeranos de Santa Maria de Jetibá e aparece com maior frequência em todos os Municípios, de acordo

com os estudos nacionais e estimativos do INCA. Entre os jovens houve uma grande mudança de hábito em relação ao uso de protetor solar, havendo maior adesão às medidas preventivas quando se preocupam mais com a saúde de sua pele, principalmente, ao levar em consideração o custo elevado dos protetores solares que torna inviável seu uso em toda a comunidade (ROCHA, 2005).

4.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Foram entrevistadas 10 mulheres pomeranas, com idade entre 31 e 82 anos, que residem na zona rural do Município de Santa Maria de Jetibá. O PAD, junto com a Secretaria de Saúde, forneceram 19 fichas cadastrais com dados gerais dos usuários que frequentaram o programa no ano de 2014, das quais foram selecionadas dez mediante o critério de localização de endereço e idade.

O Quadro 1 informa, sobre as mulheres entrevistadas, nome, idade e estado civil.

Quadro 1 – Informações sobre as mulheres entrevistadas

PSEUDÔNIMO	IDADE	ESTADO CIVIL
Azaleia	82	Viúva
Violeta	77	Divorciada
Bromélia	75	Viúva
Lavanda	74	Solteira
Rosa	71	Casada
Orquídea	66	Casada
Margarida	60	Casada
Tulipa	60	Casada
Dália	59	Casada
Hortência	31	Casada

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Observa-se, no quadro anterior, que 80% das mulheres entrevistadas têm acima de 60 anos e frequentaram o PAD no ano 2014, pois com o avançar da idade as pessoas se preocupam mais com a saúde e surgem sinais na pele. Nos últimos anos, a população, em diferentes faixas etárias, tem se preocupado mais com a prevenção de sua saúde. No setor da saúde, por meio da mídia, é destacado o avanço de novos casos de câncer, entre os quais o câncer de pele que tem atingido cada vez mais a população de pele clara. Nota-se também que a maioria das mulheres é casada, com a existência de apenas um caso de divórcio, o que aponta para o fortalecimento da oficialização do casamento.

Com relação aos casais endógamos, casados há muitos anos, observam-se tributos negativos do parceiro, tais como frieza, incomunicabilidade, alcoolismo e excessiva autoridade. Há um grau elevado de conflitos nos casamentos, mas, do ponto de vista da autoridade paterna e da comunidade pomerana, é melhor realizar um péssimo casamento do que não casar (BAHIA, 2011).

O adultério, apesar de ser condenado pelos pomeranos, é consentido dentro de alguns limites: ele é permitido desde as pessoas da comunidade não fiquem sabendo, no período em que os homens estão ausentes por causa das transações econômicas. A mulher é a mais vigiada por todos — filhos, parentes e vizinhos —, mas o homem não. Mesmo em menor proporção, isso não significa que não haja casos de adultério entre as pomeranas. Todos sabem o que os homens fazem quando vão à CEASA em Vitória, mas nenhuma das mulheres fala sobre o assunto. Muitos justificam que não trazem dinheiro para casa porque as vendas não foram boas ou porque foram

enganados, e que estão dormindo depois de chegarem em casa pelo cansaço da viagem. As mulheres jamais falam do adultério, mas falam muito do alcoolismo, quando o assunto são escolhas matrimoniais ou quando a produção econômica da terra está comprometida (BAHIA, 2011).

Em relação ao alcoolismo e depressão, a benzedeira mais famosa da região aconselha com as seguintes palavras: “você tem uma casa boa, filhos e uma mulher boa, você quer deixar tudo o que construiu para outro levar?” Porque se o marido morre, a viúva ainda jovem e bonita se casa novamente e o segundo marido herda tudo aquilo que o falecido havia conseguido poupar em vida, ou seja, o bocado vai não para quem faz, mas para quem come (BAHIA, 2011).

Um marido que bebe todos os recursos da exploração deteriora sua saúde e sua força de trabalho, bate na mulher e nos filhos, pode inclusive arruinar sua terra. A autoridade do pai, diante do abuso do álcool, pode ao contrário levar a mulher à condução da propriedade e da casa e a controlar os excessos de seu marido, tornando-se a figura central na ordem camponesa (SEGALEN, 1980).

Podemos verificar como é importante a preservação do casamento entre os pomeranos. Isso está enraizado na cultura, vindo de geração para geração, e ainda hoje é assim. Quando acontece o divórcio entre os pomeranos, a mulher fica malvista aos olhos da comunidade, por isso muitas vezes, não satisfeitas no casamento, as pomeranas permanecem para evitar maiores problemas na família e na comunidade (BAHIA, 2011).

A principal atividade dessas mulheres é ser lavradora, pois isso já vem com os seus antepassados que sempre trabalharam na roça. A mulher está em desvantagem em relação ao homem, pois, além de exercer as mesmas atividades, ainda resta o trabalho doméstico. Em relação à administração financeira, é o homem que comanda, ele determina o que fazer com o dinheiro da família e a mulher não tem autonomia financeira. Na família de pomeranos, o homem tem preferência de filhos do sexo masculino, pois o filho irá contribuir mais no trabalho pesado, embora a filha mulher também tenha um papel importante, já que auxilia a mãe no trabalho doméstico e contribui na lavoura (BAHIA, 2011).

Orquídea: “nós vamos capinar, plantar, colher e de tudo um pouco.” (ORQUÍDEA, 2015)

Hortência: “Nos trabalha [sic] com todos tipos de tempero, planta cuida e colhe.” (HORTÊNCIA, 2015)

Dália: “Plantar de tudo um pouco, aipim, feijão, verduras eu não posso por causa do veneno, eu tenho alergia.” (DÁLIA, 2015)

A economia camponesa se caracteriza pelo acesso à terra e pela utilização da mão de obra familiar. O principal objetivo do camponês é procurar suprir as necessidades básicas dos membros da família, o que justificaria o fato de recorrer ao mercado sem, no entanto, visar o lucro, aspectos que diferenciam uma unidade de exploração camponesa de uma empresa capitalista (BAHIA, 2011).

É importante lembrar que o Município de Santa Maria de Jetibá é o maior produtor e abastecedor da CEASA. A cafeicultura, a olericultura, o cultivo de alho e a avicultura são as principais atividades e, em menor escala, a suinocultura e a pecuária leiteira. As outras plantações temporárias são milho, feijão e mandioca (BAHIA, 2011).

As mulheres, além de trabalharem na lavoura, exercem atividades domésticas como podemos observar na fala das entrevistadas:

Orquídea: “Em casa nós faz serviço de limpar casa, limpar quintal, fazer almoço, lavar roupa, fazer pão.” (ORQUÍDEA, 2015)

Hortência: “Lavar roupa fazer comida.” (HORTÊNCIA, 2015)

Dália: “Em casa faço tudo, e ainda ajudo meus filhos e cuido de meu pai.” (DÁLIA, 2015)

Em quase todas as entrevistas, percebe-se que o cumprimento de horários rígidos é parte importante do cotidiano. O pomerano ainda se identifica como um povo cuja característica central está no trabalho. Entre pomeranos, existe uma ética de trabalho muito acentuada, segundo a qual o ser humano vive para trabalhar O camponês que se dispõe a trabalhar na terra precisa então cada vez mais trabalhar e produzir para investir na produção, para que ela fique cada vez maior e sua vocação seja cada vez

mais bem cumprida. Pode-se perceber o impacto desses princípios na rotina dos trabalhadores rurais da região que, em geral, têm pouco tempo para lazer ou descanso, quase não usufruindo os recursos de conforto disponíveis, sendo constatável, entre descendentes, a ênfase na rotina diária voltada quase exclusivamente ao trabalho, com raros momentos de descanso ou lazer grupal e individual (DREHER, p. 22, 1984).

Quadro 2 – Quantidade de irmãos

PSEUDÔNIMO	NÚMERO DE IRMÃS	NÚMERO DE IRMÃOS	TOTAL DE IRMÃS E IRMÃOS
Azaleia	4	3	7
Violeta	7	3	10
Bromélia	5	4	9
Lavanda	4	2	6
Rosa	4	5	9
Orquídea	3	4	7
Margarida	5	3	8
Tulipa	5	3	8
Dália	6	3	9
Hortência	2	1	3

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Os agrupamentos familiares eram numerosos e atingiam “oito o número médio de membros da família, não sendo de estranhar, todavia, casais com 10 ou mais filhos” (PACHECO, 1994, p. 71). Confirma-se, com as informações obtidas nas entrevistas, ao se perguntar a quantidade de irmãos de cada mulher, que as famílias pomeranas tinham muitos filhos. Essa informação, também corroborada por Roche (1968), apresenta-se justificada pela necessidade de mão de obra lavradora. Saletto (1996) destaca que a agricultura familiar entre os imigrantes foi, por muitas décadas, a base econômica da vida dos colonos, o que tornava importante a participação de cada membro da família na lavoura. Em geral, os núcleos familiares adotavam o sistema patriarcal de organização, em que os laços entre os membros da família eram bastante estreitos, com formação de núcleos de família extensa na propriedade ou com os núcleos patriarcais em propriedades vizinhas.

Quadro 3 – Distribuição por escolaridade

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Sem leitura e escrita	2

Ensino Fundamental Incompleto	8
Total	10

Fonte: Elaboração da autora (2015).

O Quadro 3, por sua vez, mostra o número elevado de mulheres que não completou o ensino fundamental e a existência de um número significativo de analfabetismo, já que nenhuma delas chegou a concluir o ensino médio. Essa evasão escolar ocorre provavelmente em virtude de que “para trabalhar na roça não precisa de estudo” (BAHIA, 2011). Considera-se que isso se deve à cultura pomerana, pois os pais precisavam dos filhos para a mão de obra na lavoura e achavam desnecessário que seus filhos estudassem; o importante, para eles, era saber escrever o nome. Quando não iam para a escola, aprendiam em casa mesmo.

Na fala da entrevistada Orquídea, observa-se que a distância, as condições e a precariedade faziam com que ela mesma desanimasse de ir à escola. Segundo Bahia (2011), no período das colheitas, as crianças são temporariamente afastadas da escola para ajudar os pais no trabalho. Nesse momento, há baixo rendimento escolar e não participação das crianças nas atividades escolares, podendo assim ocorrer evasão escolar.

Orquídea: “Até meus 13 eu ajudava meu pai a trabalhar na roça, depois dos meus 13 anos eu comecei a trabalhar nas casas dos outras pessoas por dia, para ganhar um dinheirinho para ajudar minha mãe a sustentar meus irmãos.” (ORQUÍDEA, 2015)

Bromélia: “Nós ia para escola, era 5 quilômetros andava a pé, nos só tinha blusa, não tinha chinelo andava descalço, só estudei até 2 série mas não sei lê.” (BROMÉLIA, 2015)

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECRIAD), Art. 55, os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Atualmente, os filhos dos pomeranos frequentam a escola, por causa dos avanços e direitos que respaldam a criança, principalmente porque, a fim de receber alguns benefícios do governo, os pais precisam que os filhos estejam matriculados e com frequência regular. Mesmo assim, no horário em que estão em casa, os filhos acompanham seus pais na lavoura (HERKENHOFF, 1989, p.16).

A inexistência de uma referência nacional em atividades relevantes como educação impôs limites aos colonos, contudo contribuiu, de forma significativa, para manutenção da língua, dos costumes, da religião e das demais representações baseadas na cultura e nos hábitos comuns dos imigrantes. Justifica o fato a Constituição Monárquica de 1824, que não se preocupou com as questões educacionais, estabelecendo que a educação caberia à família e à igreja (HERKENHOFF, 1989, p.16). Montesquieu (1979, p. 51) afirma que, na monarquia, não é nas escolas que se recebe a principal educação, mas sim quando nascemos e conhecemos a honra preceptora universal que deve, em toda parte, nos orientar.

É importante referir que a educação escolar na província do Espírito Santo era oferecida de forma a não atender à necessidade educacional. Em 1861, as escolas de primeiras letras eram 48 em toda província, sendo que em 16 não havia professores habilitados. A carência de escolas e professores não motivou o governo a resolver o problema de forma precisa, mas sim impulsionou o cancelamento de vagas escolares já existentes (MONTESQUIEU, 1979).

Os pomeranos não isentos, sem escolas e professores que pudessem introduzir no grupo a cultura brasileira e a língua portuguesa por meio das características educacionais, tiveram que adequar as atividades da localidade à isenção do Estado em relação à educação escolar e demais atividades, como à saúde, consideradas determinantes para a sobrevivência do grupo (MONTESQUIEU, 1979).

Na década de 1950 e 1970, as estatísticas justificaram a precariedade educacional no Brasil, o que motivou a criação de uma Campanha Nacional de Educação no Brasil (CNER), que visava à alfabetização de adultos na zona rural. Entre os descendentes de pomeranos, essa realidade também existiu em virtude da retirada das crianças das escolas ou da sua manutenção nas escolas em alemão na década de 1930, contexto que teve consequência um enorme contingente de adultos analfabetos na década de 1950 (ZUNTI, 2008, p.39). O autor ainda destaca que o não desenvolvimento da política nacional proposta pela CNER no Espírito Santo impulsionou a manutenção e a ampliação do analfabetismo nessa população, o que propiciou a conservação da língua pomerana no cotidiano e da língua alemã nas igrejas, uma vez que o contato com a língua portuguesa se fazia desprovida de obrigatoriedade (ZUNTI, 2008, p.39).

Os pomeranos e seus descendentes, após os 100 primeiros anos de imigração, resistiram ao isolamento e à imposição do Estado. Apesar dos anos de proibição do uso da língua, a religião e a educação permaneceram referência da cultura pomerana, tanto que, na década de 60, a colônia alemã do Espírito Santo se apresentava isolada, criando escolas em alemão para seus filhos e organizando-se em comunidades religiosas próprias, pois eram na maioria evangélicos (SALETTO, 1996, p.136).

Entre 1964 e a década de 1980, o Brasil foi abarcado por uma ditadura militar que durou duas décadas e teve por primazia o impedimento dos direitos respaldados nas Constituição de 1967 e 1969, e por 17 Atos Institucionais, perseguições políticas, inspeção educacional, exílio, prisões e torturas foram algumas das atividades que permeavam o convívio social do Brasil (ZUNTI, 2008, p.13). Nesse cenário, a educação brasileira foi desenhada pela legislação, em 20 de dezembro de 1961, por meio da Lei № 4.024 — Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) —, que estruturou a educação instituindo os fins e o direito à educação, a liberdade do ensino e organizou os sistemas de ensino, dividiu em pré-primário, primário, médio, secundário, técnico (ZUNTI, 2008, p.13).

Em agosto de 1971, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, foi aprovada a Lei n 5.692, instituiu a segunda Lei de Diretrizes, esta dividiu o ensino em primeiro grau, segundo grau e supletivo. O primeiro grau foi estabelecido com duração de 8 anos letivos, obrigatório para alunos 7 a 14 anos, segundo grau duração 3 ou 4 séries anuais, foi instituído o ensino supletivo com a finalidade de promover a escolarização regular de adolescentes e adultos que não tenha concluído estudos na idade própria (ZUNTI, 2008, p.13).

Atualmente, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE), a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade” (BRASIL, 2015). O PNE estabelece, ainda, que a implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças de

seis anos, deve se dar em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos.

Ressalta também que essa ação requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância, do qual também fazem parte as crianças de sete e oito anos (BRASIL, 2015).

No Brasil, as leis consideravam a educação como direitos de todos, contudo, após 1945, a legislação nacional e educacional aparentava ter alicerce democrático, sendo sempre apresentada pela como direito universal, todavia incoerente com a realidade adotada no período militar (ZUNTI, 2008, p.13). Essa realidade abarcou os descendentes de pomeranos na educação em especial. O idioma pomerano continuava muito presente entres os alunos, em especial nas escolas rurais, contudo o que prevalecia era sua proibição. A língua portuguesa, juntamente com as demais propostas nacionais de educação escolar, era ensinada aos alunos da região (ZUNTI, 2008, p.13).

Em 2002, foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril, que define as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, e consolida um importante marco para a história da educação brasileira e, em especial, para educação no campo. Todavia, a lentidão faz com que as políticas de direito não alcancem proporções significativas e se efetivem concretamente na escola do campo de toda a sociedade. Assim pode se afirmar que a educação, como direito fundamental, não pode deixar de incorporar o estudo sobre questões de grande relevância em nossa sociedade, como questões ambientais, políticas, de poder, sociais, culturais, econômicas, de raça, gênero, etnia, sobre tecnologias rurais, justiça social e paz (ZUNTI, 2008, p.14).

A língua pomerana foi um obstáculo, mas o grande desafio que acompanhou os pastores brasileiros foi a motivação da frequência à escola dos filhos de descendentes, por vários motivos, em especial, a ordem econômica. Os pais eram refratários à matricula dos filhos, sendo necessária a intervenção do pastor, porque frequentar as escolas públicas representava tirar a criança durante cinco dias da

semana do trabalho na lavoura, prejudicando a economia familiar; além do mais, nem todas as famílias viam a educação escolar como necessidade (PACHECO,1994, p. 73).

Como o Município de Santa Maria de Jetibá tem uma grande representatividade da cultura e da tradição pomerana, pois é constituído de um número significativo de falantes da língua, há um número expressivo de crianças que chegam à escola sem falar a língua portuguesa. Isso dificulta o processo de aprendizagem da leitura e escrita, pois os alunos necessitam aprender a língua portuguesa, o que requer adequação na alfabetização e na continuidade da educação escolar (BENINCÁ, 2008, p.128).

Contudo, é somente a partir do século XXI que a valorização e o respeito à diversidade cultural se tornaram preocupação das políticas públicas no Brasil. O atendimento às especificidades culturais é uma nova questão, o que pressupõe considerações no que se refere à consolidação dessas políticas, uma vez que a constituição das práticas estabelecidas atende os preconceitos imbricados pela cultura maior. A alusão à importância de considerar o descendente de pomerano na constituição da política pública se faz no momento em que exista, por parte dessa constituição, articulação e interesse dos que preconizam o estabelecimento da política na localidade (BENINCÁ, 2008, p.128).

Entre 2003 e 2005, Santa Maria de Jetibá, em parceria com outros quatro Municípios capixabas colonizados por pomeranos — Laranja da Terra, Pancas, Domingos Martins e Vila Pavão — idealizaram uma política de atendimento à cultura. Em 2005 se institucionalizou, por meio de órgãos públicos, o Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO). Em 2007, a proposta educacional foi reconhecida como programa, o que garantiu a continuidade de suas ações, e finalmente em 2009, ano da comemoração dos 150 anos de imigração, foi estabelecido o compromisso das prefeituras de manter a fortalecer as ações do PROEPO por meio de Decreto e através da Lei n 1136/2009, que dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no Município. Essa lei reconhece a língua portuguesa como oficial, mas institui a cooficialização da língua pomerana (BENINCÁ, 2008, p.129), pois o que prevê reafirma a valorização do bilinguismo existente em Santa Maria de Jeribá e possibilita a manutenção das duas línguas. Em relação à educação escolar, reconhece a

importância do aprendizado da língua pomerana e estabelece o seu uso nas escolas. Pela ótica legislativa, o bilinguismo educacional, que já existe entre as crianças, passa a se estabelecer através do professor, do material a ser utilizado na aprendizagem e das ações educacionais (BENINCÁ, 2008, p.129).

Metodologicamente, o PROEPO se desenvolve em momentos distintos, sendo o primeiro a formação continuada dos professores bilíngues e o segundo momento é que se configura através da atuação dos professores. A formação dos professores tem por base encontros periódicos, geralmente semanais, em que o foco é o estudo linguístico, apoiado em livros, textos e planejamento das aulas. O que se evidencia é a concepção de que a realidade estabelecida pela cultura incide significado ao pomerano, até mesmo aos que não falam a língua. Nesse contexto, a escola, por meio das ações do PROEPO, dissemina e preserva a tradição, não no sentido de transpor a realidade por meio de imposição, mas em atendimento à necessidade de relacionar o que se representa como significado à construção do conhecimento do grupo (BERGER, 2012, p. 9-10).

Segundo Foerste (2008), ao instrumentalizar o professor, a partir do seu espaço de atuação, com suas especificidades éticas, culturais, socioculturais e linguísticas, garante-se a constituição do *ethos* profissional docente, que articula três dimensões entre si: a dimensão técnica, caracterizada pelo saber fazer, constituída na formação inicial e continuada; a dimensão científica, que envolve a reflexão sobre a ação como processo de investigação coletiva, impulsionando a produção de conhecimento sobre sua prática e, por fim, a dimensão política, na qual o professor caracteriza-se como intelectual de cultura, a serviço do movimento revolucionário dos oprimidos.

A educação no campo é uma construção coletiva, como prática de diálogos libertadora, em cujo processo educandos e professores constroem e são construídos pelo movimento, como sujeitos históricos autônomos e capazes de ler o mundo, interpretando a realidade a partir das contradições das relações do homem com a natureza e dos seres humanos com outros seres humanos, na produção das condições materiais e simbólicas de existência de todas as pessoas. A educação do campo não pode ser entendida como acabada, mas como reinventada a cada dia (FOERSTE, 2004).

O quadro a seguir apresenta o início das atividades laborais.

Quadro 4 − Distribuição por idade de início das atividades laborais

FAIXA ETÁRIA	Quantidade
8 - 9 anos	4
10 - 12 anos	5
13 - 16 anos	1
TOTAL	10

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Com o número expressivo de lavradores, observa-se que todos iniciaram a atividade agrícola na infância. Podemos notar no quadro acima que a maioria das mulheres começou sua atividade laborais entre 8 e 13 anos de idade. Fazia parte da cultura pomerana que as crianças iniciassem as atividades cedo, pois na época havia muitos filhos para ajudar na mão de obra, economizando-se dinheiro, sem precisar contratar pessoas de fora para ajudar no trabalho na lavoura. Os pais já ensinavam seus filhos pequenos atividades de casa e da lavoura, pois eles entendiam que uma criança, a partir dos oito anos, já tinha juízo e condições de aprender o que eles queriam ensinar; assim, quanto mais filhos tivessem, mais rendia o trabalho na lavoura.

O trabalho infantil no Brasil tem causas complexas, sendo variados os motivos que levam ao recurso da mão de obra infanto-juvenil. No entanto, existem três causas especiais que predominam na decisão de incorporação de crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento no mundo do trabalho: a) a necessidade econômica de manutenção da família; b) a reprodução cultural dos mitos sobre trabalho infantil; c) a falta de universalização das políticas públicas de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias (BRASIL, 2002).

Além das necessidades econômicas da família, o trabalho infantil é utilizado em larga escala porque se trata de uma mão de obra barata, dócil e disciplinada. A exploração do trabalho infantil não está dissociada de precarização das condições de vida dos trabalhadores e de redução do custo do trabalho (BRASIL, 2002).

Com o respaldo legal para o enfrentamento ao trabalho infantil, os marcos protetivos se orientam pelos princípios estabelecidos na Constituição Federal, em especial no artigo 227, que determina: “são deveres da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, 2002). O artigo 7º, inciso XXXIII (alterado pela Emenda nº 20, de 15 de dezembro de 1998), estabelece a idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Esse marco legal acolheu as principais Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho infantil e concretizaram os avanços nacionais. As condições, tanto sociais como legais, estão dadas para a efetivação de um novo paradigma na maneira de abordar o trabalho infantil no país, entre os quais a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) — Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, artigos 60 a 69 do capítulo V, do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho. Outros dispositivos legais também têm se pautado como proteção à criança e ao adolescente: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Art. 402, foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, baseado na Convenção nº 138/ 1973, da OIT, sobre limites de idade mínima para o trabalho, promulgada pelo Brasil em 1999; a Convenção nº 182/1999, da OIT, sobre as piores formas de trabalho infantil; a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que regulamenta a aprendizagem, e o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que define a lista das piores formas de trabalho infantil (BRASIL, 1988).

A partir da Constituição Brasileira de 1988, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e sujeito de direitos. Esse é o principal motivo para a erradicação do trabalho infantil e não somente por causa de suas consequências. No entanto, o trabalho infantil tem efeitos complexos, principalmente nas condições econômicas, sociais, educacionais, bem como no desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo de crianças e adolescentes (BRASIL, 1988).

Com a legislação moderna, as crianças e os adolescentes estão respaldados por lei. A Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando a pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os dados apresentados a seguir foram organizados e analisados mediante a produção de categorias e subcategorias que são assim identificadas:

Quadro 5 - Categorias e subcategorias de organização e análise de dados

I. IMIGRAÇÃO DOS POLMERANOS	**II. CULTURA**	**III. GÊNERO**	**IV. SAÚDE**
SUBCATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1) Chegada dos antepassados	1) Cultura pomerana	1) Namoro	1) Exposição ao sol
2) Adaptação à nova terra	2) Costumes	2) Casamento	2) Meios de proteção contra o sol
	3) Língua pomerana	3) Sonhos	3) Acompanhamento médico
		4) Divisão de trabalho entre homens e mulheres	4) Melhora no acesso à saúde no Município
		5) Herança	

Fonte: Elaboração da autora (2015).

I. IMIGRAÇÃO DOS POMERANOS

A importância da imigração se deve mais ao seu aspecto histórico e sociológico do que ao contingente numérico, porque os imigrantes se estabeleceram em colônias em regiões pioneiras, contribuindo para a construção de uma sociedade distinta da nacional e uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar nas áreas onde se situaram.

1) Chegada dos antepassados

O transporte entre a Alemanha e o Brasil ficou a cargo principalmente da *Hamburg-Südamerikanische* (Companhia de Navegação a Vapor Hamburgo-América do Sul). Anteriormente, os emigrantes do Império da Prússia utilizavam-se quase sempre dos portos localizados fora da Prússia, uma vez que uma portaria hoje revogada impedia indistintamente a emissão de passaporte de emigração para o Brasil: o infeliz decreto de Van der Heyd de 1859, cuja aplicação proibia a emigração para as terras brasileiras (TRESSMANN, 2005).

Nossos imigrantes faziam a viagem quase sempre em navios a vela e, dependendo das graças ou desgraças do vento e do tempo, precisavam de dois, quatro ou até seis meses para chegarem ao belo e paradisíaco Porto do Rio de Janeiro, a capital do antigo império, onde tomavam uma embarcação costeira em direção ao Porto de

Vitória, a capital da província do Espírito Santo. Esse trecho, após a chegada ao Rio de Janeiro até alcançarem o seu futuro lar, era a pior parte da viagem para as famílias; muitos iam embarcação amontoados em compartimentos estreitos da embarcação, ou passavam dia e noite no convés sem teto, expostos a todas as intempéries do clima e do tempo (TRESSMANN, 2005).

As entrevistadas a seguir, a respeito da imigração, relatam um pouco das dificuldades encontradas pelos seus antepassados:

Azaleia:

> Finado meu avô, eu tenho até o quadro 1873 01 abril 16 maio ele chegou, levou 16 semanas para chegar, quando tinha vento o navio andava para trás, se morria tinha jogar no mar. Pegou uma canoa veio até Santa Leopoldina, vê se hoje dá para fazer isso? (AZALEIA, 2015)

Orquídea: “Veio minha bisavó, com dois anos ele morreu, não lembro muita coisa.” (ORQUÍDEA, 2015)

Lavanda: “Meu avô veio da Alemanha, ela tinha três semanas quando ele veio.” (LAVANDA, 2015)

Quando então disseram aos imigrantes que eles em breve chegariam, com o coração alegre, todos entoaram uma canção composta por eles mesmos com o seguinte refrão: “Hurra, hurra, hurra. Agora estamos em Vitória”. Os pomeranos oriundos de regiões planas ficaram comovidos ao verem as inúmeras montanhas desordenadamente aglomeradas, cujas encostas seriam suas futuras lavouras, e admirados falaram sobre a “região corcovada”. O grito de “Vitória” cessou (TRESSMANN, 2005).

2) Adaptação à nova terra

Ao chegar às terras, os pomeranos defrontaram com um ambiente que desconheciam completamente; primeiro a quarentena na hospedaria de uma ilha, depois longos percursos em canoas precárias, em lombos de burro ou a pé para chegar à terra prometida, no meio da floresta virgem, onde passariam a viver num barracão rústico, às vezes enfrentando a resistência dos índios e temendo o perigo de animais selvagens. Isso sem contar com exploração de funcionários públicos corrompidos que

dirigiam as colônias isoladas nas montanhas, que gerou diversas revoltas, provocando inclusive intervenções policiais violentas (SOARES, 1997).

As dificuldades estabelecidas à comunicação se instituíam através da falta de estrutura viária. Mesmo que a primeira estrada Bernardino Monteiro BR-080, inaugurada em 1919, para trânsito de veículos, tenha sido estabelecida a partir de Santa Leopoldina, foi direcionada à região de Santa Teresa. Já em direção à região colonizada, estabelecida próxima às duas regiões ligadas pela nova estrada, o acesso continuava sendo por trilhas ou estradas precárias, onde se trafegava a pé, a cavalo, em carros de boi ou tropas responsáveis pelo transporte de mercadorias (SOARES, 1997).

O tropeiro, na maioria das vezes, era um pomerano ou alguém que falava pomerano, característica facilitadora de aquisição de confiança dos colonos. O agricultor necessitava confiar na pessoa que entregava a mercadoria e recebia em troca o dinheiro ou outra mercadoria inexistente na colônia, mas essencial à sua subsistência e de sua família (SOARES, 1997).

Outro fator que ampliou a segregação foi a ausência de serviços públicos que pudessem vincular os pomeranos à sociedade brasileira. Não existiam serviços básicos, como os de saúde pública. Nas colônias, não havia médicos nem parteiras. Nas cidades como Porto do Cachoeiro e Vitória, faltavam médicos, que não viajavam para as zonas rurais e só faziam exceção a essa regra mediante honorários que, nos casos mais simples, importavam a 300 a 500 mil réis; para eles, não era possível cobrar quantias menores, pois uma visita custava um ou mais dias de jornada. Esses valores, para o colono, eram exorbitantes; além disso, era provável que o médico chegasse tarde demais (WAGEMANN, 1915-1949).

Sendo assim, o próprio grupo teve que resolver todas as questões de saúde que se instalavam entre pomeranos. Entre várias doenças que acometiam os colonos e provocavam óbitos destacavam-se disenteria e malária. A verminose foi apontada, em 1960, como a enfermidade considerada quase universal entre os colonos (WAGEMANN, 1915-1949).

As entrevistadas relatam as dificuldades que seus antepassados passaram quando chegaram à nova terra natal.

Orquídea: “Meu pai falou que eles começaram aqui no mato, eu só tinha um colchão 2 e 3 panelas, dormiam no mato, muita pobreza.” (ORQUÍDEA, 2015)

Hortência: “Uns falam que foi difícil, que vinheram navio, que demorava.” (HORTÊNCIA, 2015)

Dália: “Papai contava que passou por Santa Leopoldina, andava tudo a pé, com saco de milho na costa, quando encontrava cacho de banana cortava e levava, não tinha estrada.” (DÁLIA, 2015)

Bromélia: “Andavam muito longe a pé.” (BROMÉLIA, 2015)

Tulipa: “Entraram na mata grande, viajaram longe, dormiam pela estrada fora. O brothr eles inventaram, o fubá era feito no moedor e fazia o fermento.” (TULIPA, 2015)

Azaleia: “Tinha gente que deixou a noiva para trás porque aqui não tinha casa, barraco no meio do mato, roçava capoeira, depois ele buscou a noiva dele.” (AZALEIA, 2015)

Todos os membros da família pomerana são capazes de brandir a foice. O pai e os filhos, mas muitas vezes também a mãe e as filhas adultas posicionam-se em fila junto à mata, a uma distância segura um do outro, e cada um vai cortando o seu trecho encosta acima, pois nos vales estreitos do Espírito Santo prefere-se plantar quase sempre nos declives das montanhas, enquanto o pasto, que por sua vez geralmente também prossegue colina acima, começa no fundo do vale por causa da água (TRESSMANN, 2005).

O desenvolvimento da colônia e a continuidade do processo imigratório para Santa Leopoldina rendeu-lhe o título de terceira colônia mais populosa do império, chegando ao número de 12 mil imigrantes desembarcados na região, além de constituir, até o ano de 1890, o município de maior extensão territorial do Espírito Santo.

O primeiro contato dos colonos com a estrutura local foi dificultado pelo desconhecimento da língua portuguesa, além dos registros de vários furtos. Essas dificuldades repercutiam de forma negativa nos países de origem dos imigrantes, o que impulsionou esses países intensificar o acompanhamento dos imigrantes na

província do Espírito Santo. Em contrapartida, era necessário que o governo brasileiro se posicionasse a respeito da situação por meio de medidas que demonstrassem a preocupação com a imigração. Com intuito de amenizar os problemas diplomáticos e demonstrar zelo aos imigrantes D. Pedro II realizou uma visita, em 1860, a três colônias: Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo (PACHECO, 1994).

Santa Leopoldina foi a primeira colônia a ser visitada, porque D. Pedro II estava preparado para as reclamações que havia de ouvir, pois lhe era estranho o destino dos imigrantes, porque o solo tinha pequena camada de *humus*, o que representou pouca produtividade. Isso causou indignação dos colonos que passaram a depender do dinheiro do governo. Cabe referir, no entanto, que, desde a tentativa desferida por D. Pedro II, em 1860, de diminuir as tensões diplomáticas, não houve êxito (ROCHA, 2000).

Em 1896, fatores internos justificados pela crise financeira que o governo do Espírito Santo abarcou nos anos que seguiram impediram a manutenção econômica do financiamento do processo migratório, bem como houve causa externa, estabelecida pela pressão exercida pela Alemanha após sua unificação em 1871, de impedir o fluxo migratório, impossibilitando a manutenção da política imigrantista. Entretanto, a imigração, que perdurou por quase meio século, permitiu a introdução de trabalhadores em distintas atividades na economia capixaba, em especial nas atividades agrícolas (ROCHA, 2000).

Apesar dessas considerações, em todo território brasileiro e no Espírito Santo, a imigração do século XIX foi tratada como uma política da República caracterizada pelo financiamento do processo imigratório, da vinda à estadia dos imigrantes aos primeiros anos. Era necessário garantir o sucesso do projeto, diminuindo a ameaça do retorno em massa à terra natal. O governo estabelecia um subsídio generoso que consistia no recebimento, por parte de cada família, de um lote de terra com até 60 ha. Na República, essa quantidade foi reduzida para 25 ha, pagamento de seis meses de alimentação, ferramenta de trabalho, sementes, um casal de porcos, duas galinhas e um galo, acrescido da obrigatoriedade de pagamento desse benefício ser efetuado após dois anos de seu recebimento, em três parcelas iguais, num prazo de cinco anos (SOARES, 1997).

II. CULTURA

A cultura é um processo dinâmico produzido no tempo histórico, de acordo com uma situação social. Esse processo é construído e reinventado a todo o momento, tratando-se mais de um processo de interação do que isolamento.

1) Cultura pomerana

O surgimento da primeira iniciativa cultural foi um processo de reconhecimento de valores culturais, para que o imigrante se percebesse como sujeito protagonista de sua história. O que antes a princípio se restringia em repressão, constrangimento omissão, nos últimos anos tornou-se orgulho para os descendentes.

Viveiros de Castro (1992, p. 27) retrata isso muito bem:

> Cremos que o ser de uma sociedade é seu preservar: a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura. Cremos, por fim, que uma vez convertidas em outras que si mesmas, as sociedades que perderam sua tradição não têm mais retorno: não há retroceder, a forma anterior foi mortamente ferida.

A ideia antropológica de cultura coloca o antropólogo em posição de igualdade com o nativo, ao implicar que todo conhecimento antropológico de outra cultura é culturalmente mediado. Tal igualdade é, porém, em primeira instância, simplesmente empírica ou de fato: ela diz respeito à condição cultural comum (no sentido de genérica) do antropólogo e do nativo. A relação diferencial do antropólogo e o nativo com suas culturas respectivas, e, portanto com suas culturas recíprocas, é de tal ordem que a igualdade de fato não implica uma igualdade de direito ou uma igualdade no plano do conhecimento. O antropólogo tem usualmente uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido que ele explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa. A matriz relacional do discurso antropológico é hilemórfica: o sentido do antropólogo é forma; o do nativo, matéria. O discurso do nativo não detém o sentido de seu próprio sentido. De fato, como diria Geertz, somos todos nativos; mas de direito, uns sempre são mais nativos que outros (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 27).

Podemos notar, na fala das entrevistadas a seguir, a importância da manutenção da cultura e dos costumes.

Orquídea: “ensinar minhas filhas falar pomerano, fazer ninho de páscoa, das coisas para os netos ficarem feliz, colocar arvore de natal.” (ORQUÍDEA, 2015)

Rosa: “sempre vou ao cemitério visitar o túmulo da minha mãe, ela disse que não poderia deixar de ir. Na Páscoa faz ninho, coloca árvore de natal, pentecoste faço guirlanda.” (ROSA, 2015)

Dália: “muitas coisas, coisas que ainda fazem, artesanato, flores, natal buscar pacote na igreja, e páscoa fazer ninho.” (DÁLIA, 2015)

A tradição e a mudança são elementos inseparáveis, pois reinventar tradições constitui parte do projeto de cada sociedade e de seus grupos que, a todo o momento, buscam reavivar a identidade do grupo, conforme pensa Viveiros de Castro (1992, p.27).

2) Costumes

Os pomeranos continuam sendo especialmente diferentes pela persistência com que se dedicam às lavouras e à preservação das suas tradições culturais; graças à influência do pomerod, os costumes seculares mantêm-se intactos entre as comunidades pomeranas. As antenas de televisão pairam sobre os telhados de várias casas das comunidades pomeranas e um dos mais refinados símbolos do avanço tecnológico na área da comunicação é a antena parabólica; contudo nem a força da televisão, dos jornais e das emissoras de rádio, dos aparelhos de sons conseguiram romper de vez as quase intransponíveis muralhas das tradições pomeranas (MEDEIROS, p.19,1998).

Já passada uma década, como podermos observar na fala das entrevistadas, o costume está muito presente no dia a dia, transmitido de geração a geração:

Orquídea: “Jeito que a gente comia aquela a gente era acostumada, não era de luxo, a roupa do mesmo jeito e dentro de casa também coisas simples como era antes.” (ORQUÍDEA, 2015)

Hortência: “Sim, lavar roupa, sempre tinha que virar, eu tenho este costume ainda.” (HORTÊNCIA, 2015)

Violeta: “A mesma coisa, não mudou nada, antes não podia usar calça, só saia e vestido.” (VIOLETA, 2015)

Bromélia: “Minha mãe me ensinou a trabalhar na roça, eu também aprendi a bordar.” (BROMÉLIA, 2015)

Tulipa: “Tratava galinha, trata porto, criavam hoje a gente compra.” (TULIPA, 2015)

Lavanda: “A comida o pão faço como minha mãe ensinou, natal colocar árvore.” (LAVANDA, 2015)

Azaleia: “Eu gosto natal colocar árvore, eu fazia 6 ninhos para netos, mas agora eles estão grandes, colocava palmitos, fazia a coroa de pentecoste.” (AZALEIA, 2015)

3) Língua pomerana

Na reinvenção da identidade étnica e social dos pomeranos no Espírito Santo, é importante ressaltar a necessidade de verificarmos o uso da língua no cotidiano do grupo para o entendimento das formas de transmissão da tradição oral. O grupo investigado se expressa, cotidianamente, em três línguas: português, alemão e pomerano, cada uma delas acionada em diferentes situações sociais.

As pomeranas entrevistadas relatam a preocupação com a nova geração, alegam que os netos, apesar de saberem a língua pomerana, não querem falar; há outros casos em que alguns nem querem aprender. Bahia (2011) confirma que eles sentem vergonha da própria língua pomerana.

Orquídea: “Todos fala pomeranos e são pomeranos da minha família, agora os netos agora vão para escola, ai não querem falar muito pomeranos, mas sabe e fala também.” (ORQUÍDEA, 2015)

Dália: “Sim, nos fala pomerano, mas o que me preocupa que meus netos entendem pomerano, mas não querem falar.” (DÁLIA, 2015)

A língua portuguesa é usada nas situações formais, como nas questões de cidadania, do ensino nas escolas, nas instituições locais como prefeitura, fórum, casas

comerciais e bancos, com relativa frequência no atual ensino confirmatório e para demarcar a diferença entre pomerano e brasileiro. Sua frequência é maior na sede da colônia do que na zona rural, e seu uso é mais comum entre os jovens do que entre as gerações mais antigas (BAHIA, 2011).

No momento histórico da Segunda Guerra Mundial, o uso crescente da língua portuguesa se deu de fato no momento da Campanha de Nacionalização, implantada pelo Governo de Getúlio Vargas entre os anos de 1938 e 1945. Nesse período, houve repressão à publicação e ao ensino na língua alemã, proibição de falar outra língua em público, fechamento de instituições e associações comunitárias e culturais, perseguição aos membros das igrejas luteranas e destruição de propriedades. Muitos pastores foram presos e proibidos de atuar em suas atividades religiosas.

O pomerano é usado entre pomeranos tanto na cidade quanto no campo, sendo mais frequente na zona rural, na intimidade da família. A língua também é utilizada pelos homens como estratégia nas negociações de venda de produtos agrícolas no mercado público na CEASA, como uma língua secreta a fim de alertar seus familiares vizinhos sobre casos de exploração ou possibilidade de realização de mau negócio. Seu uso é mais frequente do que as outras duas línguas, especialmente nas áreas mais distantes da sede da colônia.

Seu aprendizado é familiar, sendo a mulher responsável pela transmissão da lógica do idioma pomerano e da alemã para as crianças. Quando elas ingressam na escola, já aprenderam a língua pomerana, fato que ocasiona uma série de conflitos no interior do sistema escolar. Muitos professores reprimem o uso do pomerano, mas em sua maioria tiveram de aprender um pouco da língua para que pudessem dar continuidade ao seu trabalho na escola (BAHIA, 2011).

Muitos jovens, frequentadores da escola primária falam tanto o pomerano quanto a língua portuguesa, mas, apesar desse fato, eles preferem falar com maior frequência o português, porque é considerada uma língua com maior prestígio, nas esferas formais e nos meios de comunicação. Muitos pais justificam o fato de preferirem que seus filhos falem mais o português devido aos sentimentos de humilhação e vergonha que vivenciaram em situações formais na cidade. Muitos temem que a mesma situação ocorra com seus filhos. Os jovens também relatam as dificuldades de não

saber falar o português no cotidiano e criticam a excessiva ênfase na língua alemã na esfera religiosa (BAHIA, 2011).

Na escola, muitos professores de ascendência pomerana e brasileira consideram o pomerano apenas um dialeto que, por ser uma língua ágrafa e sem gramática normativa, não teria *status* oficial de língua verdadeira; além disso, consideram o pomerano língua de gente da roça, gente atrasada, enquanto o português é a língua oficial do país e também a mais próxima da cultura da civilização.

Como lembra Bourdieu (1996), o uso de um idioma é indissociável da sociologia da educação, pois o mercado linguístico está sujeito aos pareceres dos mestres, guardiões da cultura legítima. Nesse sentido, o mercado escolar encontra-se estritamente dominado pelos produtos linguísticos socialmente existentes.

O papel mais determinante na desvalorização dos dialetos e na instauração da nova hierarquia dos usos linguísticos é exercido pela relação dialética entre as escolas e o mercado de trabalho, ou melhor, entre a unificação do mercado escolar e linguístico, vinculada à instituição de diplomas escolares dotados de um valor nacional e independente, aos menos oficialmente, das propriedades sociais ou regionais de seus portadores, e a unificação do mercado de trabalho, entre outras razoes, com o desenvolvimento da administração e do corpo de funcionários (BOURDIEU, 1996).

A língua portuguesa não é apenas uma língua de prestígio, para muitos pomeranos é um sinônimo de ascensão social e de diferenciação entre os pomeranos da roça e os que foram para cidade (GRANZOW, 1975).

III. GÊNERO

1) Namoro

Na fala das entrevistadas e do autor (FOERSTE, And KUSTER, 1997), observa-se como era o namoro da época. Era bem vigiado pelos pais da moça, os jovens não podiam ficar em lugar escondido, se fossem a algumas festas só poderiam ficar de mãos dadas, no meio das pessoas; beijar era só depois do casamento. Também era dito pelos pais que um namorado bom era encontrado a caminho ou de volta da igreja.

Tulipa:

> Na época nós moças ficávamos na estrada andando para ver os rapazes passando, tinha um que ficava muito no meu pé, mas eu não queria ele, meu pai falou comigo que era para mim ficar com ele, era um rapaz bom, resolvi namorar ele então, assim foi, namoramos por 2 anos e casei estamos juntos até hoje. (TULIPA, 2015)

Azaleia: “Quando eu namorei minha mãe ficava junto no meio da gente o tempo todo. Quando ia para o forro namorava sentada dentro do salão.” (AZALEIA, 2015)

Orquídea: “Namoro, conhecer ele na roça, onde eu trabalhava, dentro de casa, e na roça, mas não na minha na casa dos outros, onde eu tinha salário, para ajudar meus pais dentro de casa para comprar as coisas.” (ORQUÍDEA, 2015)

Hortência: “eu conheci meu esposo no casamento.” (HORTÊNCIA, 2015)

Foerste e Kuster (1997) contam uma história de namoro entre Fritz e Frida, casal de pomeranos num baile a concertina e lamparina. Fritz conheceu Frida, olhos nos olhos, uma valsa e depois uma rancheira, então veio a conversa no dialeto pomerano. Tudo isso sob o olhar severo da mãe de Frida. No domingo seguinte, após o culto da igreja, Fritz pediu a Frida se podia acompanhá-la a sua casa. Assim começavam os namoros entre os pomeranos. Todos os sábados e domingos, lá estava Fritz na casa de Frida. A princípio, o namoro só era permitido na varanda. Para vigiar os encontros do *Brutman* (namorado), com a *Brutmeka* (namorada), a mãe disfarçava e levava café com brote ou bolo. Beijos? Só quando a água do café demorava muito para ferver ou quando a mãe se perdia em outros afazeres do fogão (FOERSTE, And KUSTER, 1997), Os pais de Frida, como todos os pomeranos, eram muito rígidos. Fritz sabia que encontraria resistência no seu namoro. Precisava conquistar confiança de seus *Schwegervotas* (sogros). Muitas vezes via a mãe da namorada observando-os pelas gretas das portas e janelas entreabertas. Mesmo assim, nem percebiam o passar das horas. Sempre eram surpreendidos com a mãe dizendo: *“Is tit tann schlopa”* (é hora de dormir). Meio a contragosto, Fritz montava em seu cavalo, com a promessa do reencontro no próximo final de semana (FOERSTE, And KUSTER, 1997), Depois de mais de dois anos de namoro firme lá estava, ainda bastante tímido, Fritz pedindo aos pais a mão da moça em casamento. Eles fizeram um longo interrogatório antes de aceitar o casamento do casal. Se Fritz pensava que agora teria mais liberdade para ver a Frida, estava muito enganado. Além da mãe da noiva continuar vigiando todos

os seus passos, ainda dizia que queria vê-los sempre no culto aos domingos. Em um desses cultos, foi feito o *''afbar*', ou seja, o casal foi apresentado à comunidade, quando também foi anunciada a data do casamento (FOERSTE, And KUSTER, 1997),

Segundo Bahia (2011), durante as festas de casamento que ocorrem na região e nos eventos ligados aos calendários da Igreja Luterana e do Município, se dá início à maioria dos namoros. É no decorrer dos encontros do coral, da juventude, das reuniões para os ensaios de teatro para Natal, da preparação da comida para as festas comunais, dos ensaios para os festivais de música e dança folclórica, dos arranjos para o casamento do vizinho, do mutirão para construção de casa, enfim em toda preparação que envolve a programação de eventos religiosos, municipais e comunais é que surgem as oportunidades para iniciarem os futuros enlaces matrimoniais.

O namoro só é permitido pelos pais após a confirmação, momento em que o jovem confirmado possui alto grau de sociabilidade. A confirmação é um rito em que o jovem assume, perante a Deus, ser membro fiel da igreja de Cristo. A preparação dura cerca de três anos, compreende a faixa etária dos 13 aos 16 anos, para os meninos, e para as meninas, 12 aos 15 anos, período correspondente à passagem do 1° para 2° grau na escola. São ensinados o catecismo menor de Martim Lutero, leitura de partes da Bíblia e a história da doutrina luterana e da própria Igreja Evangélica Confissão Luterana do Brasil (IECLB). Em toda família, pelo menos um de seus membros deve comparecer aos cultos, participar ativamente da Igreja e aprender a Lei de Deus. Os Dez Mandamentos é um ensinamento moral que direciona os valores fundamentais para lidar com as coisas do mundo (BAHIA, 2011).

No decorrer do namoro, as aptidões para o universo do trabalho e das funções que cada gênero exercerá para manutenção e reprodução da terra serão resultados pelos pais de ambas as famílias. Para os pais, o estudo não é considerado um dos critérios mais importantes entre as qualidades do futuro cônjuge. As habilidades técnicas para o trabalho na roça desenvolvido por homens e mulheres são mais importantes para a continuidade do modo de vida camponês (BAHIA, 2011).

Algumas restrições são feitas pelos pais diante do fato de um namoro significar para a comunidade um passo para o casamento. Namorar é para casar, e a aceitação do

namoro está sujeita à aceitação do genro e da nora pela autoridade paterna (BAHIA, 2011).

A formação de um casal concerne às duas famílias envolvidas e a todo o grupo social. A comunidade é testemunha da nova aliança desde os tempos do namoro até o momento do casamento, continuando a controlar as relações entre marido e mulher. Sobre a noção de casal na família rural francesa, só no século XIX, a autora redefine a relação matrimonial no contexto da comunidade aldeã e dos habitantes nos seguintes termos: os domínios considerados os mais íntimos atualmente são controlados pelos aldeãos, julgados em respeito às normas coletivas. As escolhas dos pares na ocasião do namoro passam pelo crivo das duas famílias e de toda comunidade pomerana que exerce um controle social através de fofoca, dos provérbios e piadas que circulam nos momentos de sociabilidade aldeã. O controle do namoro se faz na ocasião dos encontros dos casais (SEGALEN, 1980).

2) Casamento pomerano

Conforme Woortmann (1995) mostra em seu estudo, essas qualidades estão ligadas à palavra “princípio vital”, e são possíveis de ser transmitida, estando oculta no sangue e no decorrer de gerações. O princípio vital orienta tanto a lógica dos casamentos realizados como as alianças que devem ser evitadas, sendo, portanto, uma noção fundamental para a compreensão do valor do casamento estável, ou seja, homogâmico. Para averiguarmos a tendência endogâmica dos casamentos pomeranos, é preciso entende o sentido do termo “sangue”, pois remete à necessidade de conhecimento da genealogia das famílias envolvidas na aliança matrimonial. A autora destaca que a endogamia é um princípio que antecede as escolhas matrimoniais e explica aquelas que serão feitas, pois afetariam a continuidade da família, do grupo doméstico e de toda a Colônia. Resgatar a memória genealógica é o papel do casamenteiro, que, nesse caso, poderá ser o pai da noiva, os parentes ou os vizinhos futuros do casal. O casamenteiro deve conhecer as gerações de cada uma das famílias e saber se possuem qualidades morais apreciáveis para formação e manutenção de uma nova unidade doméstica (WOORTMANN, 1995).

Nesse sentido, o casamento de pomeranos com outros grupos étnicos implica numa mistura de sangues que não combinam, de distintas origens étnicas e sociais, os quais não possuiriam os atributos necessários à continuidade do *etnos* camponês de origem alemã e assim comprometeria a reprodução social da terra. Em resumo, dizia-se que os brasileiros não servem para serviço de colono, não têm a mesma capacidade de trabalho do imigrante pomerano. Dessa forma, a categoria "colono" demarca uma clivagem étnica entre os colonos pomeranos e brasileiros, chamados em pomerano de *sward* preto ou negro (BAHIA, 2011). Essa clivagem desqualifica o brasileiro como um trabalhador da roça e o diferencia dos camponeses pomeranos, imigrantes de origem alemã. A identificação social e étnica se baseia nos seguintes elementos: a propriedade da terra, uma concepção particular da categoria "trabalho" e a condição de pertencimento a um grupo étnico.

É no momento das escolhas no casamento que as clivagens e os estereótipos sobre os brasileiros aparecem com mais frequência, em especial quando o assunto é o dote. Muitos pomeranos acreditam que as brasileiras não possuem dote no casamento. Segundo as falas informais dos pomeranos, uma pomerana, quando casa, ganha sempre algo para a casa ou para a propriedade, necessário para dar início à vida de casal. As brasileiras, por sua vez, dependem do marido até na hora do dote. Nesse sentido, o casamento interétnico é uma ameaça à reprodução social e étnica, devido às diferenças de costumes, estilo de vida, língua e religião (BAHIA, 2011).

Margarida: "No dia do casamento teve uma simples festa, tinha até muita comida um tocador de concertina, porque seus pais eram muito pobres, quando ela se casou foi morar na casa de seu marido." (MARGARIDA, 2015)

A religião é um forte fator de oposição dos pais aos namoros e casamentos dos filhos; mesmo que o casamento seja entre luteranos e católicos, prevalece a conversão da mulher para a religião do homem, pois deve se respeitar a autoridade paterna como parte fundamental da ética camponesa. Da mesma forma acontece no casamento, quando a mulher deixa a casa dos pais para viver sua vida nova perto da casa dos pais do marido (BAHIA, 2011).

A preferência de teor sexual dos pomeranos pelas brasileiras é bem conhecida e é alvo de comentários entre os homens. As imagens acerca dos homens e mulheres

pomeranas e das brasileiras são diferenciadas, na medida em que há regras de casamento entre pomeranos que explicam com quem deve ser casar ou não, tendo o grupo endógamo, em que a maior parcela de casamento é interétnica. Para os homens, é possível ter contatos sexuais com as brasileiras, mas sem se casar com elas, pois a germanidade é reproduzida através da união com a mulher pomerana. A mulher pomerana pode se casar com um brasileiro, mesmo sendo alvo de duras críticas, mas o homem não pode se casar, pois esse ato ameaçaria a reprodução da condição camponesa e étnica (BAHIA, 2011).

3) Sonhos

Para Durkheim (1996), nada indica que o sonho foi a fonte para a construção da ideia de duplo ou de alma, “pois ela pode ter sido aplicada mais tarde aos fenômenos do sonho, do êxtase e da possessão, no entanto derivar deles”. O poder de divinização viria da própria sociedade, sendo inconcebíveis que experiências individuais como o sonho e a morte sejam fontes desse poder. A religião não é um fenômeno subjetivo, mas, acima de tudo, social, tratando-se de representações coletivas que não poderiam se sujeitar à “vã fantasmagoria” ou a “concepções imaginárias” produzidas numa espécie de delírio por indivíduos que sonham.

Orquídea: “sonho sonhava que eu ficava melhor do jeito que a gente estava muito pobre então eu pensava melhorar pouco, ter salário para casar e ir na roça de novo, mas sempre na roça.” (ORQUÍDEA, 2015)

Hortência: “sonho, não tinha sonho, nunca a gente tinha oportunidade.” (HORTÊNCIA, 2015)

Dália: “sonho, queria ser professora, mas não pude estudar.” (DÁLIA, 2015)

Tulipa: “sonho meu sonho era ter uma casa, ter minha família para cuidar.” (TULIPA, 2015)

Azaleia: “meu sonho era casar com um homem que tinha muito dente de ouro, acabou que o meu só tinha um dente de ouro.” (AZALEIA, 2015)

Na concepção de Malinowski (1973), o sonho — ou será essa ausência de sonhos, ou melhor, de interesse pelos sonhos, devido ao fato de estarmos tratando com uma

sociedade não reprimida, uma sociedade na qual o sexo enquanto tal não é de modo algum coagido? Esta raridade de sonhos livres e a ausência da lembrança apontam para a mesma conclusão: a ausência da neurose, isto é, para a correção em linhas gerais da teoria freudiana. Não se pode negar o poder adquirido pela teoria freudiana dos sonhos, pois ela conseguiu conciliar no século XIX três hipóteses que concorriam: a romântica, a racionalista e a materialista. A posição romântica era de ver o sonho como uma mensagem do além com um significado pessoal. Os racionalistas negavam totalmente a possibilidade de se atribuir sentido aos conteúdos oníricos, enquanto o ponto de vista materialista favorecia a pesquisa científica, mas apenas no sentido de provar a origem orgânica do sonho (HILLMAN, 1981:222).

Freud conciliou essas correntes, pois valorizou a posição romântica ao assumir que o sonho tem um significado pessoal; ao mesmo tempo admitiu a ilogicidade e a irracionalidade da linguagem dos sonhos e forneceu uma explicação racional da causalidade dessa ilogicidade. E, ao elaborar sua teoria sexual da libido, deu crédito à corrente materialista, fornecendo uma base orgânica para o sonho. Foram, portanto, organizadas, num sistema coerente, as três posições, o que possibilitou à teoria freudiana dos sonhos alcançar seu grande sucesso. Para Freud, entender os sonhos significa ter a compreensão da forma pela qual os impulsos psicológicos de origem inconsciente encontram expressão na consciência, e o objetivo da análise é buscar as ideias latentes que se escondem por trás das imagens manifestas dos sonhos, posicionando-se como disciplina interpretativa baseada na compreensão do significado subjetivo da experiência real ou produzida pela fantasia (DAVIS, 1999, p. 87).

4) Divisão de trabalho entre homens e mulheres

O domínio reservado às mulheres não se inscreve apenas sob o teto da casa, as mulheres também trabalham na lavoura, fazem quase tudo o que os homens fazem. Pode-se afirmar que as mulheres trabalham como homens, quase não se percebem diferenças nos serviços realizados na lavoura.

As entrevistadas não concordam com a divisão de trabalho entre homens e mulheres, pois é equivalente, como se pode verificar nas seguintes respostas:

Violeta: “Eu trabalho mais que ele, mas fazer o que?” (VIOLETA, 2015)

Orquídea: “Não sei se é justo, acho o serviço pra mulher pessado teque trabalhar dobro.” (ORQUÍDEA, 2015)

Bromélia: “Nos trabalhava na roça e em casa eu também tinha que trabalhar, eu não acho certo, acho que eu tinha que ficar só em casa, mas não pode.” (BROMÉLIA, 2015)

A organização familiar das esferas das instituições políticas e econômicas era o lugar diferenciado dos homens e das mulheres. Na esfera comunitária, a mulher assume a mediação entre a igreja e a família, ela se encarrega na educação religiosa da criança e das obrigações religiosas impostas pela igreja. A sociabilidade feminina está ligada ao trabalho, casa, feira local e à igreja (BAHIA, 2011).

Sobre a divisão de tarefas entre homens e mulheres, os homens a rigor dão de comer aos porcos, as mulheres é quem cozinham a papa, elas é que cuidam sozinhas das vacas. Esses dois traços são relevantes e se explicam, sem dúvida, pelo fato de que o preço dos porcos vendidos representa umas das principais fontes de renda, ao passo que o gado menor só serve para sustentar uma espécie de caixa doméstica auxiliar; se a mulher cuida de todo o gado, ela disporá desse dinheiro para a decoração da casa. O produto mais rentável para ela é a manteiga, a mulher amassa e cozinha o pão, torra café, fabrica o sabão, corta e costura roupa de todo o tipo, lava-as e as concerta, sem contar as louças sujas na pia. Entre os pomeranos, a relação entre o fato de um homem ter uma casa organizada, uma boa colheita e filhos bem cuidados está associado ao bom cumprimento do papel social que cabe à mulher para manutenção da ordem na casa e na propriedade (ROCHE, 1968).

5) Herança

Hoje os mais antigos ainda preservam essa cultura, mesmo sabendo que a mulher está respaldada pela Constituição Federal de 1988. Algumas mulheres ainda seguem essa cultura, mas outras não; são aquelas que conhecem seus direitos e não estão abrindo mão de sua herança, assim alterando a cultura dos seus ascendentes.

Os modos de transmissão do patrimônio fundiário entre os pomeranos possuem regras próprias que nem sempre concordam com o Código Civil Brasileiro. A prática de herança tem como objetivo evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, fato que ameaça a reprodução do campesinato.

Segundo Roche (1968), o povoamento no Estado do Espírito Santo obedeceu ao padrão geral da colonização europeia no sul do país. Observando as características geográficas da região, com vales estreitos, terrenos acidentados e cercados de pequenas serras, veem que os lotes coloniais de 25 hectares foram demarcados com formato alongado, a partir de picadas traçadas junto aos principais cursos de água. O tamanho da propriedade 25 a 30 hectares foi delimitado pela política de colonização do governo da Província. Cada família de imigrantes recebia um lote financiado pelo governo através da administração da Colônia.

Mesmo depois de alguns anos, com a renda obtida através do comércio de produtos coloniais, poucos colonos conseguiram acumular o suficiente para obtenção de mais terras. Muitos terrenos possuíam uma pequena área fértil para plantio, sendo em sua maioria pequena em relação à área total da propriedade. As dificuldades de adaptação das técnicas agrícolas oriundas do contexto europeu ao novo ambiente levaram os colonos a desenvolver técnicas de rápido esgotamento do solo, tais como a derrubada e a queimada. Os tamanhos dos lotes, somados à má qualidade dos terrenos, provocaram a busca de atividades complementares de renda fora da atividade agrícola ou de novas fronteiras agrícolas (ROCHE, 1968).

Segundo a Constituição Federal de 1988, no Art. 5º inciso XXX – ‘’é garantido o direito de herança’’. Na cultura pomerana, a herança da mulher eram os objetos para a casa e o homem era o terreno, pois os pais sempre procuravam casar sua filha com o homem que tinha posse de muitas terras (TRESSMANN, 2002).

Os homens é que herdam e a discussão da herança é feita sob a autoridade paterna, só o chefe da família tem a palavra final sobre a transmissão da herança. Entende-se que, pelo fato de ele ser o proprietário legal das terras, mesmo com a ideia de propriedade familiar nas quais todos produzem e todos usufruem, o costume é dar ao filho mais novo a propriedade maior e aos outros filhos mais velhos a parte menor; mesmo sendo costume o filho mais novo herdar tudo, o pai tem direitos de escolher seus herdeiros. Há casos excepcionais em que a filha pode herdar terra, mas isso somente para a moradia nos primeiros tempos de casada, até que consigam seu próprio pedaço de terra (BAHIA, 2011).

Na fala das entrevistadas, podemos confirmar que as mulheres pomeranas não têm direito à herança de terras.

Orquídea: “Nada nada, só ganhei uma cama, terra tinha, mais pobre, pobre, naquela época não era igual agora, e papai morreu tava 22 anos, então mamãe ficava e eu ajudava ela sustentar os irmãos mais novo.” (ORQUÍDEA, 2015)

Dália: “Meu marido já tinha construído a nossa casa, eu tive uma festa de casamento os presentes que ganhei foi isso que levei para minha casa, era muito pobre, tinha uma cama.” (DÁLIA, 2015)

Margarida: “O que eu consegui juntar, aos sábados, plantava alguma coisa pra mim, juntava bosta de vaca, juntei um dinheirinho, um guarda roupa, uma cama, uma máquina de costura e uma mesa pequena.” (MARGARIDA, 2015)

Violeta: “Eu ganhei dos meus pais 500,00 réis, um guarda-roupa, máquina, ganhei uma vaca com bezerro, mas a terra ficou para homens.” (VIOLETA, 2015)

Azaleia: “Não tinha direito à herança, uma cama, vaca, eu trabalhava pegava café meia, eu tinha cavalo, eu levei uma malinha, mesa não tinha nem gaveta e cadeira, nós formos vivendo e juntando, eu morei 8 anos de aluguel.” (AZALEIA, 2015)

No caso dos pomeranos, o grupo doméstico atravessa várias fases: os pais com os filhos solteiros, um filho casado herdeiro com os pais e assumindo a posição de chefe da família e, com a morte dos pais, a família retoma sua forma nuclear, podendo logo em seguida, reiniciar o ciclo a partir do filho herdeiro. Cabe lembrar que essas variações incorporam os celibatários e que casos excepcionais podem acontecer.

A estrutura familiar camponesa e seu ciclo de desenvolvimento têm determinação a partir das regras de herança. Para os pomeranos, os ritos de passagem marcam o ciclo de desenvolvimento de um membro do grupo, sua inserção na comunidade e no trabalho agrícola, e expressam a reprodução dos valores identitários da cultura camponesa. Assim, o casamento e a morte do pai possuem grande destaque, pois são os momentos de maior definição da herança e sua transmissão, bem como a redefinição da unidade de produção e consumo (BAHIA, 2011).

Como assinala Roche (1968), o marido contribui com a terra, a mulher com o que é preciso para organizar a casa, o lar e o quintal, de onde decorre outro costume pelo qual o gado e as aves lhe pertencem. O autor mostra que a entrega de um lote familial a um filho só se verifica quando ele casa. O enxoval, os móveis, os animais, são dados a uma filha moça quando ela se casa. O dote, os presentes dos dois jovens cônjuges, tudo se destina a ajudá-los na constituição de uma família, no desmatamento e na exploração da terra de que viverão, eles e seus filhos.

Ao tratar de autoridade paterna diante da divisão de herança, certamente o chefe de família possuía a liberdade de jogar com as regras, a começar pelo Código Civil Brasileiro, para favorecer mais ou menos um ao outro filho, através de doações de dinheiro ou pelas vendas fictícias. Nada será mais ingênuo que deixar tomar a palavra da divisão, que é empregada às vezes para designar os arranjos de família destinados a evitar a divisão da propriedade como uma instituição do herdeiro, ou seja, o patrimônio se apropria de seu proprietário, que se efetua mais amigável por ocasião do casamento de um dos filhos (BOURDIEU, 1980).

IV. SAÚDE

1) Exposição ao sol

Quadro 6 – Tempo de exposição ao sol

TEMPO DE EXPOSIÇÃO AO SOL	Quantidade
De 8 a 10 horas	4
De 11 a 15 horas	5
Acima de 15 horas	1
TOTAL	10

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Santa Maria de Jetibá é um município onde a maioria da população trabalha em lavouras descobertas, sem proteção solar, como abrigos ou tendas para favorecer sombras no período de maior radiação solar que é entre 10 horas da manhã até às 16 horas. No horário de verão, se tenta aproveitar ao máximo o dia, para conseguir adiantar os trabalhos na roça, por isso os pomeranos trabalham mais de 9 horas por dia e 6 vezes na semana.

Segundo Rocha (2002), a intensidade de energia solar que chega a superfície da terra varia conforme a época do ano, a hora do dia e a latitude e a altitude do local. A identificação do tipo de pele de cada indivíduo e a sua reação é de grande importância para utilização do índice de ultravioleta.

Quando os indivíduos se submetem a exposições solares por volta dos 20 anos, inicia-se um processo de carcinogênese que se manifesta tardiamente, por volta da faixa etária de 40 a 60 anos, justificando, dessa forma, os efeitos cumulativos mais tardios (ROCHA, 2002).

2) Meios de proteção contra o sol

Quadro 7 – Proteção contra o sol

TIPO DE PROTEÇÃO	Quantidade
Chapéu	2
Manga comprida	4
Filtro solar	3
Nenhuma proteção	1
TOTAL	10

Fonte: Elaboração da autora (2015).

Segundo Rocha (2002), a maioria dos pomeranos costuma se proteger contra radiação solar com o uso de blusa de manga comprida, que foi a medida de proteção mais utilizada, seguida pelo chapéu. Nas respostas obtidas nas entrevistas, pode-se notar que o protetor solar é um item que as mulheres passaram a usar depois que começaram a frequentar o Programa PAD.

Dália: “agora sim, uns tempos atrás a gente nem conhecia, quem me mandou passar foram aqueles médicos que vieram pra cá.” (DÁLIA, 2015)

Essa mesma entrevistada alega que o protetor solar é muito caro. Como o filtro solar não é distribuído pelo SUS, acaba sendo uma proteção pouco usada por ter o custo alto; além disso, ainda não se tornou hábito entre a população pomerana fazer uso desse meio, até mesmo pelo fato de não ter o conhecimento da importância na prevenção da radiação solar na pele.

Segundo Rocha (2015), foi aprovado o projeto que obriga o SUS a distribuir gratuitamente o protetor solar fator 12, mas não especificou-se de que forma ira ser distribuído o produto para aquelas pessoas que trabalham expostas à radiação solar, Até o presente momento, o protetor não é disponibilizado pelo SUS.

Segundo Pagung (2007), esse é um problema de saúde que preocupa as lideranças pomeranas há algum tempo. O autor lembra que, já no início da década de 1980, o Sr. Arlindo Lagass, que coordenava o Albergue Martin Lutero da Igreja Evangélica da Confissão Luterana de Vitória, localizado em Vitória, levava os pomeranos do interior do Estado para ser atendido pelo Ambulatório do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM). A maioria dos que eram levados já apresentava câncer de pele com grandes lesões.

Ao entrevistar o professor e dermatologista Dr. Carlos Cley Coelho, Pagung recorda ainda que, quando atendia no Ambulatório do Hospital das Clínicas, chamou atenção que, na fila de pacientes para serem atendidos, havia um grupo de pessoas de mãos dadas, onde só uma pessoa falava o português, o Sr. Arlindo Lagass, que trazia esses pacientes para serem examinados. Ele acompanhava cada um no atendimento, pois só falavam pomerano ou alemão.

Ao longo dos anos, percebeu que o número de pacientes era cada vez maior. Entretanto, aquele grupo que havia decidido procurar tratamento era uma minoria. Ele imaginou que o número de pessoas com a doença poderia ser bem maior nas suas cidades de origem e julgou que seria necessário se aproximar dessas pessoas e aos poucos iniciar um trabalho de prevenção nessas localidades. Porque, se elas chegavam a apresentar tumores com até 10 cm, é porque a doença já persistia há muitos anos. Para um tumor de pele atingir esse tamanho são necessários de 10 a 15 anos.

A intenção do Doutor Cley era identificar essas lesões mais no início ou antes mesmo que elas aparecessem, dando ênfase ao trabalho de orientação e prevenção. No início, a parceria era entre a UFES (Pró-Reitoria de Extensão) e o Albergue da Igreja Luterana. Logo em seguida, Cley trouxe a Secretaria de Estado da Saúde (SESA). Mais recentemente, as prefeituras dos 11 Municípios onde reside população pomerana que recebem o Programa passaram a apoiar o trabalho (CLEY, 2015).

3) Acompanhamento médico

O câncer da pele constitui problema de saúde pública cuja frequência e ações adotadas requerem contínua avaliação, a fim de direcionar novas estratégias de combate a essa doença. Ao perguntar às mulheres pomeranas entrevistadas onde elas fazem acompanhamento com Dermatologista, a maioria delas respondeu que é no PAD, como podemos observar; quando o caso é mais grave e não pode esperar, procuram atendimento médico particular e também em outros municípios.

Orquídea: “médico de pele só fui ano passado outra vez não, no programa de câncer de pele.” (ORQUÍDEA, 2015)

Hortência: “Não, só vou ao médico se pressão alta, desde que engravidei. Dermatologista não, só no programa.” (HORTÊNCIA, 2015)

Dália: “Nos médicos do projeto, mas eu nem comprei aquilo que eles pediram para comprar para passar, sabe assim panhando café, mas meu papel sumiu, agora tenho espera eu vim de novo.” (DÁLIA, 2015)

Margarida: “Não, só vou no PAD, fui o dermatologista sentia muita dor, mas ele disse que não podia fazer nada, podia tinha tirado a lesão” (MARGARIDA, 2015)

Rosa: “Em Santa Maria, particular. Ele tirou todos os carocinhos que eu tinha. Mas médico de graça eu não consegui. Gastei 700,00 reais só me deu uma pomada de graça.” (ROSA, 2015)

Violeta: “Não, eu ia pra Vitória para fazer revisão. Mas agora não vou mais.” (VIOLETA, 2015)

Bromélia:

> Sim eu já operei, e deu câncer de pele em cima do pé, no Hospital das Clinicas, fiz uma consulta lá, isso tem 3 anos. Me mandaram para Santa Casa, tiraram da barriga e colocaram em cima dos pés. Ainda estou com dores, estou com resultado da biopsia na mão vou levar para médico para saber, porque estou com tantas dores na perna. (BROMÉLIA, 2015)

Lavanda: “Eu fiz, faço lá em cima no morro, eu sou vou quando ele vem de Vitória uma vez no ano, novembro.” (LAVANDA, 2015)

Azaleia: “Faço com o programa, sim porque sempre estão tirando um pedaço de mim. Sempre vou, e desta vez me encaminharam para o médico em Domingos Martins porque aqui eles não podiam tirar a ferida na minha orelha.” (AZALEIA, 2015)

Ao perguntar sobre PAD, se ele atendia bem as demandas das entrevistadas, algumas questionaram a demora, a saber, a resposta da biópsia. Foram orientadas a procurar na Secretaria de Saúde do Município, mas até a época em que ocorreram as entrevistas faltava um mês para completar um ano depois da coleta da amostra, elas ainda não sabiam o resultado. Ao entrevistar, me perguntaram se eu não tinha como conseguir o resultado desse exame.

Paulus Júnior e Cordoni Júnior (2006) escrevem que a primeira tentativa de regulamentação do papel dos Municípios nas políticas de saúde é datada de 1975, quando foi promulgada a Lei 6.229, de 17 de julho do referido ano. Tratando da organização do Sistema Nacional de Saúde, o Art. 1º da Lei citava as competências do Município, como a manutenção dos serviços de saúde, em especial os de Pronto-Socorro, a manutenção da vigilância epidemiológica, a articulação dos planos locais de saúde com os estaduais e federais, a integração dos seus serviços no Sistema Nacional de Saúde. A maior parte das prefeituras gastava seus recursos em atendimentos especializados, os de pronto-socorro, dando pouca atenção aos

atendimentos primários. Todavia, sob a Lei 6.229/75, a municipalização não prosperou.

> Apesar da Lei 6.229/75 visar à regulamentação do Sistema Nacional de Saúde, na verdade não havia propriamente um sistema. As ações de saúde eram desenvolvidas de maneira fragmentada e sem nenhuma integração. A saúde coletiva era considerada um direito de todos e a assistência médica hospitalar individualizada direito apenas dos trabalhadores contribuintes do Sistema Nacional de Previdência Social. Na época, cabia ao Ministério da Saúde, ao menos formalmente, a responsabilidade da formulação das políticas e o desenvolvimento das ações coletivas; ao Ministério da Previdência e Assistência Social a realização da assistência médica através do INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica e de Previdência Social; ao Ministério da Educação a formação de recursos humanos para saúde e a prestação de serviços nos hospitais universitários; ao Ministério do Interior as ações de saneamento e ao Ministério do Trabalho cuidar da higiene e segurança do trabalho (PAULUS JUNIOR; CORDONI JUNIOR, 2006, p.16).

A década de 1990 é marcada pelo aprofundamento do processo de descentralização da saúde em direção aos municípios. A efetivação, em parte, do SUS tem redesenhado os contornos da atenção à saúde no país, redefinindo-se as responsabilidades e competências de cada nível de governo e atribuindo aos municípios papel central na gestão do sistema local de saúde (SENNA E COHEN 2002, p. 524).

4) Melhora no acesso à saúde no Município

Ao serem questionadas sobre sua opinião o que os gestores do município poderiam para contribui melhorar as condições de aceso saúde, como pode observar na fala delas, sugerem que no município deveriam ter mais médicos para que elas possam ter um atendimento digno, para ter acesso aos médicos especialistas, para cuidar e resolver seus problemas de saúde.

Hortência: “assim não é tão difícil, consigo consulta mais fácil.” (HORTÊNCIA, 2015)

Bromélia: “médico dermatologista não.” (BROMÉLIA, 2015)

Dália: “Acho difícil, vou posto, às vezes não tem médico, de alergia é muito difícil. E médico de pele também é difícil.” (DÁLIA, 2015)

Rosa: “Eu acho que o município podia trazer mais médicos para cá.” (ROSA, 2015)

Violeta: “Tem médicos, mas de pele não.” (VIOLETA, 2015)

Margarida: “Trazer mais médicos para cá.” (MARGARIDA, 2015)

Lavanda: “acho podia fazer um hospital melhor e chamar mais médicos.” (LAVANDA, 2015)

Azaleia: “Falta muito médico aqui, de todas as especialidades principalmente cardiologista e dermatologista. Tinha que ter mais médicos aqui, pediatra é coisa mais difícil, se tiver uma doença difícil ir Santa Leopoldina ou Santa Tereza.” (AZALEIA, 2015)

A descentralização que aparece como um dos itens na plataforma de luta do Movimento de Reforma Sanitária Brasileiro tem como um de seus pontos centrais a municipalização, em determinação ao Inciso VII do art. 30 da Constituição Federal de 1988, que atribui como competência do Município a prestação de serviços de saúde à população, “com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado” (BRASIL, 2003, p. 36).

O processo de descentralização das funções tem implicado em desafio financeiro maior para as prefeituras, que apesar de terem a competência tributária de recursos próprios, assegurada pela Constituição Federal, “tem sofrido reveses à sua autonomia com a edição de quatro dezenas de Emendas Constitucionais, o que se traduz em repactuação da Federação no país” (SANTOS, 2004, p.102).

Para finalizar a análise dos dados, vou contar uma história de vida de uma mulher pomerana apelidada de Azaleia, de 82 anos, que nasceu em Alto São Sebastião, ainda distrito de Santa Leopoldina, no dia 03 de dezembro de1933. Começa quando o avô saiu da Alemanha no dia 01 de abril de 1873 e chegou a Vitória no dia 16 de maio de 1873, no porto de Vitória, de onde seguiu de canoa para Santa Leopoldina mudando-se para Rio das Farinhas, onde se casou com Helena Carolina, em 26 de agosto de 1879 e nasceu seu primeiro filho em 27 de março de 1901. O pai teve muita dificuldade na adaptação, pois era tudo mata fechada e não havia casa para morar. Tiveram que construir as casas com a madeira que tinham, começaram a plantar milho e feijão para se alimentar. Durante a semana, só comiam canjica com feijão, a carne só podia comer nos fins de semana; quando tinha porco, matavam e aproveitava-se tudo. Na época, no período da manhã só se tomava um gole de café puro às 10 horas e comia

um pedaço de brote acompanhado de torresmo. Na hora do almoço, comiam os legumes por eles plantados, no café da tarde comiam as sobras do almoço e à noite não tinha janta. O pão só se comia em festa de natal.

Azaleia teve 7 irmãos, 4 homens e 3 mulheres, dos quais ainda estão vivos um irmão e ela. Era uma família muito pobre, sempre trabalharam como meeiros, a casa era pequena, a cama de madeira e o colchão de palha. Ela conta que fazia muito barulho quando ela se mexia na cama; como eram muitos irmãos, ela dormia na sala e três na mesma cama. Não tinham banheiro e só tomavam banho aos sábados, pois chegavam muito tarde da roça e o rio era longe; quem chegasse primeiro tomava banho com água limpa e o último tinha que tomar banho com a água suja. Só podiam brincar quando o trabalho estivesse todo pronto, brincavam de boneca que era feita de sabugo de milho; os pais das crianças eram representados por dois pedaços de pau, porque eram maiores. Gostavam muito de brincar de roda e cantar.

Azaleia estudou até a terceira série, quando aprendeu a ler e escrever. Com muita dificuldade, tinha que caminhar descalça por mais de uma hora, diante de vários obstáculos, como cachorro pela estrada. Quando havia linguiça em casa, levava para o cachorro para ele não a morder. Além do cachorro, tinha uma vaca no pasto que corria atrás dela. Relembra como o professor era severo: um dia ela ficou de castigo mais de uma hora porque ela riu de sua colega que ficava chorando. Quando completou 13 anos, seu pai não a deixou estudar mais. Na época de escola, as aulas começavam às 7 da manhã e terminavam às 12 horas. Voltava da escola, nem podia entrar em casa, pois tinha que tirar a roupa que tinha usado para ir a escola a fim de acompanhar seus pais nas tarefas da roça. Além do trabalho na roça, as meninas cuidavam da casa. Azaleia era responsável por lavar as roupas, o que, segundo ela, que era muito difícil, pois ficava dentro da água até o joelho; como não havia escova para esfregar as roupas, tinha que fazer isso nas pedras.

O trabalho dos meninos era cuidar dos animais, buscar inhame e outros ingredientes para cozinhar um panela de comidas para os porcos, entre outros animais.

Sua vida foi muito difícil, mas mesmo assim ela saía com a irmã e seus amigos para os forrós. Saíam de casa às 17 horas e chegavam no outro dia às 7da manhã. Para ir aos casamentos, não tinha sapato, era de pé no chão mesmo, mas isso não a impediu

de se divertir. Na sua crisma, para não ir descalça para a igreja, pegou sapato emprestado e uma roupa. Sapato na época ela não tinha condições de comprar, às vezes pedia ao sapateiro para costurar um para ela, pois sairia mais em conta. Seu sonho era ter uma casa pequena, muitos filhos e dente de ouro.

O namoro não tinha beijo na boca, pois “isso era nojento”; quando namorava, era os sentavam entre o casal, para evitar que os dois ficassem pertos, por isso ela se casou virgem. Conheceu o marido no casamento de sua irmã, namoraram durante 8 meses e se casaram na igreja luterana. Ela se casou com 20 anos e seu esposo com 19 anos.

Como sempre trabalhou muito por causas das necessidades, colhia café, tinha quatro vacas de leite, depois comprou uma desnatadeira de leite. Com isso juntou um dinheiro, com o qual ela comprou seu vestido de casamento e o terno do seu esposo que era muito pobre. Ela que fez o pão que foi servido em seu casamento, seus pais contribuíram com uma pequena quantia, mas o valor maior mesmo ela pagou. Dessa união, teve seu primeiro filho com 21 anos, totalizando nove filhos, porém dois vieram a falecer, pois não tinham condições de tratar das doenças que eles adquiriram. Relata que na época só uma pessoa tinha um carro e quando alguém precisava, nem sempre estava à disposição. Quando seu filho passou mal, o dono do carro estava em um casamento distante, por esse motivo não conseguiu socorrer a criança, que veio a óbito. Conta que ficava muito contente quando sabia dos avanços na medicina, pois antigamente não havia recurso nenhum para o tratamento, pois quando alguém ficava doente, dependendo da doença, vinha a falecer.

De todos os filhos, apenas um não é casado; seus filhos não seguiram a sua profissão de lavradora, dois deles é soldador, um é pedreiro e outro é capoteiro; das meninas, uma é servidora pública, a outra é enfermeira e uma é taxista. Tem 15 netos e três bisnetos.

Antes de se aposentar, trabalhou na roça desde os 10 anos de idade até 1982, quando passou a ser funcionária da prefeitura, onde trabalhava como gari; depois passou a trabalhar na cozinha; também foi designada para trabalhar lavando uma quadra, onde trabalhava sozinha; relata que passou fome naquele lugar, pois havia dia que não conseguia andar de tanta dor no corpo. Por ter um conhecido na Secretaria de Saúde,

ela foi convidada para trabalhar no setor de consultas, como auxiliar de serviços gerais, mas, considerando a idade e o esforço da tarefa de limpeza, convidaram-na para um trabalho mais leve, que era o setor da prefeitura chamado Agência de Marcação de Atendimentos para consultas e exames (AMA) que recebia os pacientes que vinham para se consultar.

Em 1985, foi detectado câncer de pele, retirou vários tumores em seu corpo, mas quando observava as manchas e feridas tinha que vir a Vitória, no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM), e o único remédio prescrito para o tratamento era a pomada Eufurix. Como o remédio machucava ainda mais a sua ferida, ela preferiu se tratar com as ervas medicinais.

Às vezes, ficava hospedada no Albergue Martim Lutero, em Vitória, mas quando não se hospedava ia para a casa de ônibus. Conta que passou por vários constrangimentos na rodoviária, pois as pessoas perguntavam a ela quem tinha batido em seu rosto, pelo fato de estar com vários curativos. Além do rosto, havia no pescoço, nas costas, na testa e na boca.

Há quatro anos, conheceu o programa dermatológico em Santa Maria de Jetibá e ficou muito feliz, pois para ela isso foi um grande avanço, pois não precisaria mais viajar para Vitória. Devido a uma mancha em sua orelha, participou o programa, onde os profissionais diagnosticaram mais um câncer de pele, que já está praticamente curado. Ela relata que não abandona os seus chás, entre os quais o de própolis. Além de frequentar o programa para acompanhamento, ela faz tratamento com dermatologista em Santa Maria. Agora ela tem mais cuidado com a sua pele, fazendo uso de protetor solar, lavando-a todos os dias com sabonete de própolis.

Em relação à cultura pomerana, opina que está se perdendo, pois quando assiste à televisão fica horrorizada com as cenas de casais na intimidade, já que na época dela não podia nem beijar na boca. As moças casavam virgens; caso acontecesse perder a virgindade e engravidar, a mulher tinha que ir à igreja no altar pedir desculpas a todas as pessoas que lá se encontravam e não podia casar com o véu de grinalda, as flores não podiam mais ser botões fechados de rosa e sim rosas já abertas.

Hoje isso já não é mais assim. Ela disse que prefere a cultura como era antes, pois havia mais respeito, e reconhece que estão se perdendo os bons e velhos costumes.

Atualmente mudou de religião por não concordar com algumas atitudes do pastor, voltou a estudar, está cursando o terceiro ano do ensino fundamental (antiga terceira série), ainda mora no mesmo endereço desde quando se casou, vive de sua aposentadoria e vende produtos naturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou desvelar acerca da realidade das mulheres pomeranas e seus descendentes no município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito. Investigou-se a realidade da mulher pomerana e os aspectos socio-histórico-culturais que acarretam implicações à sua saúde. Diante disso, algumas considerações tornam-se relevantes ao final da análise dos dados da pesquisa.

As comunidades tradicionais são culturalmente diferenciadas das demais formas de organização social e, portanto, se reconhecem como tais; possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam o território e recursos naturais para sua "reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica"; para tanto, utilizam-se de inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição de geração para geração (DECRETO Nº 6.040, [...], 2007).

Conforme Zimmermann (2009, p. 01): desde o início de seu mandato, o Governo Lula se propôs a diversificar o âmbito de beneficiários de suas políticas públicas. A instituição, pelo Decreto nº 6.040/2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) se deu nesse sentido. Essa política entende que, num país tão diverso em sua composição étnica e cultural, é um grande desafio estabelecer e implementar políticas públicas para promoção do bem-estar social dessas populações que, muitas vezes, encontram-se na invisibilidade, sendo socialmente excluídas por pressões econômicas, fundiárias ou por processos discriminatórios.

Em suas ações o Governo Federal deveria melhorar os efeitos dos projetos e programas públicos para essas comunidades, principalmente na elaboração dessa Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e assim desenvolver ações que deem sustentação para que estas permaneçam no seu território As ações deverão abranger, entre outros pontos, políticas de melhoria do acesso a escolas e postos de saúde; projetos que diminuam o impacto de grandes empreendimentos nos territórios tradicionais; políticas de inclusão social e de reconhecimento da cidadania (como a redução do sub-registro civil); e o incentivo a atividades relacionadas a pesca, extrativismo de ervas e plantas, lavoura e outros produtos comuns a essas populações (BEDINELLI, 2009, p.01).

Compreende-se que o contexto histórico abarcado por meio de processos religiosos

e educacionais que acompanham o cotidiano pomerano sinaliza a constituição de um processo conduzido pela cultura e pela tradição. Essa primazia, observada na imigração, na constituição das colônias e nas primeiras décadas dos pomeranos no Espírito Santo, marcou o isolamento e a ausência do Estado nesse período. Tendo em vista que a política da imigração não garantiu direitos à educação e principalmente à saúde.

Entretanto, houve assistência religiosa, educacional e social instituída pela igreja luterana que permitiu o auxílio necessário à preservação da tradição entre os pomeranos. Desde o início da imigração, forjou-se uma metáfora muito expressiva, qual seja a ideia de que os colonos estariam caminhando em direção à terra prometida - Canaã -; no entanto, para chegar a essa terra, o caminho foi muito difícil, marcado pela pobreza e pelo sofrimento.

A redemocratização se constituiu no país após o fim do militarismo e esses processos incentivaram o reconhecimento e o respeito à diversidade. Imbuídos dessa peculiaridade, houve um movimento de ressignificação da cultura pomerana. Em Santa Maria de Jetibá, por exemplo, observa-se que, no cotidiano do descendente, a tradição representada pela cultura e pelo trilinguismo (português, alemão e pomerano) passou a constituir orgulho.

Essa reflexão se faz no momento das narrativas contadas nas entrevistas feitas na localidade. Embora os anos de isolamento, de proibição de uso da língua pomerana e alemã, da obrigatoriedade do uso do português e a submissão cultural deixaram marcas, hoje há o reconhecimento do diferente no outro e ter sua cultura respeitada constitui um ganho que só o dia a dia possibilita seu significado. Entre o passado e o presente, a organização pomerana, por meio do reconhecimento da tradição, permeia a relevância de ser descendente pomerano.

Na educação, essa constituição se faz a partir do PROEPO, que tem como objetivo geral desenvolver nas escolas públicas, um projeto pedagógico que valorize e fortaleça a cultura pomerana e a língua oral e escrita. A atuação desse Programa nas escolas e a edição do Dicionário Pomerano e do Livro-Texto *Upm Land* — “Na Roça” —, em 2006, passaram a contribuir para o fortalecimento da língua pomerana e de seus falantes (BERGER, 2012, p. 9-10).

A esse processo de organização e de reconhecimento do pomerano acrescenta-se a relevância proporcionada pela crença. O simbolismo que a crença assume na localidade permeia a tradição e sua representação no grupo. A religiosidade, a magia e a superstição delineiam a constituição do cotidiano do descendente de pomerano. A par disso, entre o nascer e o morrer, são variados rituais acionados como forma de justificação da crença.

As manifestações religiosas da igreja luterana, presente entre os pomeranos desde o início da constituição das colônias e a relevância do cristianismo são observadas nas celebrações. No nascimento e nos primeiros anos de vida do pomerano, o pastor e a benzedeira se fazem presentes como forma de preservação da vida por meio da crença. O batismo, a confirmação e a morte, por sua vez, são acompanhados de rezas e superstições e da presença da igreja luterana. Em relação à morte, na cerimônia do enterro, familiares são conduzidos por rituais coletivos, estabelecidos pela igreja, e individuais, onde as rezas e orações abarcam os participantes da cerimônia; após o enterro, o zelo e a presença constante nos cemitérios reafirmam a relevância que a morte assume entre os pomeranos.

O namoro é visto pela comunidade como forma de preparação para o casamento. Socialmente, há controle na quantidade de namoros, que quer dizer, não é permitido trocar muitas vezes de parceiro. Namorar é para se casar. A aprovação do namoro pelos pais é condicionada às habilidades técnicas para a lida com a terra e para lida na casa, bem como se preferem parceiros que receberão herança.

Segundo o autor (FOERSTE; KUSTER, 1997), observa-se como era o namoro da época, pois era bem vigiado pelos pais da moça. Os jovens não podiam ficar em lugar escondido, se fossem a alguma festa só poderiam ficar de mãos dadas, no meio das pessoas; beijar era só depois do casamento. Também era dito pelos pais que um namorado bom era encontrado a caminho ou na volta da igreja.

Já no casamento, a religiosidade e as rezas se constituem nos preparativos do casamento, no convite e nos três dias de festas, por meio do quebra-louças e do evento na igreja; se configura também a oportunidade de reencontrar os amigos, os vizinhos, os familiares e comer uma boa comida, por eles preparada.

As mulheres não se casam mais com o vestido preto. Há várias tentativas de explicar

o uso do preto pela noiva, muitas delas veiculadas em matérias jornalísticas, baseadas na dimensão socioeconômica ou no determinismo geográfico. Quando uma moça se casava, sua primeira noite não era com o marido, mas com o senhor feudal. Elas começaram a vestir-se de preto em sinal de protesto. O vestido preto recordava o sofrimento da noiva quando ela era violentada pelo senhor feudal. Além disso, a noiva trajava vestido preto por causa do clima frio da Pomerânia. No Espírito Santo, o vestido preto era pura falta de recursos (TRESSMAN, 2005).

A cultura está muito presente entres pomeranos, passando de geração para geração; os grupos folclóricos também mantêm as tradições dos seus antepassados. Sabe-se que atualmente no Município são seis grupos de dança pomeranas e alemãs, que têm o apoio da prefeitura do Município, visando à manutenção da tradição.

Em relação à questão de gênero, as mulheres pomeranas ainda são vistas como reprodutoras pela maioria dos homens, apesar de cumprirem as mesmas tarefas do homem em relação ao trabalho braçal, pois elas acompanham o marido na lavoura o dia todo e, ao chegar em casa, ainda têm o trabalho doméstico para fazer.

Destacamos aqui aspectos considerados injustos, como o fato da mulher pomerana, por sua cultura, não ter direito à herança de terra: os homens determinam que as mulheres não têm direito de recebê-la, demonstrando a reprodução de uma sociedade patriarcal e marcando o poder do homem sobre as mulheres. Apesar do direito previsto na Constituição Federal, no Art. 5º, Inciso XXX — “é garantido o direito de herança” —.

Na cultura pomerana, a herança da mulher era os artigos para a casa e o homem era o terreno; os pais sempre procuravam casar sua filha com o homem que tivesse posse de muitas terras. Apesar de os direitos em relação à herança já estarem garantidos por lei, estabelecendo igualdade, ainda hoje, quando as mulheres se casam, vão morar com a família do noivo, precisam abandonando a sua família para construir uma nova vida ao lado do seu esposo.

Atualmente com as leis que proíbem o trabalho infantil, as crianças estão deixando de trabalhar para frequentar a escola. Um fator é a adesão ao Programa Bolsa Família, que beneficia famílias de menor renda salarial, possibilita a criança a estudar mais, sendo a frequência escolar uma das condicionalidades para continuar recebendo o

benefício.

Outro órgão que zela pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes é o Conselho Tutelar, ao qual podem ser feitas denúncias caso haja ausência ou evasão escolar ou quaisquer outras violações de direitos. Haja vista as leis que beneficiam a criança quanto ao trabalho infantil. Percebe-se que antigamente eles não tinham respaldo nenhum, deixando de lado a escola para ajudar os pais na lavoura. Com essa modificação, as crianças da zona rural estão estudando mais, promovendo intervenção na cultura, pois, com a perspectiva de ampliar os estudos, as crianças vão deixando o trabalho rural e indo para as cidades em busca de novas oportunidades.

Nesta pesquisa, constatamos que, desde criança, os pomeranos começaram a trabalhar na lavoura, causando a evasão escolar, já que muitos não conseguiram terminar o ensino fundamental (antigo primeiro grau) com o trabalho na lavoura e a exposição excessiva ao sol.

O Sistema Único de Saúde deve estar orientado e capacitado para a atenção integral à saúde da mulher, numa perspectiva que contemple a promoção da saúde, as necessidades de saúde da população feminina, o controle de patologias mais prevalentes nesse grupo e a garantia do direito à saúde. A Política de Atenção à Saúde da Mulher deverá atingir as mulheres em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais (mulheres negras, indígenas, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, em situação de risco, presidiárias, de orientação homossexual, com deficiência, dentre outras).

A elaboração, a execução e a avaliação das políticas de saúde da mulher deverão nortear-se pela perspectiva de gênero, de raça e de etnia, e pela ampliação do enfoque, rompendo-se as fronteiras da saúde sexual e da saúde reprodutiva, para alcançar todos os aspectos da saúde da mulher. O SUS deverá garantir o acesso das mulheres a todos os níveis de atenção à saúde, no contexto da descentralização, hierarquização e integração das ações e serviços. Sendo responsabilidade dos três níveis gestores, de acordo com as competências de cada um, garantir as condições para a execução da Política de Atenção à Saúde da Mulher (BRASIL, 2002).

Deste modo nesta pesquisa as identidades étnica e camponesa são acionadas de forma indissociável no cotidiano do trabalho, do comércio e dos ritos de passagem que marcam as etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e da reprodução da terra. Formulou-se a seguinte problematização: como as condições de trabalho afetam a saúde da mulher pomerana? Essas lavradoras pomeranas de todo o município de Santa Maria de Jetibá têm fotótipo de pele 1 e 2, em percentual alto de 85,6%. A atividade agrícola inicia-se na infância e na adolescência envolvendo crianças e adolescentes na faixa etária maior ou igual a nove anos até 15 anos de idade.

A exposição ao sol é excessiva, chegando a 10 a 14 horas seguidas ao dia com trabalho na lavoura. Há inconstância nos hábitos de uso de chapéu de abas largas, camisa de mangas compridas, calças compridas e protetores solares, configurando assim medidas precárias em relação à radiação ultravioleta. Conclui-se que lavradores pomeranos formam grupos especiais para prevenção e controle do câncer de pele no município.

A mudança de hábitos de uma comunidade se dará principalmente com a inserção dos indivíduos em ações coletivas da atenção primária, bem como sua conscientização de que formam grupos especiais, iniciando com posturas individuais e exigindo, como cidadãos, sua inclusão na priorização nas políticas públicas de saúde, pois esta população está exposta ao risco eminente de adoecer. O câncer da pele constitui problema de saúde pública cuja frequência requer contínua avaliação das ações adotadas, a fim de direcionar novas estratégias de combate a essa doença.

Ficam também algumas sugestões que podem ser adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde visando à prevenção ao câncer de pele, como o fornecimento de filtro solar, incentivar o plantio de árvores frondosas na lavoura — o que aumentaria a área de sombra —, assim como a instalação de algumas sombrinhas ou tendas para os momentos de descanso e proteção aos filhos pequenos que são levados em companhia dos pais para o trabalho no campo, além, é claro, do trabalho educativo junto à essa população.

Uma questão preocupante é o uso abusivo de álcool e drogas, que aumentou muito nos últimos anos, gerando graves consequências, como o crescente índice de

acidentes automobilísticos, o elevado número de suicídios associados à presença do uso dessas substâncias no organismo, sem contar a com os problemas familiares, entre outros vários malefícios causados pelo uso de álcool e drogas.

A pesquisa apresenta também as dificuldades encontradas na narrativa das entrevistadas com relação ao atendimento médico quando necessário, pois essas mulheres alegam que, quando necessitam ir ao médico dermatologista, não encontram atendimento no Município, precisando assim procurar recurso próprio ou esperar uma vaga para consultar na capital, tendo que sair de madrugada para pegar carona no carro que a prefeitura fornece; depois de serem consultadas — se a consulta não for cancelada —, as pacientes esperam pelo restante das pessoas que vieram, para poder voltar para casa, ficando aqui praticamente o dia todo, sem contar que ainda existe a dificuldade de comunicação, pois às vezes não falam o português ou falam muito pouco, sendo discriminadas por esse motivo.

Quando não têm condição de pagar pela consulta e não conseguem consultar-se pelo SUS, as mulheres esperam ansiosamente a vinda do PAD, que acontece sempre no final do ano no mês de novembro, tendo assim orientações e tratamentos disponíveis, na medida do possível. O programa teve uma crítica apontada pelas entrevistadas, que seria a demora da entrega do resultado da biópsia: depois de um ano, as pomeranas que frequentaram o Programa no ano de 2014 ainda não conheciam o resultado, ficando assim sem saber o que fazer.

Esta pesquisa auxilia na identificação da importância da manutenção da cultura popular, do respeito à pessoa — independentemente do seu modo de viver —, da aproximação entre as pessoas — sem levar em conta os limites impostos pela linguagem. Esse debate corrobora a necessidade de incentivar ações que garantam os direitos e a valorização do indivíduo na sua essência, valorizando os aspectos culturais e incentivando as políticas públicas na manutenção do que se tenta preservar.

O assistente social atua nas mais diversas políticas públicas, sendo reconhecido como um dos protagonistas na produção do conhecimento sobre: proteção social; contradições inerentes ao modo de produção capitalista; implicações das desigualdades nas condições objetivas de vida da população, entre outros temas

essenciais para interpretar a realidade social. Outro aspecto fundamental para o reconhecimento do exercício profissional do assistente social é identificar as condições objetivas onde este trabalho é realizado; ao mesmo tempo em que é necessário entender o porquê do Serviço Social ser considerado uma profissão que colabora para dar vida e visibilidade às organizações onde os profissionais executam suas ações.

Assim, as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 75).

A todo o contexto apresentado, acrescento a importância do reconhecimento das particularidades do pomerano e do seu descendente, constituídas no seu modo de vida e na sua participação em um ambiente social atual, em que a tecnologia e a multiplicidade remetem à sociabilidade. Assim, sem destituir-se de sua tradição, o pomerano e seu descendente em Santa Maria de Jetibá integram, de forma particular, a diversidade cultural brasileira

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

ALVARENGA, Luciana. **Etnografia visual (fotografia e vídeo) e análise da sustentabilidade socioambiental da relação da comunidade pomerana com a Mata Atlântica e recursos hídricos**. Relatório final. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005.

BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa**: identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. **O diário de pesquisa**: o estudante e seu processo formativo. Brasília: Liberlivro, 2010. (Série pesquisa nº 18).

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEDINELLI, T. Povos tradicionais terão políticas adaptadas. Disponível em: Acesso em: 30 de maio de 2009.

BELINATI, Waidmir. **Avaliação crítica do aumento da capacidade operativa dos serviços de saúde ao nível primário**: Londrina. Tese. (Doutorado em Saúde Pública) − Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BENINCÁ, Ludimilla Rupf. **Dificuldade no domínio de fonemas do português por crianças bilíngues de português e pomerano**. 2008. 227 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BERGER, Luiza Maria Sossai et al. Políticas Públicas de reafirmação identitária em comunidades pomeranas do Espírito Santo. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. 5., 2012, Brasília, jun. 2012.

BESSA, Karla Adriana Martins (org.). Trajetórias do Gênero, masculinidades... **Cadernos PAGU**, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, Campinas, 1998.

BOURDIEU , Pierrre. **A economia das trocas linguísticas**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: EDUSP,1996.

BOLDT, Martin. A imigração pomerana. **Associação Cultural e Recreativa de Belém**, 16 nov. 2013. Disponível em: <http://www.acurbe.org.br/a-imigracao-pomerana/>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do SUAS**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com alterações. Brasília: Senado Federal, 3.revisão constitucional, p.119-130, 2002.

_____DECRETO DE 13 DE JULHO DE 2006. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: . Acesso em: 15 de junho de 2015.

_____. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: . Acesso em: 15 de junho de 2015.

_____. **Gestão Financeira do Sistema Único de S**aúde: manual básico. Fundo Nacional de Saúde. 3.ed., rev. e ampliada. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320455&idtema=130&search=espirito-santo|santa-maria-de-jetiba|estimativa-da-populacao-2014->. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Vol. 1. DP & A. 2015.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144 p.

_____. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CORDONI JÚNIOR, Luiz. **Medicina comunitária: emergência e desenvolvimento na sociedade brasileira.** São Paulo, 1979.

DAVIS, Douglas. Freud, Jung y el psicoanálisis. In: Young-Eisendrath; Dawson, T. (ed.). **Introducción a Jung**. España: Cambridge University Press, 1999. p. 81-102.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção: leitura, escrita e oralidade).

DISCHER, D. Acerca dos falsos escritos e Pomerana Morena. **Jornal Correio popular**, Cariacica, out. 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v. I.

ESPÍRITO SANTO. **Diário Oficial do Espírito Santo**. Governo sanciona Plano

Estadual de Cultura: O Plano tem a função de estabelecer estratégias e ações para o setor de cultura. Publicado em 13 de novembro de 2014. Disponível em: <www.dio.es.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2014.

ESPÍRITO SANTO. Santa Maria de Jetibá. Apresenta informações direcionadas ao município. Disponível em: <http://www.pmsmj.es.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2014.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. **Política Estadual de Controle do Câncer**. Vitoria, nov. 2014.

FALCÃO, Juliana. **Elas realmente não fogem à luta.** Disponível em: <http://www.carreias.empregos.com.br/seu-emprego/elas-realmente-nao-fogem-a-luta/>. Acesso em: 09 de dezembro 2013. Instituto Catarinense de Pós- Graduação - ICPG.

FEHLBERG, Jamily and MENANDRO, Paulo Rogério Meira. **Terra, família e trabalho entre descendentes de pomeranos no Espírito Santo.** *Barbaroi* 34, 2011 80-100.

FOERSTE, Erineu. **Discussões acerca do Projeto Político da Educação do Campo.** Doc. 2004.

_____. Discussões acerca do Projeto Político da Educação do Campo. In: FOERSTE; DUARTE (orgs.) **Por uma educação do campo**: projeto político-pedagógico da educação do campo. 1° Encontro do PRONERA na Região Sudeste. Vitória, ES: PPGE/UFES, 2008.

FOERSTE, Erineu and JACOB, Jorge Küster. **Pommerhochtied: um casamento pomerano no Espírito Santo.** Vila Pavão: Prefeitura Municipal/Consulado Geral da República Federal da Alemanha, 1997.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **O ensino médio**: desafios e reflexões. 3. ed. São Paulo: Papirus,1998.

_____. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liberlivro, 2008. (Série pesquisa nº 6).

FRASSON, Patrícia Henriques Lyra. **Panorama do câncer da pele em uma comunidade de pomeranos do estado do Espírito Santo. 2000-2010**. 41 f. Dissertação (Mestrado em Anatomofisiopatogenia Cirúrgica) − Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GRANZOW, Klaus. **Pomeranos unter dem Kreuz dês Suden. Horst Erdemann Verlag**: Tubingen und Basel, 1975.

HERKENHOFF, João Batista. **Dilemas da Educação**: dos apelos populares à Constituição. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1989.

HILLMAN, James. **Estudos de Psicologia Arquetípica**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005

INCA. **Incidência do Câncer no Brasil/Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação de Prevenção e Vigilância. 2014.** Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www. inca. gov. br/estimativa/2014/>. Acesso em: 20 set. 2014.

LUCCHESE, Patrícia. Políticas Públicas em Saúde. 30 jul. 2004. Disponível em: <https://www.bireme.br/php/index.php>. Acesso em: 20 set. 2015.

LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de Transição Democrática: Anos 80. **Physics: Revista de Saúde Coletiva**, v.1, n. 1, p.77-96, 1991.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MARX, Karl. "Contribuição à crítica da economia política." (1983).

MEDEIROS, Rogério. Espírito Santo: encontro de raças. Vitória, 1997. s/e. In: OSÓRIO, C.; BRAVIM, A.; SANTANNA, L. de A. **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

MENDES, Eugênio Vilaça. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80:a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In:

_____. **Distrito sanitário**: o processo social de mudanças das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1995.

MILLET, Kate. **Uma política sexual. Cadernos Dom Quixote − Mulheres contra homens**, Lisboa: 1971.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes,1994.

_____ (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de

Janeiro: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura** (PNC) Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc- >. Acesso em 06 nov. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Desenvolvimento gerencial de medidas básicas de saúde do distrito sanitário – Projeto GERUS. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1995.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gestão Financeira do Sistema Único de Saúde: manual básico**. Fundo Nacional de Saúde. 3. ed., rev. e ampliada. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013. Brasilia: Ministério da Saúde 2013

MONTESQUIEU, Charles Louis de Second,n1698-1755. **Do Espírito das Leis/Montesquieu**. Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.(Os Pensadores).

NEVES, M. C. M. S. **Falando de patrimônio cultural**: Cartilha de Educação Patrimonial. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Phoenix Cultura, 2012.

NICZ, L. F. Previdência Social no Brasil. In: GONÇALVES, E.L. (Coord). **Administração de Saúde no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1982.

OLIVEIRA, Jaime A. A.; TEIXEIRA, Sônia M.F. **Previdência Social**: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Rio de Janeiro: Abrasco, 1986.

PACHECO, Renato. **Estudos Espírito-Santenses**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira**: contribuição para compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA, 2008

_____. **O que é o SUS?** Coleção Temas em Saúde. Editora Fiocruz, 2011.ISBN: 978-85-7541-185-8.

PASSOS, Cristiane Lisita. **O modo de ser camponês e a propriedade da terra entre camponeses**. Curitiba: Juruá, 2008.

PODEWILS, D. O. **Colonização germânica: a colônia de São Lourenço e suas particularidades**. Pelotas, 2011. Monografia, Instituto de Ciências Humanas/Universidade Federal de Pelotas.

PORTAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA. Disponível em: <http://www.sbd.org.br/acoes/programa-nacional-de-combate-ao-cancer-da-pele/>. Acesso em: 25 set. 2015.

PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. Apresenta informações direcionadas ao município. Disponível em: <http://www.pmsmj.es.gov.br> Acesso em: 05 nov. 2014.

ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896.** Vitória: 2000.

ROCHA, Rita de Cássia Cunha. Lavradores pomeranos, populações vulneráveis ao câncer de pele no Espírito Santo: relato da experiência de integração ensino-serviço-comunidade. **Revista Guará**, n.3, 2015.

_____. Pomeranos, sentindo na pele. In: ROJAS, Yili Maria (Org.) **Du kaft rina kooma**: Programa de Assistência aos Lavradores Pomeranos do Espírito Santo, 15 anos. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/ Pró-Reitoria de Extensão, 2002. 120 p. s/p.

_____. **Rastreamento de câncer de pele em um município de colonização pomerana no estado do Espírito Santo, 1997 – 2002**. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública) − Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Difel/USP, 1968.

RODRIGUES NETO, Eleutério. O SUS e o setor privado: vamos moralizar essas relações. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 49/50, p. 9-10, mar. 1996.

RODRIGUES, Lelia L. "O avesso do casamento: uma leitura antropológica do celibato camponês feminino." **Anuário Antropológico**, n. 91, p. 139-166, 1993.

RÖLKE, Helmar Reinhard. **Descobrindo raízes**: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: UFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p.183-215, 1992.

SALAMONI, G. (org.). **Os pomeranos: valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Universitária, 1995.

SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS NEVES, Maria Clara Medeiros. Além das aparências. Memória da dermatologia no Espírito Santo. Vitória (ES). **Sociedade Brasileira de Dermatologia**, regional Espírito Santo, 2003.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Descentralização e autonomia financeira municipal: a perspectiva das cidades médias. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 10126, nov. 2004.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil**. São Leopoldo: Editora da Unisinos/EDIPUCRS, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995. p. 71-99.

SEGALEN, Martine. "Marido e mulher na sociedade camponesa." (1980).

SENNA, Mônica de Castro Maia;; COHEN, Mirian Miranda. Modelo assistencial e estratégia saúde da família no nível local: análise de uma experiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 523-35, 2002.

SOARES, Renato. **Spini Nei Fiori**: a nacionalização das escolas dos imigrantes no Espírito Santo na Era Vargas. VITÓRIA: DARWIN,1997.

TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do Estado do Espírito Santo**. 2005. Tese. (Doutorado em Linguística) − Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TRESSMANN, Ismael. **O pomerano**: uma língua da família germânica e subfamília baixo-saxã. Apostila do Projeto de Educação Pomerana (PROEPO), 2006.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. **Antropologia**: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991.

VARLOTTA, Y. M. C. **Representação social de ciência constituída por alunos de ensino médio: porto de passagem da ação pedagógica**. 2002. Tese (Doutorado) PUC, São Paulo, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Tradução de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1949.

WEBER, Gerlinde Merklein. **A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins**. Dissertação (Mestrado em Educação) − Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB,1995.

ZIMMERMANN, S. A política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais – entre conflitos e conquistas. Disponível em Aceso em: 03 de junho de 2009.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. **Entre o legal e o real – história da educação no Espírito Santo: panorama retrospectivo da educação primária (1920/1990) e a educação de jovens e adultos (1970/1990).** Linhares: Gráfica Rossi, 2008.

PÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista Estruturada:

1-Caracterização do participante da pesquisa.

a) Nome ----------

b) Idade ----------

c) Gênero ----------

d) Escolaridade ----------

e) Profissão ----------

f) Estado civil ----------

g) Origem familiar? ----------

2- Pesquisa.

Dados sobre trabalho:

1-Quantos anos você tinha quando começou a trabalhar?

2-Quantos horas você trabalha por dia?

3-Quais são suas atividades na lavoura?

4-Quais são suas atividades domésticas?

Dados sobre saúde:

5-Quantas horas por dia você se expõe ao sol?

6-Você se protege contra o sol?

7-Você usa filtro solar? Se não o motivo?

8-Você tem história de câncer de pele na família?

9-Onde você faz o acompanhamento com médico? E com qual frequência?

10-Entende bem a língua Portuguesa? Isto prejudica a compreensão das orientações dadas pelos profissionais de saúde?

11-Frequenta palestras oferecidas no Posto de Saúde? O que pode ser mudado?

12-Participa do Projeto Dermatológico de Rastreamento e Tratamento do Câncer Cutâneo?

13-Você acha que o Município contribui com a comunidade e busca formas de melhorar suas condições de saúde? O que pode ser acrescentado?

Dados sobre gênero:

14-Fale sobre a infância: quantos irmãos? Relação intrafamiliar? Condições de moradia? Escola? Trabalho? Brincadeiras?

15-Fale sobre a adolescência: sonho? Namoro? Festas? Amizades? Trabalho? Escola e Profissão?

16-Você estudou? Qual a sua escolaridade?

Sobre casamento:

17-Você se casou? Como conheceu seu esposo? Quanto anos tinha?

18-Quando se casou teve direito a herança?

19-Quantos filhos têm? Qual idade que teve seu primeiro filho?

20-É feito a divisão da renda familiar? Você acha que a divisão de trabalho entre homens e mulheres é equivalente?

Dados da imigração:

21-Como foi a chegada dos antepassados ao Espírito Santo: quem, quando e como vieram?

22-Como foi a adaptação na nova terra?

Dados sobre a cultura:

23-Quais são seus hábitos de lazer?

24-Sua família preserva a cultura pomerana?

25-Qual a importância para você a cultura pomerana? Você acha que teve alguma mudança?

26-Quais as historias e costumes da família são mantidos?

27-O que você e sua família fazem para preservar a cultura pomerana?

28-Como ocorre a transmissão das memórias da família entre as diferentes gerações?

29-Todos na família falam a língua pomerana?

30-De que mais se orgulha de pertencer à cultura pomerana ?

APÊNDICE B − TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM AS MULHERES POMERANAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada “Mulher pomerana e Aspectos Sócio – Histórico - Culturais: Implicações à Saúde.” como parte do resultado do Trabalho de Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam sob a orientação da professora Drª Angela Maria Caulyt Santos da Silva, RG: 297. 917 – ES, CPF nº 479 765 947-53, residente na Rua Carijós, 280/301, Jardim da Penha, em Vitória – ES. Esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar a realidade da mulher pomerana e aspectos socio-histórico-culturais: Implicações á saúde, os objetivos específicos são: conhecer a história da imigração da mulher pomerana e seus traços culturais; Investigar como as condições de trabalho afetam a saúde dessa mulher, e os riscos e agravos mediante a sua exposição à radiação solar; Analisar as questões de poder da mulher camponesa pomerana nas relações de gênero e na configuração familiar;Identificar a ocorrência de doença, dentre elas o câncer de pele entre as mulheres pomeranas do município de Santa Maria de Jetibá ES.

A metodologia consiste em: de natureza qualitativa, campo bibliográfica com entrevista semiestruturada, toda entrevista será gravada e transcrita de propiciando a analise do conteúdo da fala.

A pesquisadora realizará a entrevista no idioma pomerano se caso necessário. Dado o domínio pelo fato de se descendente de pomeranos e dominar a língua e também fazer parte dessa cultura.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

a) Pedir, a qualquer tempo, maiores informações sobre a pesquisa;

b) Garantia de sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, bem como quaisquer informações sobre a identificação pessoal;

c) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

d) Risco mínimo que será amenizado com sigilo os dados referentes aos sujeitos que participarão da pesquisa.

e) Benefícios: será Reconhecimento das atividades, bens e serviços culturais enquanto pessoas de identidades e valores e significados na cultura pomerana. Com os resultados da pesquisa, criar novas políticas publica de acesso a saúde, para minimizar os problemas detectados com as mulheres pomeranas.

f) uso de Imagem, não utilizarei imagens nesta pesquisa.

g) Caso desejar, poderá entrar em contato o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EMESCAM, situado no prédio central da instituição, na Avenida nossa senhora, número 2190, Vitória o telefone 3334-3586 e-mail comitê.etica@emescam.br ,o horário de funcionamento é de 07 h as 17 h de segunda a sexta- feira, sob a garantia de anonimato da sua identidade.

h) Os dados coletados da pesquisa serão mantidos em arquivo sob exclusiva guarda da pesquisadora pelo período de 5 (cinco) anos.

i) você receberá uma cópia desse termo em que constará o telefone e o endereço eletrônico dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas a qualquer momento sobre o projeto e sua participação.

j) Você também poderá se recusar a responder alguma pergunta bom como interromper sua participação no estudo a qualquer momento, sem ônus de qualquer natureza. Asseguro que o que foi dito será respeitosamente utilizado.

Desde já agradeço a sua atenção e colaboração.

Declaro que, após esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido o objetivo da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores do Departamento de Mestrado da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - Emescam, responsáveis por esta pesquisa.

Entrevistadora Mestranda:

Marcélia Reetz E-mail: marceliareetz13@gmail.com
RG 2226804 ES Tel.: (27) 9815-1132 ou 3055-3368

AUTORIZAÇÃO:

Eu, ...portador (a) do documento de identidade ....., aceito participar e autorizo o uso das informações coletadas através de questionário, para fins exclusivos do desenvolvimento do estudo acima referido. Afirmo ter recebido e compreendido todas as informações sobre a pesquisa.

Assinatura do participante:

.....

Vitória, ...de .....de 2015

APÊNDICE C – CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

À:
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)

Att. **Sra. Rosilene Stuhr de Souza**

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Rosilene Stuhr de Souza, Secretária da Secretaria de Saúde do Município de Santa Maria de Jetibá (ES), autorizo a realização da coleta de dados para o projeto de pesquisa: **MULHER POMERANA E ASPECTOS SÓCIO - HISTÓRICO - CULTURAIS: IMPLICAÇOES À SAÚDE.** A pesquisadora responsável pela coleta de dados será a Mestranda **Marcélia Reetz**. Comunico que a autorização para o início da pesquisa será validada após apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da EMESCAM, a esta Instituição.

_____

Assinatura e Carimbo

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulher pomerana e Aspectos Sócio-Histórico-Culturais: Implicações à Saúde.
Pesquisador: Marcélia Reetz
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 45181015.6.0000.5065
Instituição Proponente: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória -
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.131.853
Data da Relatoria: 30/06/2015

Apresentação do Projeto:
Projeto de Pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

O estudo prospectivo será realizado no Município de Santa Maria de Jetibá/ES e serão selecionadas 10 mulheres pomeranas que residam na zona rural na faixa etária de 30 a 60 anos através da Secretaria Municipal de Saúde.

Trata-se de um estudo qualitativo utilizando método de coleta de dados com entrevistas semi-estruturadas, serão utilizados gravador e máquina fotográfica. Será realizada Pesquisa bibliográfica. O resultado será elaborado por meio de análise de conteúdo pela técnica experimental explicativa e história oral.

O resultado da pesquisa será entregue para o município com intuito de colaborar com novas políticas públicas de saúde e cultura, no Município de Santa Maria de Jetibá/ES.
E aos participantes da pesquisa, correspondendo as questões éticas, caso haja alguma necessidade de modificar antes de ser publicada a pesquisa.

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa
Bairro: Bairro Santa Luzia **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -

A publicização dos dados produzidos será por meio de artigos científicos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar a realidade da mulher pomerana e aspectos sócio-histórico- culturais: Implicações á saúde.

Objetivo Secundário:

- Conhecer a história da imigração da mulher pomerana e seus traços culturais;

- Investigar como as condições de trabalho afetam a saúde dessa mulher, e os riscos e agravos mediante a sua exposição à radiação solar;

- Analisar as questões de poder da mulher camponesa pomerana nas relações de gênero e na configuração familiar; Identificar a ocorrência de doença, dentre elas o câncer de pele entre as mulheres pomeranas do município de Santa Maria de Jetibá ES.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O Pesquisador informa que o risco mínimo que será amenizado com o sigilo os dados referentes aos sujeitos que participarão da pesquisa.

E os benefícios serão: Reconhecimento das atividades, bens e serviços culturais enquanto pessoas de identidades e valores e significados na cultura pomerana. Com os resultados da pesquisa, criar novas políticas publicas de acesso a saúde, para minimizar os problemas detectados com as mulheres pomeranas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância social que resgata a cultura de um grupo social com identidade especifica, com valores, idioma, cultura importantes para preservação da herança cultural e histórica deste povo. Como descrito pelo pesquisador, existem pouquíssimas comunidades pomeranas e particularmente nesta localidade a mais preservada principalmente no que diz respeito a língua falada: o pomerano - reconhecida pelo Estado e integrada ao currículo escolar.

Conhecer, resgatar, preservar, respeitar, não induzir adequação de valores, devem ser

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa
Bairro: Bairro Santa Luzia **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -

compromissos do pesquisador pela importância e representatividade deste grupo na sociedade moderna.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Todos os Termos foram apresentados

Recomendações:
Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Todas as pendências foram resolvidas e a pesquisa está aprovada.

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Considerações Finais a critério do CEP:
O parecer do relator foi aprovado pelo CEP: projeto aprovado. Conforme a norma operacional 001/2013:
- riscos ao participante da pesquisa deverão ser comunicados ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- ao final de cada semestre e ao término do projeto deverá ser enviado relatório ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- mudanças metodológicas durante o desenvolvimento do projeto deverão ser comunicadas ao CEP por meio de emenda via Plataforma Brasil.

VITORIA, 01 de Julho de 2015

Assinado por:
PATRICIA CASAGRANDE DIAS DE ALMEIDA
(Coordenador)

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa
Bairro: Bairro Santa Luzia **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br